

Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História

Gueise de Novaes Bergamaschine

REI OU FUNCIONÁRIO PÚBLICO?
HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA DE PEDRO CALMON EM SUAS BIOGRAFIAS DE
D. PEDRO II

Juiz de Fora

2018

GUEISE DE NOVAES BERGAMASCHINE

REI OU FUNCIONÁRIO PÚBLICO?

HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA DE PEDRO CALMON EM SUAS BIOGRAFIAS DE
D. PEDRO II

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus

Juiz de Fora

2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Bergamaschine, Gueise de Novaes.

Rei ou funcionário público? : história da historiografia de Pedro Calmon em suas biografias de D. Pedro II / Gueise de Novaes Bergamaschine. -- 2018.

114 f.

Orientador: Ronaldo Pereira de Jesus

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História, 2018.

1. Pedro Calmon. 2. D. Pedro II. 3. Historiografia. I. Jesus, Ronaldo Pereira de, orient. II. Título.

GUEISE DE NOVAES BERGAMASCHINE

REI OU FUNCIONÁRIO PÚBLICO? HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA DE PEDRO
CALMON EM SUAS BIOGRAFIAS DE D. PEDRO II

DISSERTAÇÃO apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade Federal de
Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do
título de MESTRE EM HISTÓRIA.

Juiz de Fora, 08/06/2018.

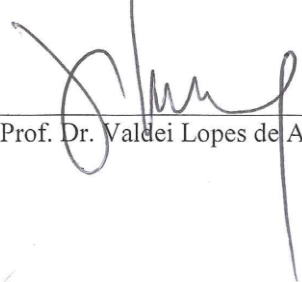
Banca Examinadora



Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus - Orientadora

Beatriz Helena Domingues

Prof. Dra. Beatriz Helena Domingues (UFJF)



Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araujo (UFOP)

Para Maria José Novaes, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Ao programa de Pós-Graduação em História da UFJF, por acolher meu projeto e assim, permitir a realização dessa dissertação.

Ao meu orientador, Ronaldo Pereira de Jesus, sobretudo pela ideia de estudar as biografias de D. Pedro II.

À prof. Beatriz Helena Domingues, por ter se tornado influência marcante em cada tema que estudo, em cada linha que escrevo. Levo comigo para sempre, sua amizade e *O Quixote*.

Ao prof. Valdei Lopes de Araújo, pela enorme contribuição dada no exame de qualificação.

À minha mãe e ao Alexandre, pelo mais importante: estar ao meu lado enquanto se desenrolam os dias. Isso me alegra e fortalece. Nas palavras do velho Calmon, “basta-me”.

“Julgo político irmos arranhando no ânimo dos povos o amor a esse sujeitinho [D. Pedro II]; porque só a essa âncora nos poderemos agarrar”

José Martiniano de Alencar *apud* Pedro Calmon

“Há de ser um digno e útil cidadão [D. Pedro II]; quando, porém, o Brasil não precisar mais dele, levá-lo-á à praia e o despedirá; os bons hão de chorá-lo, os maus hão de insultá-lo, mas o Brasil caminhará sem ele”.

Martim Francisco de Andrada *apud* Pedro Calmon

RESUMO

Pedro Calmon é autor de duas biografias sobre D. Pedro II. Publicadas com um intervalo de aproximadamente quatro décadas, elas traçam perfis um tanto díspares do biografado. O objetivo da dissertação é o estudo dessas biografias, através de uma abordagem detalhada da trajetória historiográfica do autor, levando-se em conta sua forma de perceber o tempo e a história. Em última instância, se busca perceber como esses aspectos se alteram entre as duas biografias. A estratégia utilizada para uma aproximação com o posicionamento historiográfico do autor é a análise de seus prefácios. Neles o autor se posiciona de forma clara quanto a alguns conceitos caros à historiografia. Além dos perfis traçados de D. Pedro II, também os aspectos formais das biografias são considerados.

Palavras-chave: Pedro Calmon; Biografias; Historiografia; D. Pedro II.

ABSTRACT

Pedro Calmon has written two biographs about D. Pedro II. Published with a time lag of approximately four decades in the 20th century, they draw a somewhat different profile of the biographed. The present dissertation aims to study these two biographs through a detailed approach of the author's historiographical trajectory, considering his perception of history. Ultimately, this work aims to perceive how such aspect have changed through these two biographs. The strategy used for the author's historiographical approach consists of the analysis of the author's prefaces. In these, Pedro Calmon displays, in a very clear manner, his perception about important concepts of historiography. In addition to the profiles of D. Pedro II, formal aspects of biographies are considered.

Keywords: Pedro Calmon; Biografias; Historiografia; D. Pedro II.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
CAPÍTULO 1 – UM BIÓGRAFO, UM BIOGRAFADO; DUAS BIOGRAFIAS	14
1.1.1 O biógrafo	14
1.1.2 A história que nos leva às academias	18
1.1.3 O homem que atrasara o batismo e apressaria a carreira	20
1.2 O biografado	22
1.3 As biografias	26
1.3.1 “Epidemia biográfica”	26
1.3.2 Bem longe da epidemia, no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro	30
1.3.3 As coleções: o que devia ser lido para se conhecer o Brasil	33
1.3.4 A Coleção Brasiliana e as biografias	35
1.3.5 A Coleção Documentos Brasileiros dirigida por um biógrafo	37
1.3.6 <i>O Rei Filósofo</i>	38
1.3.7 <i>História de D. Pedro II</i>	41
CAPÍTULO 2 – DUAS PALAVRAS	47
2.1 Anseios e propostas de uma geração	50
2.2 Uma reação honesta à imperfeição	51
2.3 A história, “como o povo a percebe”	52
2.4 As séries de prefácios	54
2.4.1 D. Pedro II: de rei a servidor público	54
2.4.2 Casa da Torre: o sistema de forças	57
2.4.3 A obra sobre Castro Alves e as inúmeras “explicações”	60
2.5 O prefácio da “obrinha”	64
2.6 Uma matriz “capistraniana”	68
CAPÍTULO 3 – OUTROS TEMPOS	76
3.1 <i>História de D. Pedro II</i> : um texto anedótico, irônico ou irreverente?	77
3.1 <i>História de D. Pedro II</i> : um estilo “florido”?	80
3.3 A linguagem sentimental em <i>O Rei Filósofo</i>	81
3.4 A educação do Imperador	88
3.4.1 Filosofia de educação ou Émile	88
3.4.2 Formação e deformação	93
3.5 A glória dos vencidos	98
3.6 Verdade histórica e memória histórica	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

São óbvias as dificuldades de se tratar da percepção que se tem ou teve sobre um personagem cuja imagem foi e tem sido tão apropriada como a de D. Pedro II. Por outro lado, a importância do tema se evidencia, se não por outros motivos, pela proximidade que tal percepção teria com a imagem da própria instituição monárquica, sobretudo para alguns grupos da população.

Em *Visões da Monarquia* é assim que Ronaldo Pereira de Jesus trata da relação entre a imagem do Imperador e da Monarquia: “No reinado de Pedro II, as pessoas comuns concebiam o Imperador, a família real e a coroa em conjunto, como uma instância esclarecida, benevolente, justa e protetora” (2009, p. 21). A mesma ideia da proximidade é reafirmada quando o autor define o objeto de sua pesquisa:

Em linhas gerais, o objeto da pesquisa se define como sendo aquilo que as pessoas comuns, habitantes da corte entre 1870 e 1889, pensavam do regime monárquico, em grande medida confundido com a figura do Imperador D. Pedro II, com a família real e com a coroa, nas representações difundidas entre a maioria da população (JESUS, 2009, p. 15).

Sua análise parece apontar para a complexidade da “relação existente entre a maioria da população e a Monarquia”, na medida que aponta o “pragmatismo e a oposição violenta” como “desdobramentos possíveis e eventuais” de uma relação orientada pela “indiferença, afastamento e personalismo” (JESUS, 2009, p. 39).

Sidney Chalhoub ressalta a contradição existente no fato da proximidade da Monarquia com os setores marginalizados da população ter sido usada, ora negativamente pela argumentação republicana, ora como instrumento de valorização positiva da Monarquia:

É uma dessas ironias da história o fato de que a elaboração, por parte de alguns críticos do regime monárquico no século XIX, da versão de que teria havido mais tolerância com as diferenças culturais durante o período imperial tenha se transformado em peça de propaganda de apologistas da monarquia no século XX (CHALHOUB *apud* JESUS, 2009, p. 51).

A “ironia” destacada por Chalhoub pode revelar, em alguma medida, o nível de apropriação a que sempre esteve submetida a figura do Imperador e as dificuldades em se analisar a percepção que se tem ou teve dela. Portanto, não é de se espantar que essa percepção quase sempre esteja eivada de contradições e mudanças de opinião. Elas aparecem quando se trata da percepção coletiva ou de determinados grupos, e não desaparecem quando tratamos da percepção que determinados indivíduos tiveram do Imperador.

São bem conhecidos os casos dos desafetos de D. Pedro II, autores das obras mais contundentes contra o seu governo, que acabaram se tornando seus fervorosos admiradores e ministros de Estado. Embora o exemplo mais citado seja sempre o de Francisco Sales de Torres Homem, tão ácido no *Libelo do Povo*, e mais tarde ministro de Estado e agraciado com o título de Visconde de Inhomirim, talvez seja mais significativo o caso de Antônio Ferreira Viana. Autor de frases que referiam a “quarenta anos de mentiras e perfídias” ou “o príncipe conspirador”, foi ministro do penúltimo Gabinete do Reinado e um dos poucos políticos que não aderiu à República (BARMAN, 2012, p. 563). Ao invés disso, visitou o Imperador por duas vezes no exílio e, em 1891, quando por motivos óbvios não deveria esperar retribuição de nenhuma ordem, teria dito: “Senhor! Devendo seguir, forçado pelas necessidades da vida, para o Brasil [...] é-me muito grato protestar mais uma vez a reverência em que estou e serei até a morte [...] súdito fiel de V.M., a quem tive a honra de servir” (VIANA *apud* BARMAN, 2012, p. 563).

Talvez seja pouco conhecida também a contradição expressa e vivida por Domingo Sarmiento. Em *Viajes* (1849), obra em que descreve suas impressões sobre viagens feitas entre 1845 e 1847 pela Europa, África e América, Sarmiento esboça uma visão crítica do Rio de Janeiro escravista e se refere assim a D. Pedro II:

Es el emperador un jóven, idiota en el concepto de sus súbtidos, devotísimo i un santo en el de su confesor que lo gobierna; mui dado a la lectura, i segun el testimonio de un personaje distinguido, excelente jóven que no carece de intelijencia, aunque su juicio está retardado por la falta de espectáculo, i las malas ideas de una educacion desordenada (SARMIENTO, 1996, p. 68).

Mais tarde, durante os dias que passou no Brasil em 1852, após a queda de Rosas e com “honras amargas de exilado” (CALMON, 1975, p. 403), fugindo da febre amarela em uma Petrópolis que mal começava a surgir, Sarmiento, ao que tudo indica, passou a fazer prognósticos mais otimistas sobre o Imperador brasileiro:

D. Domingo Sarmiento se mostra encantado de sua majestade o Imperador. Confessa-se arrependido da ligeireza com que falou das pessoas e coisas do Brasil, quando por aí passou de relance para a Europa, anteriormente. Diz que ainda não saíra da surpresa que lhe causara ouvir falar a sua majestade da política da América e das pessoas que nela têm figurado, e assevera que dentro de pouco será o primeiro político, não só da América, mas também da Europa (RIBEIRO *apud* CALMON, 1975, p. 404).

Durante os vinte e dois dias em Petrópolis, nas inúmeras sessões na casa do diplomata uruguaio Andrés Lamas, Sarmiento e D. Pedro II parecem ter travado uma amizade da qual se lembrariam fraternalmente por toda a vida. Aos seus correligionários, Sarmiento escreveu:

Es un raro joven lleno de moderación, poco comunicativo de ordinario, y muy dado al estudio de las letras argentinas, por las cuales se muestra simpático e admirado. Preguntóme de Mármol, Echeverría y otros. [...] Preguntóme si yo había estudiado en la Universidad de Buenos Aires, y respondíle que era doctor montanero como tantos de nuestros generales, lo que lo hizo reír mucho (SARMIENTO *apud* CALMON, 1975, p. 405).

Mais tarde, na América do Norte, Sarmiento tentaria reproduzir os encontros de Petrópolis, em que se tratavam como “colegiais”: “Si V.M. viniese a Nueva York, como el Ministro lo cree y me permitiese hablarle, de colegial a colegial, como lo hacíamos en Petrópolis” (SARMIENTO *apud* CALMON, 1975, p. 407).

Quando em 1889 passou pelas ruas de Buenos Aires o enterro de Domingo Sarmiento, levava uma coroa verde e amarela que dizia: “Civilización y Barbarie, Tonelero, Monte Caseros, Petropolis, Instrucción Pública. Recuerdo e Homenaje de Pedro de Alcântara” (PEDRO II *apud* CALMON, 1975, p. 408). Obra e batalhas, resumo de uma vida e símbolo de uma amizade surgida da animosidade.

Nesse estudo nos interessa a percepção de Pedro Calmon, um biógrafo de D. Pedro II. Quando em 1999, Jacques Le Goff publicou a biografia de São Francisco de Assis, deixou claro o quanto de interpretação pessoal havia ali ao se referir ao seu biografado como “o meu São Francisco” (LE GOFF, 2013, p. 12). Também Orioux corrobora esse pensamento ao afirmar que “o retrato do biografado é o retrato do próprio biógrafo” (SILVA, 2012, s.p.). Ou ainda:

O retrato de Talleyrand, que nos foi deixado por Chateaubriand, parece-se com um certo Talleyrand, mas parece ainda mais com um certo visconde amargo que se chama Chateaubriand (ORIEUX *apud* SILVA, 2012, s.p.).

Buscando analisar a percepção que Pedro Calmon teve de D. Pedro II, nosso estudo é, fique claro, antes de tudo um estudo sobre Pedro Calmon e sua obra. A proximidade entre biógrafo e biografado é para nós uma premissa. Partimos dela para estudar, em alguma medida, o tempo.

Reinhart Koselleck nos fala sobre uma “velha tríade”: “A velha tríade *lugar, tempo e pessoa* também está presente na obra do historiador. Caso se altere um desses três elementos, trata-se já de uma outra obra, ainda que se debruce ou pareça se debruçar sobre o mesmo objeto” (2012, p. 161, grifos do autor).

Pedro Calmon publicou duas biografias sobre D. Pedro II separadas por um intervalo de quase quatro décadas. O mesmo biógrafo, o mesmo biografado, duas biografias distintas. Tal situação sempre se configurou, aos nossos olhos, como oportunidade rara para tratar dos efeitos da passagem do tempo sobre a percepção que se teve de D. Pedro II, ou com mais propriedade

e considerando nossa premissa, tratar dos efeitos da passagem do tempo sobre a percepção que Pedro Calmon tivera sobre D. Pedro II. Fixando dois elementos (ou duas variáveis), vislumbrava-se a possibilidade de perceber, com mais clareza, os efeitos do terceiro.

A situação se configurava ainda mais interessante à medida em que se ia conhecendo as diferenças entre as duas biografias. Em *O Rei Filósofo* (1938), a primeira biografia, Calmon descreveu um D. Pedro II “intelectualizado, ligado à cultura e ao saber” (DE NICOLA, 2014, p. 122). Em 1975, por ocasião da comemoração do sesquicentenário do nascimento de D. Pedro II e como presidente do IHGB, Calmon publicou *História de D. Pedro II*, sua segunda biografia, uma obra monumental em cinco volumes cujo texto é, nas palavras de Barman, “amplamente anedótico” (BARMAN, 2012, p. 578).

Obviamente muita coisa se altera em quatro décadas. Sobretudo em quatro décadas de um século tão movimentado para a historiografia como foi o século XX no Brasil. Mais ainda para alguém com intensa atividade acadêmica e política como foi Pedro Calmon. Tudo isso influenciaria sua forma de perceber o tempo e a história.

Assim, em linhas gerais, estudamos as biografias de D. Pedro II escritas por Pedro Calmon no século XX, através de uma abordagem detalhada da trajetória historiográfica do autor, levando-se em conta sobretudo um fator: sua forma de perceber o tempo e a história. O que se buscará perceber é como esses aspectos se alteraram entre as duas biografias e como isso se reflete nos perfis traçados de D. Pedro II.

No primeiro capítulo tratamos da trajetória do autor e do contexto de produção da escrita biográfica. No segundo capítulo lançamos mão dos prefácios para entender a percepção de Calmon sobre a escrita da história e sobre alguns conceitos caros à historiografia. No terceiro e último capítulo chegamos, finalmente, à análise das biografias. Além dos perfis traçados de D. Pedro II, também aspectos formais das biografias serão analisados.

CAPÍTULO 1

Um biógrafo, um biografado; duas biografias

Que um indivíduo queira despertar em um outro indivíduo recordações que não pertenceram senão a um terceiro, é um paradoxo evidente. Realizar com despreocupação esse paradoxo é a inocente vontade de toda biografia.

Jorge Luis Borges, *Evaristo Carriego*.

1.1 O biógrafo

Pedro Calmon é autor de uma vasta obra historiográfica. Seus livros foram traduzidos e frequentemente reeditados. Antes dono de grande prestígio acadêmico e político, para José Carlos Reis, Calmon seria hoje “pouco conhecido na universidade, pouco estudado e analisado” (2006, p. 33). Sua forte vinculação ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – instituição da qual foi presidente por quase duas décadas – pode ter colaborado para que seu trabalho fosse posteriormente associado a uma forma ultrapassada e conservadora de se escrever a história. Reis chega a dizer que talvez não tenha sido Varnhagen o realizador do projeto de história do Brasil de Von Martius, mas sim Pedro Calmon (2006, p. 41). Diante desse quadro, queremos aqui analisar o lugar social de produção da escrita biográfica do autor, assim como entender sua inserção na escrita da história do Brasil levada à cabo por ele.

Pedro Calmon nasceu em 1902 na cidade de Amargosa, interior da Bahia. Membro de uma família com grande influência política no Império e na República, Calmon teve sim suas facilidades. No entanto, nem seus críticos contemporâneos costumavam negar-lhe o talento. Em artigo de 1928 publicado em *O Jornal* com o sugestivo nome de “A literatura de um Calmon”, Agrippino Grieco diz:

Pedro Calmon, (e vou dizer-lhe isso não porque descenda de uma alta figura do Império, seja sobrinho de um ex-ministro e de um ex-governador, o que não me interessa coisa alguma) é uma inteligência incomum. Trabalhador engenhoso e múltiplo, culto e eloquente, a sua linguagem quase nunca é desprovida de sedução. Não é dos que vencem os leitores pela sonolência (1928, p.1).

De fato, Calmon não vencia seus leitores pela sonolência e rapidamente tirou partido disso. Em 1921, então com dezoito anos recém-completados, cursando o segundo ano do curso de Direito em Salvador, ele se tornou redator do jornal *O Imparcial* (CALMON, 1995, p. 90).

Além do reconhecido talento e do gosto pela leitura que o autor alega ter demonstrado ainda na infância, sua grande capacidade de trabalho parece estar associada a um importante aspecto de sua vida e obra. É que a tradicional família da qual fazia parte passava por sérias dificuldades financeiras antes mesmo de seu nascimento. O pai, descendente da elite dos engenhos de açúcar da Bahia, havia se dedicado com sucesso à indústria, à lavoura, aos armazéns e à exportação. Mas em 1897, nas palavras de Calmon, “lhe desandou a sorte” (1995, p. 34). A desvalorização cambial que abateu o café, abateu também os negócios do pai e “o coronel não resistiu à catástrofe” (CALMON, 1995, p. 34, grifo do autor). A prosperidade nunca mais retornou. Morando em uma casa emprestada por parentes e com pouco dinheiro, a possibilidade de se destacar no mundo das letras apareceu para Calmon, ao lado do nome familiar, como uma forma de evitar o rebaixamento social. Situação semelhante à percebida por Giselle Martins Venancio em seu estudo sobre Oliveira Vianna:

Como membro de uma família de proprietários de terra em declínio, Vianna passaria a investir em um itinerário educacional que lhe possibilitasse uma nova alternativa de inserção social. Face à situação de desequilíbrio diante de condições econômicas desfavoráveis, o investimento em educação e a opção por um curso superior que lhe possibilitasse lugar de destaque na sociedade poderiam impedir um maior rebaixamento social da família (2015, p. 46).

O emprego como jornalista abriu portas. A convite do primo mais velho que no mesmo ano se tornaria ministro – normalmente tratado como tio Miguel – Calmon se mudou para o Rio de Janeiro em 1922. O convite inicial para ser secretário da Comissão Nacional dos Congressos da Independência, envolvida nas comemorações do centenário da independência do Brasil, acabou se transformando em um emprego de secretário particular do primo. A partir daí tudo se desencadeou como uma trajetória bem-sucedida, em que favorecimento e esforço se alternaram e se complementaram. Calmon refere-se assim à recepção que teve na Universidade do Rio de Janeiro, onde continuou os estudos: “era primo, e secretário de ilustre personagem e (o que nem sempre sucedia) tomava a sério as lições” (1995, p. 104).

Pedro Calmon se tornaria advogado, professor, deputado pela Bahia, diretor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e reitor da Universidade do Brasil durante dezoito anos. Também foi ministro da Educação no governo de Eurico Gaspar Dutra, membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras. A vida política, a carreira

como educador, e a intensa atuação junto às academias ligadas ao saber podem ter tido um destaque igual ou talvez maior que a carreira de historiador. Uma consulta aos artigos da imprensa nas décadas de 1930 e 1940 mostra a grande presença do seu nome, retornando um conjunto de ocorrências em que as referências à sua vida política e social se misturam às referências às suas obras.

Além das múltiplas atividades, a mobilidade – ou mesmo a indefinição – entre o romance e a história parecem ter marcado sua obra. Embora autores tenham atestado, posteriormente, a dificuldade de se classificar alguns trabalhos históricos produzidos sobretudo nos anos de 1930, no caso de Calmon a mobilidade entre os gêneros literário e histórico parece ter se destacado mesmo aos olhos de seus contemporâneos. Era considerado um “literato, porém de outro gênero, mais pesquisador” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 1923 *apud* ARAÚJO, 2006, p. 26). Em tom mais crítico, Agrippino Grieco diz:

Seu defeito talvez seja mesmo o da abundância, e, um tanto da versatilidade. Com certa finura astuta de escritor mudável, é um pouco volúvel de espírito, metendo-se pela história, pelo direito, pelo conto e pelo romance. Daí, nele, certas perigosas distorções de personalidade (1928, p. 1).

Em seu *Memórias* (1995), livro autobiográfico publicado postumamente, Calmon relata uma passagem curiosa ocorrida após a publicação de *Malês* (1933). Um artigo de *A Tarde* trazia os comentários de Carlos Chiacchio sobre a obra. Nele o jornalista convidava Calmon a cristalizar “a virtude límpida de escritor, tentar o romance sem a história” (CHIACCHIO *apud* CALMON, 1995, p. 185). Pois o tal artigo lhe fora enviado pelo amigo Bernardino de Souza com o conselho oposto “faça história sem romance” (SOUZA *apud* CALMON, 1995, p. 185).

Some-se a essa mobilidade seu estilo “retórico, rebuscado mesmo” (WEHLING, 1999, p. 606) ou o “excessivismo verbal” (GRIECO, 1928, p. 1) que sempre o caracterizou, e compreende-se melhor o caráter conservador atribuído à sua escrita. Grieco dispararia: “Pedro Calmon, que atacou a repetição do estilo colonial arquitetônico, deve deixar de fazer esse mesmo estilo colonial em literatura” (1928, p. 1).

Além disso, os anos 60 trariam o predomínio de uma visão das Ciências Sociais no Brasil que não favoreceria em nada a recepção da obra de Calmon. Segundo essa visão, toda a produção anterior ao surgimento das Faculdades de Ciências Sociais no Brasil seria considerada pré-científica. Isso colaborou para que alguns autores tivessem suas obras relegadas ao esquecimento, ou pelo menos, ignoradas pelo mundo acadêmico durante vários anos (VENANCIO, 2015, p. 232).

No fim do século XX, nem mesmo as farpas disparadas contra a historiografia conservadora se dirigiam diretamente à obra de Calmon. Na obra *História da História do Brasil* publicada em 1988, são as críticas que José Honório Rodrigues dispara contra outros personagens da historiografia brasileira que, indiretamente, chegam ao autor. Discordando de Oliveira Viana, a quem dedicara um tomo inteiro de sua obra, e segundo o qual haveriam dois tipos de história, Rodrigues diz: “Cabe reparar, primeiro, que não existem duas espécies de história: a dos fatos e a das ideias. Elas constituem um todo único, orgânico, sistemático, e o que faz a dos fatos não é historiador, é cronista, na linha que vem de Max Fleiuss a Pedro Calmon[...] (1988a, p. 164). Em outro tomo da mesma obra, são as duras críticas feitas à Gustavo Barroso que terminam por atingir Calmon. Barroso, que “não tinha ideia do que era história” (RODRIGUES, 1988b, p. 198), havia feito um discurso de saudação por ocasião da posse de Calmon na Academia Brasileira de Letras que, segundo Rodrigues, continha várias impropriedades. Uma delas seria considerar Calmon um historiador que trabalha no “fundo dos metabolismos sociais” (RODRIGUES, 1988b, p. 199). Para Rodrigues “nem à época, nem à sua morte o Sr. Pedro Calmon foi um historiador de boa formação metodológica e filosófica que pudesse penetrar a fundo nos problemas sociais que a história enfrenta” (1988b, p. 199). Já no século XXI Arno Wehling constata que a obra de Pedro Calmon havia passado a ser “mais que combatida, ignorada” (2003, p. 91).

Entretanto, nos dias de hoje, uma nova tendência talvez possa ser notada na historiografia. Para Reis, estaria ocorrendo uma revalorização da história política e cultural em sua “forma ultraconservadora, com valores flexíveis e bem escrita” (2006, p. 35). O nome de Pedro Calmon volta a figurar em retrospectivas historiográficas, fora do círculo de amigos e dos institutos históricos e geográficos do Brasil onde, diga-se de passagem, ele jamais perdeu prestígio. Além disso, alguns estudos sobre sua obra vêm sendo publicados. Além do trabalho de José Carlos Reis, *As identidades do Brasil 2: De Calmon a Bonfim* (2006), podemos citar os estudos de Mariele S. Araújo, *A medida das raças na mistura imperfeita* (2006) e Nayara Galeno do Vale, *Hélio Viana e Pedro Calmon: identidade do historiador e embates em torno da escrita da História do Brasil* (2012). Todos publicados em nosso século, parecem sinalizar para uma nova perspectiva e revelar novas possibilidades de compreensão da obra de Pedro Calmon.

1.1.1 A história que nos leva às academias

Em estudo recentemente publicado, Mariele S. Araújo destaca a necessidade de se compreender Pedro Calmon sob a perspectiva de alguém que “tentava se estabelecer socialmente” de forma que suas interpretações deveriam refletir “as ideias do grupo de sua almejada fixação” (2006, p. 11). A aceitação de Calmon no meio intelectual da cidade do Rio de Janeiro estaria vinculada à sua capacidade de reafirmar os valores desse meio, ou da parte dele à qual desejava pertencer. Uma aproximação com a trajetória de Pedro Calmon, sobretudo através de sua obra autobiográfica *Memórias* (1995), nos faz crer na relevância de tal perspectiva, sobretudo nas décadas de 1920 e 1930, anos iniciais de sua carreira.

Algumas passagens de sua autobiografia – que certamente deve ser lida como uma construção retrospectiva para a posteridade – nos mostram, de maneira bastante direta, a presença e a recorrência da necessidade de aquisição de prestígio e afirmação no seu ambiente social. Por exemplo, enquanto trabalhava por indicação de Miguel Calmon como 3º Oficial Interino do Museu Histórico Nacional, sob as ordens de Gustavo Barroso, Pedro Calmon demonstrava ter desenvolvido enorme gosto pelas atividades que exercia. Somou-se à já reconhecida afinidade pela história a influência exercida por Barroso. No entanto, a atividade que nitidamente o envolvia, não lhe bastava. Sobre o tempo que passou na análise das peças, minutando as fichas, realizando descobertas do acervo que então estava a se constituir, Calmon diz:

Perdi a noção do lucrativo, nessa intimidade com o anacrônico, pensando que seria bem pago um dia, se acabasse chefe de seção, a enxugar na luz da tarde o suor da jornada; como um frade depois das obrigações do coro[...]

Tornei-me um técnico, no que a expressão tem de nefasto: antítese do humanista, ou opositor do poeta. Fechei-me na especialidade. E, todavia, era nessa resignação um rebelde, pois contra ela conspirava todo o meu ser, feito de ambições lícitas e ideias líricas: queria ser alguém!

E o Museu é um complexo de ausências (1995, p. 160).

Como depois Pedro Calmon se elegeria deputado estadual, relatou assim a sua saída do museu: “Foi a política, depois o ensino que me libertou do isolamento. Fugi a tempo. A Bahia desarquivou-me” (1995, p. 161). A atividade no museu exercia fascínio suficiente para que necessitasse de fatores externos para se libertar, mas não bastaria se não trouxesse o retorno financeiro e principalmente, o prestígio social. Era preciso ser alguém.

Em outra passagem – à qual ainda retornaremos – Calmon relata seu único encontro com o historiador Capistrano de Abreu. Parece ocorrer aí o encontro de duas diferentes

concepções de história. Não só no que diz respeito ao que a história seria, mas também no que diz respeito a até onde ela podia levar. Após não mais que uma hora de diálogo em que Capistrano insistiu na importância da publicação das fontes, Calmon partiu, irredutível na sua proposta de escrever a história “resumindo as investigações, mas alinhando os acontecimentos”. O autor parecia ter urgência de “escrever a história: a que se professa nos cursos – e nos leva às academias” (CALMON, 1995, p. 157).

O encontro, ocorrido em 1926, demonstra com clareza a intenção de pertencer a uma academia. Entre 1910 e 1940 ocorreu uma crescente institucionalização da vida literária no Rio de Janeiro com a criação de academias ligadas ao saber. Elas se tornariam importantes espaços de sociabilidade intelectual e fontes de prestígio para seus integrantes (VENANCIO, 2015, p. 52).

No entanto, a ambição de pertencer a uma dessas instituições parece ter surgido anos antes do encontro com Capistrano, anos antes até da publicação de qualquer obra literária, histórica ou jurídica. Sua participação no Congresso de História da América realizado pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 1922, já nos mostra a intenção de conquistar ali seu espaço: “achei-me como aluno fiel do Instituto que me parecia singular, no quadro cultural do Brasil [...]. Lá teria meu lugar!” (CALMON, 1995, p. 104). De fato, sua atuação no Congresso pode, novamente, ter-lhe aberto as portas. Em estudo sobre o evento, Lúcia M. Paschoal Guimarães afirma: “Apenas o jovem Pedro Calmon, naquela ocasião considerado um historiador de futuro, aventurou-se a estabelecer articulações entre a história pátria e da América” (1997, p. 224)

A precocidade com que Calmon chegou às academias e a forma intensa com que se dedicou a elas, podem servir para corroborar o fato de que, o seu ingresso nesse tipo de instituição talvez tenha sido antes um objetivo do que a consequência da produção literária ou acadêmica de destaque. Calmon ingressou no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 1931, portanto antes de completar trinta anos de idade. Na Academia Brasileira de Letras ingressou em 1936 aos 33 anos de idade, após “fatigante processo de conquista da poltrona azul” (CALMON, 1995, p. 244). Calmon se disse arrependido da maneira aguerrida com que se empenhou para a obtenção dos votos e a derrota de Barbosa Lima Sobrinho, seu competidor. “Esta [a vaga] podia ser do meu concorrente. Mais tarde, quando despi os assomos da mocidade, ceder-lhe-ia a vaga. [...]. Agora não insistiria. Naquele tempo, recalitrei” (CALMON, 1995, p. 244).

O empenho de Calmon justificava-se. Pertencer à Academia Brasileira de Letras “significava prestígio social e proporcionava ao intelectual destaque entre a elite da época” (VENANCIO, 2015, p. 70). Nem mesmo políticos da envergadura de Getúlio Vargas prescindiram do prestígio que emanava da instituição: em 1943, Getúlio Vargas tomaria posse na Academia Brasileira de Letras dizendo “Não me sinto em meio estranho” (VARGAS, 1943, p. 1).

E é nesse meio, onde poder político, destaque intelectual e prestígio social se misturam, que devemos situar Pedro Calmon nas décadas de 1920 e 1930. Ele se encaixa em um perfil de intelectuais traçado por Eliana de Freitas Dutra:

transitam entre a imprensa; o incipiente sistema universitário; os museus; o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB); e, na quase totalidade, nos órgãos da administração pública federal, sejam em postos nos ministérios ou nas várias comissões de estudo e de implementação de políticas públicas do período (2006, p. 309 *apud* DUTRA, 2013, p. 55).

Nesse meio de fronteiras tênues entre os ambientes intelectual e político, onde as relações pessoais e o prestígio em determinado meio podiam franquear o acesso ao outro, é lícito considerar que as atividades intelectuais nem sempre pudessem se preservar de certa dose de pragmatismo. Certa dose dele parece ter influenciado as escolhas intelectuais do autor privilegiando a obtenção de prestígio e afirmação social ao longo de sua trajetória. Segundo essa perspectiva nos parece possível inserir, na sua escrita da história do Brasil, seu projeto de escrita biográfica. Sim, porque como se verá, houve um projeto de escrita biográfica.

1.1.2 O homem que atrasara o batismo e apressaria a carreira

Para o leitor de *Memórias* (1995) de Pedro Calmon, o padrinho, “tio Miguel”, aparece como uma figura das mais importantes. As referências a ele aparecem nas primeiras páginas e se estendem por toda a obra. Era dele a mão “que segurei pelo tempo afora. O homem eminente que me atrasara o batismo apressaria generosamente a carreira” (CALMON, 1995, p. 39).

Miguel Calmon du Pin e Almeida, o primo mais velho tratado como tio, lhe custeara os estudos e o convidara a se mudar para o Rio de Janeiro. Logo depois do convite se tornara Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio do governo de Arthur Bernardes. Em 1916 também fora um dos criadores, ao lado de Olavo Bilac e Pedro Lessa, da Liga de Defesa Nacional que, contra a “falta de crença e de esperança”, o “desânimo” e a “falta de solidariedade” de que padecia o Brasil, propunha o culto do heroísmo e do patriotismo, o estudo

da história do Brasil e das tradições brasileiras (NAGLE *apud* TOLENTINO, 2009, p. 39). Dono de um conservadorismo patente, foi este homem em quem Calmon diagnosticara “o desencontro do estadista com a época” (1995, p. 224) que parece ter lhe fornecido os padrões mais sólidos de julgamento e ação: “Dependurara-me da sua lição, habituara-me à sua sabedoria, não me considerava só na grande cidade, porque o tinha como chefe, mestre, amigo” (1995, p. 223).

Chama a atenção a facilidade com que afastara Calmon do integralismo. Segundo o autor, bastou-lhe um não do primo para que não se metesse naquilo. Dissera-lhe que “o fascismo e o nazismo, bem como a sua imitação brasileira, tombariam logo, arrasados pela força da democracia, único sistema adaptável ao temperamento de nossa gente” (CALMON, 1995, p. 182). Só com isso o dissuadira. Note-se lhe o pragmatismo da fala. Não há nenhuma restrição à doutrina integralista ou ao seu embasamento, somente à sua falta de perspectiva.

Partiu de Miguel Calmon a sugestão para que Pedro Calmon se dedicasse às biografias dos “soberanos do Brasil”. Em 1932, de Montreux, Miguel Calmon lhe mandou um recorte de jornal suíço sobre Garibaldi e o conselho para que escrevesse sobre “algum de nossos heróis” (CALMON, 1995, p. 183). Para Calmon, o primo “ordenara que fosse o apologista dos homens que construíram o Brasil” (1995, p. 184). Não demoraria a surgir *O Rei Cavaleiro* (1933), biografia sobre D. Pedro I que abre uma série que o autor chamou de os “volumes coroados”, conjunto de quatro biografias que escreveu sobre os personagens de nossa história imperial e na qual está inserida a obra *O Rei Filósofo* (1938)¹. Calmon comenta assim o lançamento de *O Rei do Brasil* (1935), sua biografia de D. João VI:

Obedecia ao plano que executei rigorosamente, de refazer em tom romanceado a vida dos soberanos que houve neste país, o meu D. Pedro I, o pai, o manso e ardiloso D. João, o filho, ‘rei filósofo’. Complete a série com a princesa Isabel, recomendou-me o Conde de Afonso Celso. Cumpri-lhe a ordem. São os quatro volumes ‘coroados’, a que ajuntei por ocasião do sesquicentenário do Imperador, em 1975, os cinco tomos de minha laboriosa *História de D. Pedro II* (1995, p. 240).

Até a publicação de *O Rei Cavaleiro* (1933), Pedro Calmon havia publicado algumas obras que, a despeito do caráter dúbio de biografia e romance, também podem ter ensejado o

¹ Observe que o autor não considera a biografia *História de D. Pedro II* publicada em 1975 como parte dos “volumes coroados”. Como veremos, a obra publicada em 1975 tem características muito distintas das obras que compõe a referida série. Além disso, existe uma dedicatória do autor para Plínio Doyle onde ele escreve: “A Plínio Doyle, este velho livro, começo de série que terminou com a biografia da Princesa Isabel”. Dessa forma, seguiremos o pensamento do autor e usaremos a expressão “volumes coroados” para nos referir às biografias dos soberanos publicadas por Calmon entre os anos de 1933 e 1941. Incluindo, portanto, a biografia de D. Pedro II publicada em 1938, *O Rei Filósofo*, e excluindo *História de D. Pedro II*, publicada em 1975.

autor a seguir escrevendo biografias. Ao fim da carreira, Calmon se considerava nelas, um especialista. Além das obras sobre D. João VI, D. Pedro I, D. Pedro II, princesa Isabel, Franklin Dória (Barão de Loreto), Gomes Carneiro, Padre Anchieta, Marquês de Abrantes e Miguel Calmon, biografou poetas baianos como Gregório de Matos e Castro Alves². Embora Calmon tenha se tornado mais conhecido pelas sínteses da história do Brasil³, a escrita biográfica também alcançou enorme relevância em seu trabalho. A biografia *História de D. Pedro II* (1975) é considerada por alguns a sua obra prima. Josué Montello, responsável por sua apresentação, diz considerá-la a obra capital do autor.

1.2 O biografado

Pedro Calmon se dedicou, por anos, à biografia de D. Pedro II. Sobretudo à sua segunda biografia do Imperador, ou seja, a biografia que chamou *História de D. Pedro II*, publicada em 1975. O último quarto de seus relatos autobiográficos nos informa sobre viagens em que, invariavelmente, conseguia se desvencilhar de seus compromissos para ir “atrás de notícias de D. Pedro II” (CALMON, 1995, p. 405). Foi o que fez em Paris, Roma e Voiron: “Não faço turismo. Pesquiso história” (CALMON, 1995, p. 405).

Além disso, diz ter aprendido a biografia de D. Pedro II no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro onde tinha contato direto com Max Fleiuss e Afonso Celso. O primeiro, oficial de gabinete do último ministro da Monarquia e o segundo, filho do Visconde de Ouro Preto, representaram, certamente, fontes valiosas para as biografias do Imperador (CALMON, 1995, p. 198). Mais que isso, Pedro Calmon contava com fontes pessoais, documentos particulares que ele, não raro, menciona.

Estas seriam facilidades enormes se, por outro lado, não evidenciassem também a proximidade e, portanto, complexa relação entre biógrafo e biografado. Pedro Calmon é tratado

² Embora haja bastante dificuldade na classificação de algumas obras de Pedro Calmon, e por isso também haja divergências, sigo aqui a classificação sugerida por Arno Wehling em *A História em Pedro Calmon: uma perspectiva historista na historiografia brasileira*. WEHLING, Arno. *A História em Pedro Calmon: uma perspectiva historista na historiografia brasileira*. In: *Revista Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 160 (404), p.605-612, jul./set. 1999.

³ As sínteses da história do Brasil publicadas por Pedro Calmon tiveram grande destaque, tendo sido reeditadas e publicadas em outros países. *História da Civilização Brasileira* foi publicada em 1933, contou com várias reedições, foi traduzida para o espanhol e publicada na Argentina com prefácio de Ricardo Lavene. *História Social do Brasil* (3 vols.) foi publicada entre 1937 e 1939 e inclui a obra *Espírito da Sociedade Colonial. Sua História do Brasil* foi publicada em edição com 7 volumes em 1959 e também teve várias reedições.

jocosamente em alguns artigos da imprensa como D. Pedro Calmon (PAIVA, 1963, p. 1). Talvez seja a maneira que os críticos encontraram para dizer, de maneira ácida, o que os amigos diriam de outra forma: para Afonso Arinos de Melo Franco, Calmon seria um “fidalgo brasileiro” (1986, p. 422). Talvez o próprio Calmon pensasse assim. Ele sofria do que os críticos chamaram de “ vaidade genealógica ” (GRIECO, 1928, p. 1). Não perdia oportunidade de tecer com detalhes minuciosos sua árvore genealógica, e com isso destacar a importância de sua família e suas relações com a Família Imperial brasileira. Em *História de Pedro II* (1975), uma nota de rodapé que se estende por aproximadamente cinquenta linhas, nos dá conta da história de Ana Romana de Aragão Calmon, Condessa de Itapagipe, sua ancestral (CALMON, 1975, p. 63).

De fato, teriam sido próximas as duas famílias. Calmon é bisneto de Nogueira da Gama, último mordomo imperial. Sua mãe, Maria Romana, foi criada pelo avô no Palácio da Quinta da Boa Vista, onde brincava junto aos filhos da Princesa Isabel. Em passeios pelos jardins do palácio, as crianças se encontravam com o Imperador que “imenso e risonho, abaixava-se [...] para beijar-lhes os cabelos revoltos” (CALMON, 1995, p. 30). A mãe de Calmon “não esqueceu nunca esse afago leve, que integrava D. Pedro II na sua família extinta” (CALMON, 1995, p. 30).

Se a tensão entre biógrafo e biografado é, segundo François Dosse (2015, p. 171), uma tensão própria ao gênero biográfico, ela se aprofunda aqui, na medida em que o biografado é, de uma maneira ao mesmo tempo ingênua e perspicaz, “integrado” à família. Como já foi dito anteriormente, mais tarde a mãe de Calmon passaria por dificuldades financeiras que podem ter contribuído para a idealização daquela fase da vida e, conseqüentemente, daquele personagem que distribuía afagos no jardim. O fato é que dificilmente essas impressões não teriam sido passadas para Pedro Calmon. É assim que ele descreve a percepção da mãe sobre a Monarquia:

[Maria Romana] Nasceu, cresceu, tomou consciência de si, ao pé da Monarquia, em que o mordomo, a baronesa, as crianças reboando na verdura do parque, aqueles dias e as manhãs frescas de Petrópolis se misturavam à lembrança do Imperador, grande como a sua estátua, de passo majestoso sob as árvores copadas. Jamais aderiu ao sistema que descorou a bandeira, suprimiu o seu miúdo paraíso, expulsou o grande velho que a osculava na testa. Conservou, pelo resto da existência, na parede principal da casa, as fotografias tiradas em Nápoles, em 1888, do Imperador e da imperatriz. O seu mundo terminou – aos 12 anos de idade! – a 15 de novembro de 1889, ao lhe quebrarem populares, a pedradas, os vidros das janelas (CALMON, 1995, p. 30).

Pedro Calmon se afastou fisicamente da mãe quando veio, aos 19 anos, para o Rio de Janeiro. Teve uma vida de intensa atuação política e acadêmica onde, certamente, travou

contato com outras impressões e outras formas de percepção. As duas biografias refletem, entre outras coisas, a forma como as equacionou. Para Reis, Pedro Calmon era “discípulo fanático de D. Pedro II” (2006, p. 37).

O quadro abaixo traz informações sobre as edições e reedições das obras que compõe os “volumes coroados” acrescidas da obra sobre D. Pedro II que se juntou à série em 1975. Em negrito estão as obras que analisaremos.

Quadro 1 – Edições e reedições dos “Volumes Coroados” e *História de D. Pedro II*

Obra	Edição	Editora	Local	Data	Coleção
O Rei Cavaleiro		Saraiva	São Paulo	1933	Saraiva
O Rei Cavaleiro: a vida de D. Pedro I		Cia. Editora Nacional	São Paulo	1933	*
O Rei do Brasil: vida de D. João VI		José Olympio	Rio de Janeiro	1935	*
O Rei Filósofo: a vida de D. Pedro II		Cia. Editora Nacional	São Paulo	1938	Brasiliana
O Rei Filósofo: a vida de D. Pedro II	2ª	Cia. Editora Nacional	São Paulo	1939	Brasiliana
A princesa Isabel, A Redentora		Cia. Editora Nacional	São Paulo	1941	Brasiliana
O Rei do Brasil: vida de D. João VI	2ª	Cia. Editora Nacional	São Paulo	1943	Brasiliana
Vida de D. Pedro I, O Rei Cavaleiro ⁴	2ª	Cia. Editora Nacional	São Paulo	1943	Brasiliana
D. Pedro I: vida tempestuosa del Imperador del Brasil		Progreso y Cultura	Buenos Aires	1944	*
O Rei Cavaleiro	3ª	Saraiva	São Paulo	1948	Saraiva
Vida de D. Pedro I, O Rei Cavaleiro		Lello & Irmão	Porto	1952	*
A vida de D. Pedro II, O Rei Filósofo ⁵		Biblioteca do Exército	Rio de Janeiro	1975	*
História de D. Pedro II		José Olympio	Rio de Janeiro	1975	Documentos Brasileiros

Fonte: Baseado no levantamento bibliográfico feito por Plínio Doyle.

⁴ A edição anterior da mesma editora traz o título O Rei Cavaleiro: a vida de D. Pedro I

⁵ As edições anteriores trazem o título O Rei Filósofo: a vida de D. Pedro II

1.3 As biografias

O quadro anterior reflete, em grande medida, a popularidade alcançada pelas biografias de Pedro Calmon. Por diferentes editoras e com nomes um pouco alterados, sua obra sobre D. Pedro I foi publicada seis vezes, tendo sido publicada em Buenos Aires e Portugal, país com o qual o autor tinha grande proximidade. Mais que isso, o quadro reflete dois aspectos de enorme importância para a compreensão efetiva da escrita biográfica de Calmon, quais sejam: a popularidade do gênero biográfico nas primeiras décadas do século XX e a importância do papel das coleções para a popularização dos livros em geral, e das biografias especificamente.

1.3.1 “Epidemia biográfica”

Em fins da década de 1920, Alceu Amoroso Lima diagnosticava no Brasil uma verdadeira “epidemia biográfica”. Era o pós-guerra e para Benito Bisso Schmidt a “crise de valores éticos e políticos desencadeada pelo conflito” abalava a crença nos modelos estruturais e nos princípios de racionalidade científica (2013, p. 209). Em contrapartida, havia, para Márcia de Almeida Gonçalves, “um movimento assumido de desvelamento de tudo que pudesse fundamentar e ou estimular reflexões sobre o homem, nas suas idiossincrasias individuais e interações com o meio social” (2009, p. 198). Era preciso redimensionar o indivíduo e seu poder de ação frente às intempéries, talvez reafirmar o “seu poder de agenciamento ante os condicionamentos históricos e culturais” (GONÇALVES, 2009, p. 198). Houve uma valorização dos relatos de trajetórias individuais como as memórias, as autobiografias e biografias.

No entanto, as transformações não eram somente éticas, eram também estéticas. No momento imediatamente posterior à I Guerra Mundial, a noção de *moderno* invadia a criação artística e literária brasileira em um movimento de desconstrução de tudo que pudesse ser lido como *tradicional*.

O cenário tornou-se então, terreno fértil para uma discussão que brotara na Europa e daria frutos aqui: a renovação dos padrões da narrativa biográfica e o surgimento da biografia moderna e/ou romanceada, em que os biografados apareceriam mais humanizados, capazes de personificar os aspectos grandiosos, mas também os aspectos miseráveis da condição humana. O gênero biográfico se renovava. Os panegíricos, juntamente com os elogios dos grandes homens, passaram a ser lidos “como a tradição de uma escrita biográfica que, nos seus

resultados, nada mais fizera do que elaborar a coleção de estátuas de bronze ou mármore de notáveis da pátria” (GONÇALVES, 2009, p. 199).

Desde então, escrever biografias seria, segundo a concepção de André Maurois, “fazer da escrita da vida de outro um romance verossímil e cativante” (GONÇALVES, 2009, p. 201). Claro que isso implicava também em uma mudança na forma do texto. Não só o tratamento dado aos biografados se alterava, mas também a narrativa, que deveria ser envolvente, cativar e prender o leitor até o final da trama.

Embora Gonçalves indique ter havido, inicialmente, uma intencionalidade pouco explícita no processo de renovação da escrita biográfica, destacando que, antes de qualquer teorização teria havido uma proliferação de textos que apostavam no sucesso de uma abordagem mais humanizada e menos monumentalizada do biografado, posteriormente pode-se dizer que houve a teorização do processo, e os fundamentos da biografia moderna teriam sido descritos na obra *Aspectos da biografia* (1929) de André Maurois (2009, p. 200). De fato, coube a Maurois (1885-1967), Lytton Strachey (1880-1932) e Emil Ludwig (1881-1948), considerados os precursores da biografia moderna, não só a criação da metodologia para se chegar a uma nova escrita biográfica, como também as obras que se tornaram paradigmáticas do novo modelo.

Em 1918, Strachey já se destacaria com a publicação de *Eminent Victorians*, na qual, segundo Sabina Loriga, ele “escolhe quatro pessoas passavelmente antipáticas [...] para fustigar as principais instituições vitorianas: o evangelismo, o humanitarismo, o sistema educacional e a política colonial britânica” (2011, p. 24). Desse modo, Strachey abalaria duas regras usuais da tradição biográfica. Em primeiro lugar, a ideia de homenagem ao biografado: Strachey não se propunha a destacar as virtudes de seus personagens. Em segundo lugar, a primazia do público sobre o privado. Em suas obras, dá-se mais importância aos detalhes da personalidade do biografado do que às suas ações e obras. Em 1921, Strachey publicou a obra que o consagraria, uma biografia da rainha Vitória em que “Vitória é mais mulher que rainha” (LORIGA, 2011, p. 24).

No Brasil, os intelectuais repercutiram e dialogaram com os intelectuais europeus. Aqui a discussão sobre o processo de renovação da escrita biográfica envolveu nomes como os de Alceu Amoroso Lima, Lúcia Miguel Pereira, Humberto de Campos, Edgard Cavalheiro, Luiz Viana Filho, entre outros. É interessante acompanhar a argumentação de Luiz Viana Filho em

que busca traçar as bases da escrita biográfica moderna, diagnosticando a ambiguidade que cercava o gênero biográfico no processo de renovação:

[...] de tal modo se alargou a significação da palavra ‘biografia’ que acabou ganhando em amplitude o que perdeu em exatidão. Ora chamamos biografia a simples enumeração cronológica de fatos relativos à vida de alguém; ora usamos a mesma expressão para trabalhos de crítica nos quais a vida do biografado surge apenas incidentalmente; ora a empregamos em relação a estudos históricos onde as informações sobre certa época se sobrepõem às que se referem ao próprio biografado; ora a emprestamos às chamadas biografias modernas ou romanceadas. E até obras em que a fantasia constitui o elemento essencial da narrativa aparecem com rótulo idêntico (1945, p.11).

É uma tentativa de diferenciação entre as biografias modernas e/ou romanceadas e as obras em que a fantasia “constitui o elemento essencial da narrativa”. De fato, os intelectuais brasileiros tentaram estabelecer, com a maior clareza possível, os limites da subjetividade admitida na biografia dita moderna e/ou romanceada. Para Álvaro Lins “a única liberdade do historiador será a de usar a intuição, mas assim mesmo uma intuição toda racional e objetiva, aquela que vai tateando de grau em grau” (LINS *apud* VIANA FILHO, 1945, p. 19). Para Viana Filho a observação de Lins parecia exata, a verdadeira biografia não prescindiria dos elementos básicos da composição histórica e não se afastaria da “verdade” e da “exatidão”, apenas tomaria do romance os “elementos que, longe de serem peculiares a este, cabem em qualquer gênero. É a graça, a leveza, a elegância, a maneira de apresentar o assunto, atraindo o leitor para o desdobramento da narrativa (VIANA FILHO, 1945, p. 19).

Dessa forma os intelectuais brasileiros buscavam se afastar de um posicionamento que situasse a biografia como um gênero intermediário entre o romance e a história. Não se pretendia “fazer da biografia uma sereia das letras, metade romance, metade história, o que seria monstruoso” (VIANA FILHO, 1945, p. 24). De forma contrária, deixavam claro: “acreditamos por isso, haver apenas um gênero biográfico, pois, assim como a ficção histórica não é gênero histórico, a ficção biográfica não será gênero biográfico” (VIANA FILHO, 1945, p. 25). Ou ainda em tom conclusivo:

Portanto, chame-se romanceada, moderna, literária, ou histórica a biografia – e isso se nos afigura essencial – terá de subordinar-se às limitações impostas por aquelas características de submissão à verdade, à exatidão, ao sentimento de justiça, que lhe são inerentes, sob pena de deixar de ser biografia (VIANA FILHO, 1945, p. 25).

Para ele, o que mais distinguiria a biografia moderna de um conceito de “biografia antiga” seria “a modificação e ampliação dos próprios objetivos da biografia” (VIANA FILHO, 1945, p. 26):

Realmente, tome-se a biografia antiga e ver-se-á que o seu objetivo, longe de ser estudar um ‘homem’ através de sua vida, terá sido ou realizar obra moral, ou de crítica, ou estudar uma personagem histórica, ou fazer o elogio do biografado. Dentro de um desses quatro objetivos, pode-se dizer, move-se toda a biografia antiga (VIANA FILHO, 1945, p. 28).

Embora em sua obra o autor destaque o caráter de exemplaridade em apenas dois tipos de escrita biográfica, as de caráter moral e os elogios biográficos, ele usa um conceito de “biografia antiga” para englobar outros tipos de escrita biográfica com objetivos bastante distintos. A escrita biográfica que aborda personagens através de sua relação e influência no meio em que viveu, característica dos séculos XVIII e XIX, aparece ao lado dos elogios biográficos, cujo caráter de exemplaridade é bem definido. Ainda que com características bastante diversas, para o autor elas representariam uma tradição “antiga” de escrita biográfica e se difeririam, pelos objetivos, das biografias modernas:

Bem diferentes, porém, são os objetivos da biografia, hoje chamada moderna, romanceada ou literária. Não é moral, não é crítica, não é encomiástica, nem é destinada, apenas, a estudar e julgar a ação histórica duma personalidade. A sua finalidade é proporcionar-nos, em traços vivos e claros, o retrato de um homem considerado sob todos os seus aspectos (VIANA FILHO, 1945, p. 36).

Enquanto considerava que o objetivo da biografia moderna e/ou romanceada era a expressão da humanidade de um indivíduo considerado em sua totalidade, através de suas grandezas, fraquezas, vacilações e vícios, ou seja, enquanto identificava a representação de um indivíduo mais complexo nas biografias, reconhecia que tal representação era uma necessidade dos tempos então vividos:

De um modo geral, sob a influência de causas, que nos tornaram mais céticos e também mais ávidos de desvendar os mistérios da alma humana, tanto os biógrafos quanto os leitores do nosso tempo já não têm pontos de vista idênticos aos que inspiravam outras gerações em face do estudo e da interpretação da vida de alguém (VIANA FILHO, 1945, p. 39).

Nesse ponto, o intelectual brasileiro parece dialogar diretamente e concordar com André Maurois. O novo modelo de escrita biográfica representava uma resposta ao que o homem moderno, mais inquieto e mais instintivo, procuraria na leitura de textos biográficos: “encontrar irmãos que partilhassem seus problemas” (MAUROIS *apud* GONÇALVES, 2009, p. 202). Se antes o caráter de exemplaridade de alguns tipos de escrita biográfica se baseava em biografados representados como modelos de virtude, agora biografados vacilantes e angustiados serviriam como um apoio para vacilações e angústias de leitores modernos.

Mas é importante notar que havia uma divergência entre os dois intelectuais. Enquanto o intelectual francês via nessa nova relação entre leitores e biografados, uma continuidade do aspecto pedagógico das biografias, o intelectual brasileiro apontava, nesta que nos parece antes uma relação de identificação do que de exemplaridade, uma ruptura. Se “o prognóstico de Maurois pintava o quadro de uma era de incertezas, onde homens desassossegados poderiam vislumbrar nas biografias uma espécie de pedagogia existencial: o aprendizado com as falhas e dúvidas dos grandes homens” (GONÇALVES, 2009, p. 202), para Viana Filho parecia haver uma ruptura e a definição de novos objetivos que marcavam assim uma nova escrita biográfica.

Toda essa discussão, e mesmo as diferenças de posicionamentos dos dois intelectuais, demonstra que havia, nas primeiras décadas do século XX no Brasil, para Thiago Lenine T. Tolentino, “um debate consolidado e crítico acerca do fazer biográfico” (2009, p. 20). Intelectuais de formação diversa repercutiam e davam sua colaboração em um debate que alteraria nossa produção intelectual alterando ética e esteticamente a escrita biográfica. Para Tolentino, esse debate

foi esquecido pela história da historiografia pós-1945 que, talvez por estar ajustada aos ‘moldes convencionais da ciência histórica’, não pôde voltar seu olhar para estes intelectuais que se precipitavam nas questões sobre a relatividade do conhecimento histórico, de sua relação com a literatura, com a arte, assim como, da possibilidade de superação destes impasses mediante o diálogo ou o afastamento entre história e literatura (2009, p. 20).

1.3.2 Bem longe da epidemia, no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

Para Maria da Glória de Oliveira, no século XIX, dentro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro “os trabalhos biográficos estiveram longe de desempenhar um papel secundário ou mesmo de terem contestado o seu valor historiográfico” (2009, p. 20). Embora aponte para alguns casos em que o *topos* da *historia magistra vitae* seria aplicado com pouca efetividade, ou acabasse sendo usado apenas como “argumento incidental em alguns textos programáticos” (OLIVEIRA, 2009, p. 18), a autora reafirma sua importância como princípio orientador da atividade historiográfica da instituição. Também Valdeci Lopes de Araújo aponta para a efetividade do *topos* da *historia magistra vitae* no século XIX como um “problema que demanda maior investigação” (2012, p. 137). Nesse contexto, a escrita biográfica cumpria o seu papel narrando a vida dos “brasileiros ilustres”. A história desses homens era louvada por representar “a excelência do homem comum, letrado, benfeitor da humanidade e, sobretudo,

um exemplar servidor do Estado” (OLIVEIRA, 2009, p. 16). Como destaca Schmidt, embora essas histórias não guardassem interesse em si, interessavam na medida em que compunham um “panteão de papel” onde o que se constituía, sob uma perspectiva de longa duração, era a história da nação (2013, p. 208).

No entanto, o fim do século XIX e o início do século XX trouxeram mudanças das mais significativas para a instituição. Configura-se aí um período onde “é possível detectar certas continuidades, mas também significativas mudanças, em relação a essa compreensão do papel da biografia na construção da história nacional” (SCHMIDT, 2013, p. 208). Ao mesmo tempo em que se nota uma perda da importância dada à vida dos “brasileiros ilustres” dentro do Instituto, pode-se notar ainda a recorrência aos textos biográficos na forma dos panegíricos e elogios fúnebres, por ocasião de alguns eventos e datas comemorativas.

Humberto de Campos se manifesta assim sobre o afastamento entre o movimento de renovação da escrita biográfica e o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro:

Foi no âmbito das letras inglesas [se referindo a Strachey] que se operou esse milagre. E é graças a elas que, hoje, se pode ler a vida de um homem ilustre como quem lê um romance de Balzac, de Winston Churchill ou Teodoro Dreyser, saindo o leitor muito mais inteirado da sua obra, e íntimo da sua alma, do que quando a procurava conhecer pelo sistema antigo exumando-o de sob o monte de documentos referendados pela história. Certo, esta continuará a colecionar alfarrábios e datas. *O Instituto Histórico manterá a sua missão soturna e benemérita de arquivar certidões de batismo, de coligir testemunhos contemporâneos, de colecionar citações de historiadores eminentes.* A biografia passará a ser escrita, porém, pelos homens de pensamento, - pelos romancistas, pelos poetas, pelos críticos literários, - porque ela deixará de ser história, isto é, ciência, para tornar-se arte em uma das suas expressões mais puras e legítimas (CAMPOS *apud* VIANA FILHO, 1945, p. 21, grifo nosso).

Há ainda que se notar outra tendência que se desenvolvia no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro: envolvido desde a sua criação com a construção da memória nacional através da consolidação do estado imperial, o instituto se via, nas primeiras décadas do século XX, diante da necessidade de tirar esse mesmo estado imperial do “deserto do esquecimento”. A expressão era de Joaquim Nabuco que, em seu discurso de posse no IHGB denunciou o estado pelo qual passava a escrita da história do Brasil. Para ele, a República tentava se afirmar passando uma borracha no passado recente do país e apagando sobretudo a figura central desse período, o Imperador. “A ideia é que entre Tiradentes e José Bonifácio de um lado e Benjamim Constant de outro, isto é, entre a Independência e a República, estende-se um longo deserto de quase setenta anos, a que posso dar o nome de deserto do esquecimento” (NABUCO, 1896 *apud* GUIMARÃES, 2007, p. 79).

A despeito dos conhecidos vínculos de Nabuco com a Monarquia, e a despeito mesmo da evidente aproximação do Instituto com as autoridades da República, o IHGB parece ter considerado apropriado o diagnóstico de Joaquim Nabuco. Algumas iniciativas foram propostas para reverter o quadro, entre elas a realização de um congresso de história nacional que abrangesse o período de 1500 a 1871. Note-se que o recorte temporal privilegia duas tendências do IHGB, uma mais recente, de suscitar a produção de estudos históricos sobre o período imperial, e outra presente desde os primeiros anos, de se excluir os acontecimentos contemporâneos da operação historiográfica promovida pela instituição (GUIMARÃES, 2007, p. 82). Com isso se reafirmava a necessidade do distanciamento como condição *sine qua non* para a isenção na escrita da história.

Embora Isadora Tavares Maleval afirme que essa necessidade de distanciamento tenha se mantido no IHGB durante quase todo o século XIX, a autora destaca justamente o período posterior à proclamação da República como um período em que esta tendência de “forte repressão à história contemporânea” teria se intensificado (2015, p. 322). Afinal de contas, aliadas às preocupações teóricas e metodológicas sempre alegadas pelo instituto como obstáculo para o tratamento dos fatos recentes, havia agora as contingências de um presente de dificuldades para uma instituição que buscava a sobrevivência em tempos republicanos e longe da “imediata proteção de sua majestade imperial”. Nessas circunstâncias, tratar do passado recente pode ter parecido mais temerário do que nunca.

Além do congresso, se iniciou em 1905 um movimento no Instituto – mais precisamente nas pessoas de Max Fleiuss e Afonso Celso – que visava a revogação do banimento imposto aos membros da família Bragança e o traslado dos restos mortais do Imperador e da Imperatriz Teresa Cristina para o solo brasileiro. Lúcia Paschoal Guimarães destaca como, ao longo das negociações e pronunciamentos, se buscava desvincular D. Pedro II do regime que ele representava. Além disso, todos os cuidados eram tomados para “não melindrar as alas republicanas mais radicais” (GUIMARÃES, 2007, p. 169). Afinal de contas, no início do século XX os restos mortais do Imperador ainda poderiam ser considerados uma “ameaça sentimental às conquistas positivas do sistema político republicano, [...] tão dilatada era a idolatria popular pela figura veneranda do monarca” (LACERDA, 1912, *apud* GUIMARÃES, 2007, p. 166).

Fato é que o movimento do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e os acontecimentos que mergulharam a República na crise que culminou com a Revolução de 1930 colaboraram para a reabilitação da imagem do Imperador e abriram caminho para a conciliação

entre República e Império. Desatado da condição de Imperador, sua figura se fortalecia como um “governante exemplar”, “cidadão nacionalista e símbolo de patriotismo”, uma espécie de antítese “de todos os vícios que abalavam a credibilidade do regime republicano” (GUIMARÃES, 2007, p. 174). Importante destacar que tudo isso acontecia com a aquiescência e até a participação mais ou menos direta dos governos republicanos que, para além da ameaça, reconheciam na figura do Imperador também um manancial de credibilidade do qual era mister se aproximar.

1.3.3 As coleções: o que devia ser lido para se conhecer o Brasil

Como se pode notar pelo Quadro 1, as duas biografias sobre D. Pedro II escritas por Pedro Calmon foram publicadas em duas importantes coleções criadas na década de 1930: Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional e Coleção Documentos Brasileiros da Livraria José Olympio Editora.

Os anos de 1930 são reconhecidamente um período de enormes alterações no mercado editorial brasileiro. Se os anos de 1920 no Brasil nos apresentam um cenário de livros caros, com circulação restrita, edições pouco atraentes e conseqüentemente poucos leitores, esse quadro se alteraria drasticamente a partir dos anos de 1930 com tiragens maiores, edições mais bem-acabadas, melhor remuneração dos autores e principalmente, novas estratégias de distribuição que incluíam a venda de livros em açougues, lojas de ferramentas e farmácias (DUTRA, 2004, p. 4).

As mudanças faziam parte de um projeto de setores da intelectualidade republicana que pretendiam “civilizar a nação, através do poder pedagógico e transformador dos livros” (DUTRA, 2004, p. 6). Mas também eram fruto dos avanços do capitalismo no mercado editorial do Brasil nos anos de 1930. A nova postura comercial é sintetizada por Monteiro Lobato, figura de proa no processo de renovação do mercado editorial: “faço livros e vendo-os, exatamente o negócio do que faz vassouras e vende-as, do que faz chouriço e vende-os” (DUTRA, 2004, p. 5).

O processo de popularização do livro contou com uma importante fórmula editorial que marcaria o século XIX na França e que se expandiria pelo mundo: as coleções. Elas demandavam “políticas de acervos editoriais” e reforçariam o papel do editor que era

“responsável tanto pela definição de um perfil, ao decidir pelo critério de reunião, ou de seleção das obras de uma coleção[...] quanto pelo direcionamento da atuação da editora para determinadas faixas do mercado de livros” (DUTRA, 2004, p. 6). No Brasil houve o surgimento de importantes coleções, dirigidas por grandes figuras do meio intelectual brasileiro, que através de sua curadoria “estabeleciam o que era fundamental ser lido para se conhecer o Brasil” (VENANCIO, 2015, p. 253). Inserir um autor e um livro em uma coleção significava “torná-lo parte de uma produção editorial coletiva, na qual cada um dos volumes deve, de alguma forma representar a ideia totalizadora” (VENANCIO, 2015, p. 253).

Em 1931 a Companhia Editora Nacional criou a *Brasiliana*. Ela era uma subsérie de um projeto editorial maior chamado Biblioteca Pedagógica Brasileira que se subdividia em cinco subséries: Literatura Infantil, Atualidades Pedagógicas, Livros Didáticos, Iniciação Científica e *Brasiliana*. A *Brasiliana* teria sido “um dos maiores empreendimentos editoriais da Nacional, destinado a reunir um conhecimento sistemático sobre o Brasil, ainda hoje sem equivalente na história da edição do país” (DUTRA, 2004, p. 7).

Concebida e dirigida por Fernando de Azevedo até 1946, a *Brasiliana* era “parte de um arsenal científico para repensar o país e refundar a moderna sociedade brasileira” (DUTRA, 2013, p. 52) e estava inserida em um discurso de uma “elite intelectual que se vê como uma vanguarda cultural e política” (DUTRA, 2013, p. 48). Seu projeto intelectual buscava

estabelecer um padrão cognitivo científico para a compreensão e releitura do Brasil, o qual pudesse ser uma espécie de bússola para orientar o correto e eficiente caminho na procura de alternativas viáveis para a sua modernidade cultural e econômica. Sobretudo, visava propiciar diagnósticos precisos e bem fundamentados sobre a realidade brasileira, para o quê o conhecimento de sua história e de sua formação seriam condições precípuas (DUTRA, 2013, p. 51).

Um texto assinado por Edgard Cavalheiro e publicado em 1957 nas comemorações do 30º aniversário da Editora Nacional, celebra o fato de que o escritor brasileiro houvesse encontrado “editor que se aventurava a tiragens de 20 a 30 mil exemplares” (CAVALHEIRO, 1957 *apud* DUTRA, 2004, p. 3). Nessas comemorações alguns artigos de imprensa falariam de 70 milhões de volumes publicados pela editora. Esse número, fornecido pela própria editora, tentava demonstrar que ela de fato havia “fundado uma nova realidade para o mercado de livros no Brasil” (DUTRA, 2004, p. 6).

A Coleção Documentos Brasileiros é um projeto editorial com objetivos similares que, ao lado da *Brasiliana*, foi “igualmente fundamental para os rumos da vida intelectual do país e

o destino dos estudos históricos e o futuro da historiografia” (DUTRA, 2013, p. 52). Publicada pela José Olympio, ela surge em 1936 dirigida por Gilberto Freyre que assim definiu seus objetivos:

Trazer ao movimento intelectual que agita o nosso país, à ânsia de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nova inteligência brasileira, uma variedade de material, em grande parte ainda virgem. Desde o inventário à biografia; desde o documento em estado quase bruto à interpretação sociológica em forma de ensaio (FREYRE *apud* FRANZINI, 2006, p. 13).

Nas duas coleções abordadas acima e que parecem constituir projetos editoriais similares, estão inseridas as biografias de Pedro Calmon sobre D. Pedro II. O sucesso atingido por essa fórmula editorial no Brasil pode nos informar não só sobre o lugar de produção da escrita biográfica de Pedro Calmon, mas também sobre sua inserção nesse tipo de projeto intelectual. Além disso, dá indícios da circulação e do alcance de seus escritos.

1.3.4 A Coleção Brasileira e as biografias

A importância das biografias na Coleção Brasileira pode ser verificada numericamente. De acordo com Tolentino, entre os anos de 1931 e 1941 havia, entre os 207 títulos publicados pela Brasileira, 31 títulos biográficos. Com isso, as biografias perderiam em número apenas para os livros de história, que somavam 41 publicações no período (TOLENTINO, 2009, p. 26).

Sendo a Brasileira um “lugar privilegiado de acesso às diversas perspectivas políticas desenvolvidas nas décadas de 1930 e 1940” (TOLENTINO, 2009, p. 29) seria natural que sua produção biográfica também refletisse essa diversidade. De fato, diversidade é o que pode ser constatado não só no conteúdo, mas também na forma das obras biográficas publicadas pela Coleção Brasileira no período analisado pelo autor. No que diz respeito aos aspectos teórico-metodológicos das obras analisadas, podemos encontrar desde trabalhos que procuram “mediante a perspectiva biográfica a reconstituição de uma época específica da história nacional”, até trabalhos que se filiam à modalidade de biografia “moderna” ou “romanceada” (TOLENTINO, 2009, p. 30). Da mesma forma, personagens da história do Império convivem, na Brasileira, lado a lado com heróis do movimento republicano.

No entanto, a despeito dessa diversidade, quando analisadas conjuntamente, elas revelam um eixo comum. Com destaque no Império ou na República, há nas biografias analisadas pelo autor a circunstância comum de que “os biógrafos não hesitam em reconhecer nos seus biografados os méritos que lhes valeriam um lugar de destaque na história nacional” (TOLENTINO, 2009, p. 29). As obras analisadas parecem obter maior significação quando tomadas em conjunto. Os autores das obras procuram “um *valor coletivo* aos seus biografados, no sentido de configurarem na memória coletiva como monumentos nacionais” (TOLENTINO, 2009, p. 49, grifo nosso). Dito isso, nos parece poder afirmar que, embora as biografias da Brasileira tenham assimilado aspectos – sobretudo formais – da renovação da escrita biográfica que se processava, quando analisadas coletivamente, parecem manter certo aspecto de monumentalidade atribuído à escrita biográfica do IHGB no século XIX.

Ainda analisadas coletivamente, as obras biográficas da Coleção Brasileira parecem ressaltar dois importantes aspectos para a compreensão do fazer biográfico na primeira metade do século XX: o aspecto pedagógico das biografias e as tensões para a elaboração dessa pedagogia em torno da nacionalidade brasileira. As biografias se inserem em uma proposta de “história biográfica e episódica” preconizada pela reforma do ensino secundário de Francisco Campos em 1931. Para Ângela de Castro Gomes, a história deveria então apresentar a “narrativa de vida de grandes nomes ligados à história do Brasil e da América, de forma a despertar o interesse do aluno e prepará-lo para estudos mais sistemáticos posteriores” (1996, p. 153). No entanto, refletindo o momento de pluralidade de propostas políticas que se configurava na década de 1930, pode-se perceber nas biografias a “problemática em se constituir uma visão de conjunto e unitária acerca da identidade nacional brasileira” (TOLENTINO, 2009, p. 30).

Através da análise de algumas biografias da Coleção Brasileira é possível compreender o fazer biográfico no início do século como algo em construção. Para Tolentino “havia antes um debate crítico sobre o fazer biográfico do que a existência de um gênero estático e homogêneo” (2009, p. 10). Além disso a produção biográfica refletia não só a pluralidade das propostas políticas existentes, mas também a pluralidade de visões do passado da nação. As biografias se inserem em um quadro de disputa em torno da “construção da pedagogia da nacionalidade brasileira” (TOLENTINO, 2009, p. 29) decorrente da existência de perspectivas distintas quanto ao que deveria ou não estar presente em nossa identidade nacional. Daí a enorme diversidade encontrada, não só nos aspectos teórico-metodológicos utilizados nas

biografias, como também na natureza dos personagens biografados e nas características neles destacadas.

A biografia *O Rei Filósofo* (1938) foi publicada pela Brasiliana no período em que Fernando de Azevedo a dirigia. Se considerarmos os anos entre 1930 e 1940, período em que a Brasiliana editou cerca de duzentos títulos distintos, veremos que Pedro Calmon estará entre os seus autores mais editados. Tendo seis títulos publicados, ficará ao lado de Pandiá Calógeras também com seis títulos e atrás somente de Saint-Hilaire com sete (VENANCIO, 2015, p. 254).

1.3.5 A Coleção Documentos Brasileiros dirigida por um biógrafo

Após um curto período sob a direção de Gilberto Freyre, a Coleção Documentos Brasileiros seria dirigida durante vinte anos por Octávio Tarquínio de Sousa. Autor de importantes biografias, Octávio Tarquínio foi um aliado do gênero biográfico dentro da coleção. Sob sua direção, em um intervalo de cinco anos, dos vinte e nove volumes publicados pela Documentos Brasileiros, treze teriam caráter biográfico ou memorialístico. Para Fábio Franzini, Tarquínio estaria alinhado com os princípios de renovação do gênero biográfico e teria dado um passo a mais nesse sentido. Tarquínio teria estabelecido “um vínculo indissociável entre biografia e história” e teria feito da biografia um instrumento de modernização da historiografia brasileira (FRANZINI, 2006, p. 123).

É possível que houvesse um afastamento entre as concepções que orientavam as escritas biográficas de Pedro Calmon e Octávio Tarquínio durante a primeira metade do século XX. Tarquínio assume a direção da Coleção Documentos Brasileiros em seu volume 19, e já o volume 22 é uma obra de Pedro Calmon: *História da Casa da Torre* (1939). No entanto, nenhuma obra do gênero biográfico escrita por Pedro Calmon foi publicada pela Documentos Brasileiros sob a direção de Octávio Tarquínio. A biografia *A Vida de Castro Alves* escrita por Pedro Calmon, é publicada pela José Olympio em 1956 – portanto enquanto a Documentos Brasileiros estava sob a direção de Tarquínio – mas não sob o selo dessa coleção.

Franzini ressalta que os critérios explicitados por Octávio Tarquínio em algumas notas que antecediam suas biografias, revelavam um afastamento em relação às obras laudatórias que visavam narrar “grandes feitos de grandes homens”. E assim como Gilberto Freyre, também Octávio Tarquínio certamente tentou imprimir na Documentos Brasileiros suas concepções

sobre a escrita da história e a história do Brasil. A análise das correspondências de José Olympio e Octávio Tarquínio de Sousa feita por Franzini, indica que a não aprovação de uma obra por Tarquínio, embora a inviabilizasse para a Coleção Documentos Brasileiros, não a inviabilizava para a Editora José Olympio. Não temos nenhum indício de que isso possa ter acontecido com a obra *A Vida de Castro Alves* (1956) ou com qualquer obra biográfica de Pedro Calmon. Mas nos parece significativa a ausência das biografias de Pedro Calmon justamente no período em que o gênero biográfico se destacou dentro da Coleção Documentos Brasileiros.

A biografia *História de D. Pedro II* (1975) foi publicada pela Coleção Documentos Brasileiros quando já era dirigida por Afonso Arinos de Melo Franco. Foi resultado de um convênio da Livraria José Olympio Editora com o Instituto Nacional do Livro do Ministério da Educação e Cultura. Antes da publicação a obra já havia conquistado o Prêmio Literário Nacional do Instituto Nacional do Livro/ MEC.

1.3.6 *O Rei Filósofo* (1938)

Como demonstrado no Quadro 1, biografar D. Pedro II não foi a primeira escolha de Pedro Calmon quando foi suscitado pelo primo, em 1932, a escrever as biografias dos “soberanos do Brasil”. Na realidade, essa foi apenas a terceira opção em um universo de três possíveis. Antes dela Calmon havia publicado *O Rei Cavaleiro* (1933) sobre D. Pedro I, e *O Rei do Brasil* (1935) sobre D. João VI.

Publicada em 1938, *O Rei Filósofo* aparece em uma relação das obras do autor publicada pela própria Brasiliana, como “literatura histórica”. A denominação de “ensaio” parece ter-lhe sido atribuída tardiamente, talvez até em 1975, para diferenciá-la da nova biografia que Pedro Calmon publicava sobre D. Pedro II. Na apresentação que Josué Montello faz de Pedro Calmon na biografia de 1975 podemos ler: “O ensaio que ele publicou em 1938, com o título de *O Rei Filósofo*, na Coleção Brasiliana, recompondo a vida do segundo Imperador, era o simples esboço do retrato de corpo inteiro que neste momento o retratista nos exhibe” (MONTELLO, 1975a, p. XVI).

O ensaio, gênero que obteve bastante destaque na primeira metade do século XX, foi assim definido por Octávio Tarquínio de Sousa no prefácio da obra *Ingleses no Brasil* (1948), de Gilberto Freyre:

O que é o ensaio? Sob esse nome o que mais comumente existe hoje é o estudo, a monografia que esgota determinado assunto dentro de linhas mais ou menos rígidas e de regras preestabelecidas. Ou então é o trabalho didático, que assenta em conhecimentos geralmente aceitos e em que cabe ao autor apenas o esforço de ordená-los ou sistematizá-los para melhor compreensão do leitor (p. 13).

Se referindo especificamente às qualidades da obra de Freyre que ele se incumbia de apresentar ao leitor, Octávio Tarquínio diz:

Ensaio na melhor significação, e com originalidade, força, simplicidade, naturalidade, dom de descobrir aspectos novos, de fixar a nota humana, de interessar nos leitores não só as ideias como os sentimentos. Repila-se para logo qualquer tentação de ligar a livro como este, de paciente pesquisa e cautelosa interpretação sociológica, caráter de romance, de obra de imaginação. De tal faculdade se socorre sem dúvida o autor – que sem ela a mais séria investigação científica poderá tornar-se estéril e enfadonha; mas é naquilo em que a imaginação representa o pressentimento do espírito ou a antecipação intuitiva, como queria Claude Bernard – para capitar mais sutilmente, na massa de fatos, testemunhos e documentos, a por vezes a esquiva verdade (SOUSA, 1948, p. 13).

Lendo as considerações de Octávio Tarquínio de Sousa sobre o ensaio, é difícil não associá-las às considerações que Viana Filho faz sobre a biografia moderna e/ou romanceada. Segundo os autores, os dois gêneros seriam capazes de garantir “a graça” e a “leveza” da narrativa, elementos tomados do romance que, como garante Viana Filho, caberiam em qualquer gênero; e ao mesmo tempo, capazes de manter o rígido compromisso com a “verdade”, a “exatidão” e o “sentimento de justiça” (VIANA FILHO, 1945, p. 19). Na verdade, é possível perceber nos dois autores, o mesmo tipo de movimentação: aproximam o gênero historiográfico que apresentam, da “ficção” ou da “obra de imaginação”, para garantir a ele as qualidades destas, como a “graça” e a “leveza”. E providencialmente delas se afastam, para reafirmar o compromisso desse mesmo gênero que apresentam, com a “verdade” e a “exatidão”. Nas palavras de Tarquínio, mais do que afastar, seria preciso “repelir” qualquer tentação de ligar a obra que apresentava, ao “caráter de romance, de obra de imaginação”.

Nos parecem apropriadas as palavras usadas por José Murilo de Carvalho para tratar, já no século XXI, das vantagens e desvantagens do ensaio. Apresentando seu artigo como um ensaio, ele diz: “O que se segue é, então, um ensaio desprezioso que carrega as vantagens e desvantagens do gênero. Entre as primeiras, está a liberdade de pensar, entre as segundas, um razoável grau de subjetivismo” (CARVALHO, 2008, p. 551). Nos parece certo que Pedro Calmon, em *O Rei Filósofo* (1938), se permitiu pensar com liberdade, originalidade e expressar opiniões subjetivas. A ideia de que a república não teria sido proclamada em 7 de abril de 1831 porque teria, de fato, passado a existir com a regência e o esquecimento da figura do imperador, é trabalhada reiteradamente em *O Rei Filósofo* (1938) e abandonada em *História de D. Pedro*

II (1975): “Porque a república, se já existia de verdade, com a regência?” (CALMON, 1938, p. 29). Ou ainda: “A revolução brasileira não destronou Pedro II: fez melhor. Esqueceu-o. É a outra forma de banir os reis. Finge-se que não vivem” (CALMON, 1938, p. 30).

Acreditamos em uma perspectiva que trate *O Rei Filósofo* (1938) como obra de um período marcado pela inexistência de um padrão de escrita biográfica, portanto pertencente a um gênero historiográfico que se renovava e se reconstruía. Usando o termo “tradicional” para nos referir à escrita biográfica comprometida principalmente com o aspecto da moral e da exemplaridade, e o termo “moderna” para nos referir a uma escrita biográfica renovada que se propõe a traçar o perfil do biografado de uma forma múltipla e complexa, podemos identificar na obra de Calmon elementos de ambas.

A linguagem retórica utilizada por Calmon certamente aproxima a sua obra de uma escrita biográfica tradicional. O estilo rebuscado e a linguagem visual que lhe era peculiar, são usados para estabelecer laços entre o leitor e o biografado. Se uma das finalidades dos panegíricos era suscitar a admiração das gerações futuras pelo biografado, o que o autor buscou nessa biografia talvez seja criar, mais do que laços de admiração, laços afetivos entre o leitor e a figura do Imperador menino. Em determinada passagem – talvez das mais expressivas da obra, não só pela originalidade da abordagem, mas também pela força da linguagem visual, capaz de revelar toda a instabilidade do período regencial escondida atrás da paisagem amena da capital do Império – Pedro Calmon tenta estabelecer vínculos entre o Imperador menino e o povo brasileiro, ressaltando os aspectos que uniam o “menino sem pais” e o “povo sem juízo”:

Dir-se-ia que eram dois desamparados que se encontravam, o menino sem pais e o povo sem juízo, ambos aflitos na sua precoce emancipação, o Gigante e o Pequeno-polegar, medindo-se numa alvoroçada esperança.... Voltaria a ordem velha? Reconheceria o Brasil o futuro desse miúdo príncipe calado, que os comerciantes do porto viam, às tardes, na janela do Paço da Cidade, a cabeça loira pendida sobre o papel, a desenhar uma eterna paisagem? (1938, p. 44).

Mas, a despeito da linguagem rebuscada e das tentativas de criar empatia entre leitor e biografado, certamente há também em *O Rei Filósofo* (1938) elementos que a afastam de escrita biográfica tradicional e a aproximam de uma escrita biográfica moderna. Buscando retratar o biografado de uma forma mais humana e complexa, em certos momentos, o autor faz críticas ao biografado. Calmon não se furta, por exemplo, em apontar as consequências danosas da educação recebida pelo Imperador. Para ele D. Pedro II teria se tornado um “sábio sem imaginação criadora, um soberano sem inquietações grandiosas, um homem sem tumultos sentimentais, monarca quase sem corte, de muitos serviçais e poucos amigos” (CALMON,

1938, p. 41). São expressões que dificilmente poderiam se identificar com o caráter de exemplaridade que se buscava com as biografias tradicionais.

Como uma obra de um gênero historiográfico que se renovava ética e esteticamente, tentaremos mostrar que na biografia de Calmon parece haver espaço para opiniões complexas e cercadas de nuances. Há que se ter cuidado para não tomar equivocadamente alguns arroubos de estilo do autor, eles talvez estejam ligados antes a uma forma de escrita do que às suas ideias e concepções. Referindo-se aos filhos abandonados no Brasil por D. Pedro I, Calmon diz: “Tinham sido confiados pelo destino à generosidade de um povo sentimental, que em vinte anos idolatrara avô, pai e neto...” (1938, p. 44). Faria ele, autor, parte do povo sentimental? Ou a biografia era escrita *para* um povo sentimental por um autor que, em alguns momentos, se traía e dele se afastava?

1.3.7 *História de D. Pedro II* (1975)

Em 1941, a pedido do Conde de Afonso Celso, Calmon havia publicado *A Princesa Isabel, a Redentora*, obra que encerraria a série dos “volumes coroados”. Em 1975, portanto passados trinta e quatro anos, como homenagem ao sesquicentenário do nascimento de D. Pedro II, Pedro Calmon, então Presidente do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, publicou uma obra “monumental” (CARVALHO, 2007, p. 262) composta de cinco volumes, intitulada *História de D. Pedro II*. Bem de acordo com as finalidades da biografia moderna e/ou romanceada, que buscava “fazer *viver* o biografado” (GONÇALVES, 2009, p. 208, grifo nosso) ou oferecer “a visão de conjunto de uma *vida* considerada na sua totalidade” (VIANA FILHO, 1945, p. 37, grifo nosso), Calmon havia usado sistematicamente a palavra *vida* no título das obras anteriores. É, portanto em 1975, a primeira vez que temos, nas biografias dos personagens imperiais de Pedro Calmon, não a *vida* do soberano dando título à obra, mais a sua *história*⁶.

De fato, embora trate de um personagem do Império, a obra constitui uma abordagem bastante distinta daquela verificada em *O Rei Filósofo* (1938), que compõe os seus “volumes coroados”. Chamou a atenção de seus contemporâneos a riqueza de fontes. Para Austregésilo de Athayde, nela Calmon daria respostas de maneira “estrita e permanentemente documentada”

⁶ O autor havia usado a palavra “história” no título de sua terceira biografia de Castro Alves publicada em 1947 intitulada *História de Castro Alves*. À semelhança do que aconteceu com D. Pedro II, Calmon também retornou a esse personagem escrevendo sobre ele mais de uma biografia; no caso de Castro Alves forma três obras.

(1975, p.1). Para Montello a obra não seria “apenas a biografia do Imperador, com um aparato factual verdadeiramente exaustivo e insuperável”, ela seria “o painel completo de uma época” (1975b, p.1). A indeterminação entre literatura e história que por vezes cercara a obra de Calmon parecia superada – desta vez, que não houvesse dúvidas, fazia história. Antes mesmo de sua publicação, a obra havia sido premiada pelo Instituto Nacional do Livro. O autor havia concorrido sob o pseudônimo de Gandavo e sua obra, escolhida por um júri composto pelos escritores Raquel de Queiróz, Adonias Filho e Jonas de Moraes Correia Filho, era a vencedora da categoria “História”.

Composta por volumes cujas páginas são numeradas em sequência ininterrupta, a obra possui mais de duas mil páginas divididas em cinco volumes assim explicados pelo autor:

O 1º, das *origens*, formação e plenitude, começa em 1825, termina em 1853; entre a liquidação da herança colonial e a instalação da paz imperial.

O 2º - Cultura e Política – situa-o entre a Conciliação (1853) e a Vitória (1870).

Corresponde o 3º, à maturidade e à reforma do sistema, tão estável entretanto em 1871 e em 1876, que permitiu a extensa viagem: o seu encontro com o mundo; ambos os mundos e todas as celebridades.

O 4º compreende – da Abolição à República – o ocaso do Império. Calcado no diário do exílio o 5º volume é essencialmente autobiográfico (CALMON, 1975, p. XXI).

No entanto, apesar de sua “monumentalidade” e da farta documentação utilizada, já em 1976 começam a aparecer os primeiros indícios de insatisfação com a recepção que a obra teria tido. Montello, em artigo intitulado *A promoção do livro brasileiro*, apontava a necessidade de um departamento que pudesse “prestar ao livro brasileiro a assistência da adequada difusão”. Para isso, lamentava a acolhida da obra do amigo Pedro Calmon:

Dou aqui um exemplo, que me parece expressivo. O historiador Pedro Calmon dedicou vinte anos de sua existência à elaboração de *História de D. Pedro II*, obra em cinco volumes de mais de duas mil páginas, sobre a figura do Imperador e sobre o seu tempo, primorosamente editada por José Olympio, na Coleção Documentos Brasileiros. Até este momento, somente três artigos lhe assinalaram os altos méritos: dois, escritos por mim; um, por Austregésilo de Athayde. Sem esses aplausos, a obra monumental estaria passando em silêncio [...] (MONTELLO, 1976, p. 1).

Já em 1986, nas homenagens feitas pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro a Pedro Calmon, por ocasião de um ano de sua morte, o sentimento parece o mesmo. Apenas os empecilhos para uma recepção mais favorável teriam se alterado:

Provavelmente, daqui a cem anos, a história ‘não factual’ e a ‘glória dos vencidos’ serão assuntos já requentados e peremptos e a história bem escrita e bem contada ressumbrará, e Pedro Calmon continuará a permanecer como um dos maiores historiadores do Império Brasileiro entre Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Tobias Monteiro e Heitor Lyra. Sua *História de Dom Pedro II* será um livro imperecível, como os deles, sobretudo, talvez, pela muito maior riqueza de documentação e de bibliografia, cuja unidade esperemos seja possível preservar de dispersão, para melhor servir à história nacional (CHAVES FILHO, 1986, p. 345).

O entrave para uma melhor recepção parecia ser agora a predominância de uma abordagem historiográfica que privilegiava o “não factual” e a visão dos vencidos. *A História de D. Pedro II* (1975) ainda não havia sido devidamente valorizada. Mas poderia ser, dali a cem anos.

Já no século XXI José Murilo de Carvalho e Richard Barman, também eles biógrafos de D. Pedro II, expressaram suas opiniões sobre a obra. Para Carvalho “com rica iconografia e abundância de fontes, não tem o rigor e a sobriedade narrativa da obra de Heitor Lyra, e o estilo florido pode não agradar ao leitor de hoje” (2007, p. 262). Barman se refere ao texto de Calmon como “amplamente anedótico” (2012, p. 578). Ainda afirma que o estudo “falhou especialmente em reavivar o interesse pelo Imperador e seu reinado” (BARMAN, 2012, p. 578).

De fato, há da parte do autor, um tom crítico à Monarquia e algumas vezes à própria história do Brasil, que pode ser notado desde as primeiras páginas. Como quando narra a chegada ao Brasil de Amélia de Leuchtenberg, segunda esposa de D. Pedro I. Destacamos aqui a forma utilizada pelo autor para narrar esse mesmo fato nas duas biografias. Em *O Rei Filósofo* (1938): “Chegara D. Amélia de Leuchtenberg, segunda imperatriz do Brasil, formosa e juvenil como um cromo, deitando a tudo os úmidos olhos negros, capaz de transformar – tal nos contos de fadas – espinheiros em rosas” (CALMON, p. 21).

De forma bem distinta dos contos de fadas, em *História de D. Pedro II* (1975):

Chegaram com “muita chuva, e foi uma tristeza (narra a mulher do General Calado) a 17 de outubro. Antes do Imperador, subiram a bordo as princesinhas e o pequeno príncipe.

Amélia abraçou-os com ternura. O Imperador é que não resistiu à emoção. Segundo o ministro austríaco, saudou-a, beijou a filha, e desmaiou. Podia ser a epilepsia. Constatou que foi o deslumbramento (CALMON, p. 30).

Além disso, na biografia de 1975, Calmon se refere ao fato da população ter aclamado D. Pedro II em 1831, logo após a partida de D. Pedro I, como um “golpe de teatro” (1975, p. 52) e classifica como “patético” (1975, p. 65) o discurso do Visconde de Cairu em defesa do Imperador no episódio que terminaria com a permanência de José Bonifácio de Andrada e a

queda de Feijó. É interessante notar aqui a posição crítica de Calmon com relação a dois episódios da história do Brasil nos quais os interesses da Monarquia parecem ter prevalecido.

Ainda podemos notar, em *História de D. Pedro II* (1975), uma preocupação maior em estudar o Imperador como personagem histórico, ressaltando as relações com seu tempo e com seu meio. Com isso, a história do país passa a interessar tanto quanto o drama existencial do biografado, e a biografia do Imperador se aproxima de uma história do Segundo Reinado. Mas o que pode sugerir uma divisão de espaços acaba se resolvendo na forma de um esforço do autor em conciliar e sobrepor as perspectivas, permitindo compor um quadro complexo e multifacetado da vida de D. Pedro II. Em alguns momentos, o leitor percorrerá vários capítulos sem que a história avance cronologicamente, capítulos de intriga familiar e história política se alternarão dando a sensação de se penetrar na história, ao invés de nela avançar. Obviamente isso contribui para que a obra se torne volumosa.

Há ainda um outro aspecto que, de certa forma, se relaciona com a dimensão que a obra alcançou: há nela espaço para o que não houve. Em algumas biografias se pode notar a preocupação do biógrafo em identificar o que teria tornado a trajetória de seu biografado excepcional, o que o teria destacado. Pois nas biografias dos reis, sobretudo aqueles cuja hereditariedade lhes garantia o poder desde o nascimento, nos parece imprescindível haver um esforço do biógrafo no sentido inverso, ou seja, de desnaturalizar a majestade do monarca, revelando-o assim, em uma dimensão mais humana.

Pois é nessa linha que Calmon parece trabalhar quando aponta vários momentos de profunda instabilidade envolvendo questões políticas ou mesmo pessoais, momentos em que a história do Imperador poderia ter se alterado fazendo com que Pedro II se tornasse Pedro de Alcântara, um personagem bem diferente do que conhecemos. Há um subcapítulo cujo título é “Seria expulso?”, que trata de uma carta do Conde de Rechberg onde se faz alusão a um possível reinado de D. Januária, irmã de D. Pedro II e princesa imperial⁷.

Embora tais fatos façam parte da “pequena história”, abrigada nos Anais legislativos e nos arquivos que constituem seu cemitério (CALMON, 1975, p. 265), sua narração e seu conhecimento contribuem para entender a história de D. Pedro II de uma forma mais sinuosa e complexa do que o seu longo reinado pode sugerir. A narrativa, nesse sentido, e nos referimos

⁷ Tal fato também aparece na biografia de D. Pedro II escrita por Heitor Lyra publicada entre 1938 e 1940.

aqui somente a esse sentido, parece caminhar na mesma direção da preocupação de Pierre Bourdieu, segundo a qual, estaria inserida nas biografias uma falsa noção de história de vida como trajeto com início, meio e fim, onde se aceita, tacitamente, “a filosofia da história no sentido de sucessão de acontecimentos históricos” (2006, p. 183). A existência de tal noção teria como pressuposto “o fato de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apresentado como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto” (BOURDIEU, 2006, p. 183). Tal pressuposto, estaria ligado aos termos “já”, “desde então” e “desde pequeno”, presentes em várias biografias. Pois no caso de D. Pedro II, para quem o reinado se desenhou tão precocemente, ou nas palavras de Calmon, que tão cedo teve “o nome numerado” (1975, p. 56), combater essa noção se torna necessidade ainda mais premente que o autor, conscientemente ou não, e ainda que de forma incompleta e contraditória, parece ter percebido.

Fazendo justiça aos intelectuais brasileiros, preocupação semelhante também pode ser notada na obra de Viana Filho, escrita em 1945:

Assim, o que mostra a realidade é não serem as vidas uniformes, lógicas, inteiramente boas, ou inteiramente más, mas cheias de variações, de intermitências, e, muitas vezes, surpreendentes. Longe de ter a imobilidade e a uniformidade dum quadrilátero de granito, de faces polidas, e que pudéssemos ver e compreender de pronto, a vida humana se assemelha aos cursos d’água, aos rios [...] (p. 54).

Na obra *As identidades do Brasil 2: De Calmon a Bonfim* (2006), José Carlos Reis se propõe a investigar qual era a interpretação que Pedro Calmon teria da história do Brasil a partir da obra *História da Civilização Brasileira* publicada em 1933. Ele afirma:

Ao contrário do que pensava Freyre, Calmon estuprava o espírito dos jovens e até de crianças, nas escolas, e impunha-lhes uma opção ideológica ultraconservadora. No final, Calmon se reduziu a Varnhagen, ao não distinguir a história do Estado da história da nação e ao legitimar a violência do Estado (REIS, 2006, p. 43).

E ainda:

O que há de comum entre elas [a interpretação construtiva de Calmon e a interpretação estatizante de Varnhagen] é o elogio da Monarquia, da aristocracia, o elitismo, o medo da República e a desconfiança em relação ao mestiço/povo brasileiro como sujeito histórico (REIS, 2006, p. 43).

Analisando as duas biografias de D. Pedro II é possível notar indícios de que tenha se alterado, com a maturidade, a forma como Calmon percebia a história do Brasil. É isso que abordaremos no próximo capítulo, juntamente com sua concepção de história, e como elas teriam se alterado quando se comparam obras da juventude do autor e de sua maturidade. Em

última instância, é possível que essas alterações tenham modificado os perfis de D. Pedro II que se depreendem das duas biografias.

Capítulo 2

Duas palavras

*O prólogo, quando os astros são propícios, não é uma forma subalterna de brinde;
é uma espécie lateral de crítica.*

Jorge Luis Borges, *Prólogos com um prólogo dos prólogos*.

Duas palavras ou *Explicação*, eram esses os títulos que Calmon – quase invariavelmente – dava aos seus prefácios. Títulos apropriados para prefácios que eram – também quase invariavelmente – curtos e elucidativos. Os títulos informam sobre a intenção do autor que parece ser convidar o leitor para uma conversa curta, porém, necessária. Era como se precisasse dizer ao leitor algumas poucas palavras, antes que este iniciasse a leitura do texto. Após uma ou duas páginas de breve conteúdo, os assinava com simplicidade. Ao invés de Pedro Calmon, as iniciais.

Como já foi observado por Gerard Genette, nos prefácios os autores fazem uso de um repertório bastante estável, e muitas vezes “recorrem sem saber a receitas já bem testadas” (2009, p. 147). Talvez isso configure a história dos prefácios, a despeito da genialidade de vários deles, como uma história de recorrências. Para além dos títulos e da assinatura, a maior recorrência dos prefácios de Pedro Calmon talvez tenha sido o fato de terem tido sempre, até onde se pôde verificar, o mesmo autor.

Calmon foi um homem bem relacionado e influente em diversos meios sociais. Além de deputado pelo Estado da Bahia e Ministro da Educação do governo Eurico Gaspar Dutra, se manteve, durante toda a vida, muito próximo à várias instituições ligadas ao saber e à cultura. Além das já citadas Academia Brasileira de Letras e Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, onde ocupou o cargo de orador e presidente, foi membro de instituições fora do Brasil como a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Portuguesa da História. Isso tudo nos permite supor que não tivesse dificuldades em encontrar autores que se destacassem nos mais variados assuntos e que se dispusessem a prefaciá-las suas obras. No entanto, chama a atenção o fato de Calmon ter sido sempre, o prefaciador de si mesmo.

Nos parece conveniente dar aos prefácios de Calmon a mesma importância que o autor lhes conferiu. Isso porque em meados do século XX, esse momento de renovação da produção historiográfica e início da constituição de um campo científico da história do Brasil, os autores, de formação acadêmica normalmente bastante variada, costumavam usar seus prefácios para demarcar suas posições quanto à visão da história que propunham e o método que utilizavam. Se hoje cresce a importância sobre as questões epistemológicas que orientaram as diversas escritas da história, se ganham relevância as indagações sobre as questões que as nortearam; é razoável que ganhem importância também as análises dos textos prefaciais, pois nos parece terem sido eles um espaço onde os autores se manifestaram com certa clareza e objetividade a respeito de suas concepções historiográficas.

Obviamente se deve considerar que nem sempre o posicionamento historiográfico demarcado nos prefácios se realizou plenamente nas obras. Nesse caso, o prefácio se liga à obra apenas como uma carta de intenções frustradas e as “concepções historiográficas” do autor se tornam apenas suas “aspirações historiográficas”. Ainda assim, o prefácio valeria para fazer supor as dificuldades do historiador.

O tamanho da obra de Calmon, sua variação – publicou nas áreas de ficção, história e direito – e longevidade constituem, certamente, um desafio para seus analistas. Tendo publicado pela primeira vez em 1923, seguiu publicando obras inéditas até pelo menos no ano de 1995, quando a Editora Nova Fronteira publicou, postumamente, suas memórias inacabadas com o título, mais uma vez breve, de *Memórias*. Seus prefácios constituem então uma forma de aproximação ao seu pensamento durante esses mais de setenta anos de publicação. Mais que isso, nossa hipótese é de que eles permitem acompanhar as alterações que teriam ocorrido na percepção que possuía sobre alguns conceitos caros à historiografia. Se nossa hipótese se confirmar, ou nas palavras de Borges na epígrafe desse capítulo, se os astros forem propícios, a análise dos textos prefaciais pode se mostrar ferramenta válida para a compreensão da escrita da história de Calmon e para considerações sobre os caminhos que ela teria trilhado.

Nos servem como orientação metodológica as considerações feitas por Gérard Genette na obra *Paratextos Editoriais* (2009), em que analisa detidamente todas as mensagens paratextuais, ou seja, tudo “aquilo por meio de que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneira mais geral ao público” (GENETTE, 2009, p. 9). Seriam então paratextos editoriais os títulos, subtítulos, prefácios, preâmbulos, epígrafes, ilustrações, dedicatórias e todos os outros elementos que não constituem exatamente o texto, mas que

o cercam e o prolongam, exatamente para *apresentá-lo*, no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais forte: para *torná-lo presente*, para garantir sua presença no mundo, sua ‘recepção’ e seu consumo, sob a forma, pelo menos até hoje, de um livro (GENETTE, 2009, p. 9, grifos do autor).

Interessa-nos, entretanto, um tipo específico de paratexto, o prefácio, que na definição do autor é:

toda espécie de texto liminar (preliminar ou pós-liminar), autoral ou alógrafo, que consiste num discurso produzido a propósito do texto que segue ou que antecede. Assim, o “posfácio” será considerado uma variedade de prefácio, cujos traços específicos, incontestáveis, parecem-me menos importantes do que aqueles que tem em comum com o tipo geral (GENETTE, 2009, p. 145).

Embora Genette trate o posfácio como uma variedade do prefácio, faz questão de diferenciá-los da introdução. De fato, o caráter mais circunstancial dos prefácios, quando comparados à introdução, é um dos elementos que os tornam particularmente interessantes. Mostram o ponto de vista do autor sobre sua obra em circunstâncias específicas que, como veremos, podem se alterar com o tempo. As considerações de Jacques Derrida sobre o paratexto hegeliano são elucidativas também para nossa análise:

Deve-se distinguir o prefácio da introdução. [...] A introdução (*Einleitung*) tem uma ligação mais sistemática, menos histórica, menos circunstancial com a lógica do livro. É única, trata de problemas arquitetônicos, gerais e essenciais, apresenta o conceito geral na sua diversidade e na sua autodiferenciação. Os prefácios, ao contrário, multiplicam-se de edição para edição e levam em conta uma historicidade mais empírica; respondem a uma necessidade de circunstância... (DERRIDA *apud* GENETTE, 2009, p. 145).

Outra característica do prefácio que nos interessa, é o fato de ele ter um destinatário claro: o leitor do texto. Essa consideração é menos óbvia do que pode parecer: considerando que “lê-se menos facilmente um prefácio do que um release numa estante de livraria”, podemos considerar que normalmente o leitor do prefácio é normalmente o dono do livro (GENETTE, 2009, p. 172). Nesse caso, ao contrário do título e do release que falaria com o público em geral, o prefácio falaria ao leitor do texto e suporia sua iminente leitura. Em outras palavras, ele se torna, antes que um espaço de apelo à leitura, um espaço para sua orientação.

Ainda nos interessam as considerações de Genette sobre os prefácios alógrafos, ou seja, prefácios cujo autoria, suposta ou real, é delegada a um terceiro. Esse tipo de prefácio teria como função mais importante e mais específica, que motivaria o recurso a um prefaciador, a função de recomendação. Não haveria nele necessidade do “elogio indiscreto” ao autor, uma vez que “a função de recomendação, na maioria das vezes, está implícita, porque a presença desse tipo de prefácio já é, por si só, uma recomendação” (GENETTE, 2009, p. 236). O prefácio

redigido por um escritor mais consagrado, por sua atualidade, por sua nacionalidade, ou por diferentes fatores, funcionaria como uma “caução” ou “endosso” do texto apresentado.

Calmon foi um homem que não abriu mão de formas variadas de legitimação de sua obra. A partir de 1936, quando ingressou na Academia Brasileira de Letras, passou a constar na folha de rosto de suas obras a inscrição “Pedro Calmon - Da Academia Brasileira”. Em várias obras, de várias editoras, a inscrição pode ser vista. O que o teria feito abrir mão, assim como a vários outros autores de sua geração, de uma forma clássica de legitimação como a representada pelos prefácios alógrafos, nos parece ser a possibilidade de fazer do prefácio um espaço para justificação da obra e orientação da leitura. Abdicando do prefácio como ferramenta de legitimação, eles funcionariam então como um “lugar privilegiado de uma pragmática e de uma estratégia, de uma ação sobre o público” (GENETTE, 1987, p. 8 *apud* ARAÚJO, 2010, p. 3).

2.1 Anseios e propostas de uma geração

Fábio Franzini refere-se aos princípios que orientaram homens de grande importância, no ambiente cultural brasileiro da primeira metade do século XX, tais como José Olympio e Monteiro Lobato, nos seguintes termos:

Como no caso de Monteiro Lobato, vale notar que, apesar das sugestivas evidências em contrário, as opções de José Olympio não se guiavam por mero interesse ou oportunismo comercial e político. Pretensiosamente e sem qualquer ingenuidade, elas buscavam antes de tudo dotá-lo das condições materiais necessárias ao exercício de uma presumida função social, voltada ao desenvolvimento da cultura nacional (2006, p. 75).

Mais adiante, Franzini liga o comportamento de José Olympio ao comportamento de toda uma geração:

José Olympio, na verdade, personificava em si e em sua atividade muito do espírito da época. Do início modesto em São Paulo à afirmação como editor de renome, toda a sua ascensão pessoal e profissional se desenvolvera *pari passu* às profundas mudanças ocorridas na sociedade brasileira entre meados da década de 1910 e o início dos anos 1930, as quais moldaram a geração intelectual que então se formava. Mesmo sem ser propriamente um *intelectual*, mas trabalhando – fosse como empregado, fosse como empresário – em seu território, ele acabou por assumir e partilhar os anseios e as propostas dessa nova geração (à qual, de resto, pertencia), bem como a também nova consciência nacional por ela reivindicada e expressada. Justamente por isso é que ele se via e era visto como parte de um esforço maior e coletivo, o de conhecer em profundidade o país para, a partir daí, modificar as suas estruturas (FRANZINI, 2006, p. 75, grifos do autor).

José Olympio e Pedro Calmon são, rigorosamente, homens de uma mesma geração, ambos nascidos em 1902. Além disso, fizeram parte do mesmo ambiente intelectual. José

Olympio foi o editor de várias obras de Calmon, com ou sem o selo da Coleção Documentos Brasileiros. No entanto, as análises da obra de Pedro Calmon raramente se apoiam nos valores que o moviam, privilegiando quase sempre os aspectos ideológicos que orientavam seu fazer historiográfico.

Arno Wehling, em estudo publicado em 2003 na *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, sob o título *Pedro Calmon e a tradição hermenêutica na Historiografia Brasileira*, parece apontar em uma outra direção. Em determinado momento Wehling se questiona sobre a concepção de história de Pedro Calmon que incluiria sempre a emissão de julgamento ou avaliação, o “tribunal da história”, nem sempre presente para outros autores de mesma tradição. Segue a reflexão de Arno Wehling:

Em que se baseavam tais juízos? Numa opção subjetiva, provavelmente ideológica, do autor? Embora a resposta em algumas situações na obra de Calmon apontem para esta direção, em outros casos correspondem melhor a um referencial valorativo que o acompanhou desde a juventude, valorações que transcendiam o mero senso de oportunidade ou o engajamento político: *valores éticos*, como os de um cristianismo difuso, não confessional e de um humanismo pautado no direito natural, de cujas teses tinha bom conhecimento; *valores políticos*, como considerar nação e estado, respectivamente à Michelet e à Hegel, a suprema realização do homem no campo das realizações políticas; *valores sociais*, como a convicção da necessidade de elites dirigentes condutoras das sociedades (2003, p. 89).

A adoção da abordagem sugerida por Wehling, ou seja, a necessidade de se avaliar o “referencial valorativo” que orienta a escrita de Calmon, parece se justificar. Primeiramente ela se apresenta como uma alternativa ou um complemento, para a abordagem dos aspectos ideológicos – igualmente válida – seguida pela maior parte dos estudos sobre o autor. Além disso, nos parece adequada por considerar que os valores pessoais fundamentam ou são parte das percepções e concepções historiográficas que orientaram a escrita.

2.2 Uma reação honesta à imperfeição

Se Calmon prescindia do prefaciador, não prescindiu do prefácio. Quase toda obra vinha acompanhada de um novo prefácio, ainda que se tratasse apenas de nova edição de obra anteriormente publicada. Os títulos dos prefácios podiam variar um pouco para se adequar às necessidades do autor. A expressão *Duas palavras*, em alguns casos foi alterada para *Palavras Prévias*, e para explicar ao leitor a necessidade de retorno a um tema que parecia resolvido em abordagem anterior, o prefácio sempre viria com o mesmo nome: *Explicação*.

E foram muitas “explicações”. Calmon gostava de voltar aos temas, dizia ser uma “reação honesta à imperfeição” (1995, p. 185). Além do retorno ao tema de D. Pedro II, retomou seguidas vezes a história de Castro Alves. Depois de publicar *Vida e amores de Castro Alves* (s.d.), publicou *História de Castro Alves* (1947), e depois afirma ter completado e resolvido as “obscuridades que ficaram” (CALMON, 1995, p. 185) com *A vida de Castro Alves* (1956). Com *História da Casa da Torre* (1939 e 1958) diz ter acontecido “processo semelhante” (CALMON, 1995, p. 185).

As novas abordagens não constituíam simplesmente novas edições, revistas e alteradas, de uma obra anterior – exceção feita a *A vida de Castro Alves* (1956) que, embora alterada e com outro título, foi considerada segunda edição de *História de Castro Alves* (1947). Eram de fato novas obras, em geral bastante ampliadas, que mereceram novos títulos, novos prefácios ou novas “explicações”. Somente no caso de *História da Casa da Torre* (1939 e 1958) o título se manteve.

Agrupados aqui por tema, os prefácios dessas obras formam séries de prefácios sobre um mesmo personagem. Assim, temos séries de prefácios sobre D. Pedro II, Castro Alves e a família d’Ávila, protagonista da *História da Casa da Torre*. É interessante observar as diferenças de posicionamento do autor diante de sua obra ao longo do tempo. De fato, elas já começam na forma de apresentar o personagem. Mas não é somente o posicionamento em relação a sua obra ou ao biografado que se altera. Nestas séries de prefácios também é possível notar como se alteram, ao longo do tempo, os conceitos que fundamentam a sua escrita da história.

2.3 A história, “como o povo a percebe”

É importante, antes de abordar as séries de prefácios, partirmos da definição de história. E o autor nos dá esta possibilidade. No prefácio de *Figuras de Azulejo* (s.d.) Pedro Calmon, usando uma metáfora, trata de personagens do passado que, assim como personagens de um painel de azulejos portugueses, ganhariam vida através de uma narrativa. Resulta daí uma percepção do que seria a história. Mas por não compartilhar, ou talvez por não se orgulhar dela, Calmon atribuiu essa percepção ao “povo”:

A história, como o povo a percebe, é um largo painel de ladrilhos cheio de imagens solenes, de distante e insólita atitude. Às vezes a lenda, a narrativa, o romance, despertam do seu sono aquelas figuras, roubam-nas à paz da cerâmica mural, desata pela face da terra a sua humanidade esquecida, que a vida perfuma com a paixão, o tumulto, o ódio, o afeto, e lhes restituem a personalidade que já tiveram. Nestes capítulos onde as figuras são de azulejo, vivem elas também essa efêmera existência: o tempo necessário para se destacarem do vasto desenho antigo, desfilar aos olhos do leitor o vulto venerável cujo contorno azul é do pincel remoto, e voltar para o silhar poeirento, onde a imortalidade as fixou.

Figuras de azulejo...(s.d., p.6).

A leitura apressada desse prefácio pode levar a uma interpretação equivocada da metáfora utilizada. Segundo essa interpretação, a história seria a protagonista evidente na citação acima: a narrativa que concede aos personagens sua “efêmera existência”. Mas o autor deixa claro: a história, “como o povo a percebe”, é um lugar ou um “painel” onde se encontram figuras imobilizadas que ganhariam uma curta existência através de uma “lenda”, uma “narrativa” ou um “romance”. Dito de outra forma: a história não é a “narrativa” que envolve os personagens dos painéis de azulejos, a história é o “largo painel de ladrilhos”. A metáfora faz uma equivalência da história com os acontecimentos passados, e não com a sua narrativa.

Segundo Reinhart Koselleck, por volta de 1750 já teria se completado no contexto alemão o abandono do termo “*Historie*” e o subsequente emprego do termo “*Geschichte*” para se referir à história. Embora ambos os termos já viessem sendo usados, havia algum tempo, para se referir tanto ao relato quanto ao acontecimento, Koselleck afirma que “*Historie*” “significava predominantemente o relato, a narrativa de algo acontecido” enquanto “*Geschichte*” teria significado “originalmente o acontecimento em si” (2006, p. 48). A substituição do termo “*Historie*” por “*Geschichte*” estaria associada então a um retraimento da dimensão narrativa da história (KOSELLECK, 2006, p. 237).

Na metáfora de Calmon, vemos a história ligada, sem dúvida, aos acontecimentos do passado. No entanto, durante todo o prefácio é possível notar a enorme importância que o autor atribui à narrativa. A simplicidade de cenários nos painéis de azulejo é pretexto e ocasião para o autor mostrar sua importância:

A paisagem é crua e sumária [...] Panorama de porcelana da China. Cenário de oleiro melancólico que só pensa no semelhante, não sente, não entende, não ouve a árvore, ao contrário do poeta, para quem ela é tudo. E fica-se a cismar no enredo, que ninguém conhece, daqueles fantoches esmaltados. [...] Que diziam eles? Que nos contam na sua misteriosa linguagem? (CALMON, s.d., p.5).

Uma “narrativa”, uma “comédia” ou um “drama” contados por esses personagens, parece ser o que interessa. O que ele quer saber é: “que diziam eles?”. Além disso, uma narrativa

capaz de dar vida aos personagens, concedê-los uma “efêmera existência” sem a qual eles estariam presos a uma “imortalidade” que mais se assemelha à imobilidade, uma narrativa com tais poderes adquire uma preponderância inelutável.

Há ainda o que se destacar. Na citação, é a figura do “poeta” que se interessa pela narrativa, e não a figura do historiador. E a ele caberia “sentir” e “entender” os acontecimentos. Todos esses aspectos nos parecem muito associados à percepção de história. Não à “do povo”, mas a de Pedro Calmon. Eles são recorrentes nos prefácios que analisamos.

2.4 As séries de prefácios

2.4.1 D. Pedro II: de rei a servidor público

Nos prefácios das duas biografias de D. Pedro II, publicadas com um intervalo de aproximadamente quatro décadas, quase não se reconhece o mesmo biografado. No curto prefácio de *O Rei filósofo* (1938), Calmon se refere a D. Pedro II como um “rei” (p. 13). Em *História de D. Pedro II* (1975), o “rei”, apresentado no prefácio da biografia anterior como “um dos mais serenos e nobres espíritos do seu século” (CALMON, 1938, p. 13), é então apresentado como “o mais silencioso e ativo servidor público que teve o Brasil” (CALMON, 1975, p. XIX). Na apresentação do biografado, entre uma biografia e outra, pouca coisa se manteve. Talvez a serenidade do Imperador, representada em 1975 pelo seu silêncio.

Em uma perspectiva que nos parece próxima das concepções do inglês Thomas Carlyle, para quem “o herói contém e representa a civilização em que está compreendido” (TAINÉ *apud* LORIGA, 2011, p. 79), no prefácio da primeira biografia Calmon atribui enorme protagonismo histórico aos heróis. Após fazer uso de uma metáfora bíblica para se referir a D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II, fala sobre o papel desempenhado por eles. Os “reis” brasileiros teriam “encarnado” e “aumentado” o Brasil (CALMON, 1938, p. 14). Na mesma linha, prossegue:

Representam os povos, os seus personagens dirigentes. À falta da autêntica fisionomia do Brasil, destaquemos os seus índices biográficos, as forças condutoras do país, vidas insígnies que não se separam mais de sua evolução, as almas sínteses (CALMON, 1938, p. 14).

Passado o tempo, em *História de D. Pedro II* (1975), o prefácio já não é tão curto⁸, mas os elogios a D. Pedro II ou ao seu reinado não encontram espaço. Palavras ambíguas descrevem o Segundo Reinado como “original, difuso, brasileiríssimo reinado de D. Pedro II” (CALMON, 1975, p. XX). Há tanta moderação ao tratar do papel desempenhado por D. Pedro II, que Calmon parece querer eximir-se da tarefa. Chega a dizer que o leitor perceberia melhor o personagem de D. Pedro II nas palavras de Machado de Assis em *Dom Casmurro* (CALMON, 1975, p. XXIV). No entanto, encerra o prefácio com palavras suas, um texto preciso que reafirma a importância do imperador sem, no entanto, adjetivá-la ou qualificá-la:

[D. Pedro II] Vinha do Colégio Pedro II, ou de alguma das sociedades doulas a que pontualmente comparecia, para cobrar o exame, para presidir a sessão, para fiscalizar o concurso, para ouvir a conferência; obediente ao horário da lição como um professor honesto. Os transeuntes tiravam-lhe o chapéu; e acompanhavam com o olhar reverente a carruagem escoltada pelo piquete pacífico. O seu nome envolvia o país, a época, o século. Foi o tempo de D. Pedro II (CALMON, 1975, p. XXIV).

Quando trata da “verdade”, tema recorrente nos prefácios das obras historiográficas da primeira metade do século XX, Calmon reafirma o compromisso com ela em ambos os prefácios. Mas aqui também as diferenças são superlativas. Em 1938, em meio ao processo de renovação da escrita biográfica ao qual já nos referimos, Calmon sente necessidade de se posicionar e faz isso afastando-se do panegírico. Na sequência, demonstrando estar de acordo com as concepções do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – instituição à qual já pertencia havia sete anos – reafirma a necessidade da passagem do tempo e do distanciamento dos fatos para a escrita da história.

O historiador não pode ser apologista. O panegírico é a outra face – leviana e passageira -, da crônica que pretende *rasgar em pedra formas definitivas*. Quando a arte de narrar se desprende da influência política – insensível e tenaz – que sutilmente lhe corrompe os intuitos, a luz da história, derramando-se pelos panoramas do passado, seria também o bom clarão da verdade. É tempo – isto sim – de projetá-lo sobre as sombras que envolvem homens e coisas das origens nacionais (CALMON, 1938, p. 13, grifos nossos).

Portanto, arrefecidos os debates entre monarquistas e republicanos, em 1938, Pedro Calmon considerava passado o tempo em que a “influência política” seria capaz de corromper a “arte de narrar”. Já seria tempo então, da história “rasgar em pedra” suas “formas definitivas”.

⁸ Ao que tratamos como prefácio da obra *História de D. Pedro II*, Pedro Calmon deu o nome de Nota Introdutória. De fato, esse prefácio é mais longo e tem um caráter menos circunstancial do que os prefácios normalmente apresentados pelo autor. No entanto, como não se configura uma situação de copresença dos dois paratextos, onde para Genette as diferenças entre eles se tornam mais marcantes, tomaremos essa “Nota Introdutória” como um prefácio.

Seguindo essa lógica, em 1975, mais longe da influência política e das discussões que envolveram a mudança de regime, a “verdade” estaria, supostamente, mais acessível. Mas, paradoxalmente, no prefácio de 1975, as “formas definitivas” rasgadas “em pedra” são substituídas por algo bem mais fluído e etéreo. A “verdade” dá lugar a um “sentimento de verdade”:

Essa dúvida – sobre quem realmente fosse, na intimidade e no governo [...] o mais silencioso e ativo servidor público que teve o Brasil – só a desvaneceria a consulta paciente aos arquivos. Na proporção em que se abrissem à investigação e se inspirasse esta no *sentimento da verdade*. A verdade é a justiça da história. Funda-se no documento. Para lá do documento, sim; contra o documento, nunca (CALMON, 1975, p. XIX, grifos nossos).

Calmon afirma que apesar da verdade estar “fundada” no documento, ela também poderia estar além dele. Existiriam lacunas no passado que não poderiam ser preenchidas simplesmente com a leitura adequada das fontes, mas que deveriam ser preenchidas pelo trabalho do historiador. Em 1975, Calmon reafirmava o ponto de vista sustentado por Afonso d’Escragnolle Taunay, em 1911, na conferência de abertura do curso de História Universal da Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo. Para Karina Anhezini, Taunay teria resumido partes importantes da obra *Introdução aos Estudos Históricos* dos franceses Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942), redigida entre 1896 e 1897 “com o escopo de informar os novos alunos da Sorbone do que são e do que devem ser os estudos históricos” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p. 12 *apud* ANHEZINI, 2011, p. 37). Se não se pode deixar de notar a atualidade de Taunay que, ao resumi-lo “antecipou a tradução do livro de Langlois e Seignobos para o português no Brasil, que somente aconteceu em 1944” (ANHEZINI, 2011, p. 37); também não se pode deixar de notar o apego de Calmon a esse aspecto que, a despeito da importância, vinha sendo destacado a mais de meio século.

Para Taunay “não há história sem documentos”, mas, por outro lado, os documentos “não são o bastante para ocupar a composição, há claros a preencher” (TAUNAY *apud* ANHEZINI, 2011, p. 49). Ou ainda:

Pensam os profanos que tudo se acha pronto para o historiador quando consegue colecionar os textos relativos aos acontecimentos de que é relator. Basta-lhe agora reuni-los por meio de algumas frases de transição. Isso era bom para os velhos cronistas; exigem os tempos modernos outra hermenêutica (TAUNAY *apud* ANHEZINI, 2011, p. 45).

Enquanto para Taunay, preencher “os claros” entre os documentos seria um dever do historiador, uma exigência dos tempos modernos, para Calmon o preenchimento desses mesmos “claros”, antes que um dever, parece adquirir a conotação de uma *possibilidade*, e a

utilização dos documentos, uma *limitação*. A “consulta paciente aos arquivos” deveria se inspirar no “sentimento de verdade” e o historiador, *na construção de sua narrativa*, poderia ir “para lá do documento, sim; contra o documento, nunca”. Desatacamos aqui um aspecto importante: o papel da narrativa na concepção de história de Pedro Calmon.

2.4.2 *Casa da Torre*: o sistema de forças

História da Casa da Torre foi publicada em 1939 e, em segunda edição, em 1958, as duas vezes pela Coleção Documentos Brasileiros. Nela Pedro Calmon conta a história da família Garcia d’Ávila e seu papel no processo de colonização do território brasileiro.

A edição de 1958 traz, logo após a Nota da Editora, além do prefácio dessa edição, também o da edição anterior, sendo o mais recente apresentado primeiro. Para Genette, alguns autores

colocam no início o prefácio mais recente, como que exprimindo o estado presente de seu pensamento sobre a obra, e os anteriores em seguida, o que, ao mesmo tempo, os recua para o passado e os aproxima do texto até quase reabsorvê-los, ilustrando o princípio geral de que, com o tempo e perdendo sua função pragmática original, o paratexto, salvo desaparecimento, se ‘textualiza’ e se integra à obra (2009, p. 158).

O prefácio da primeira edição, com data de 1939, traz ainda duas partes. A segunda delas trata da apresentação do trabalho em 1931 ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e traz a cópia do parecer de aprovação da instituição. Configura-se, então, a situação descrita por Genette em que os prefácios anteriores são lidos como parte do texto ou de sua história, eles se “textualizam”. É, por exemplo, através da leitura do parecer de aprovação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro que tomamos conhecimento do fato de que, escrever a história da Casa da Torre era uma ideia de Capistrano de Abreu, à qual Pedro Calmon se dedicou meio século mais tarde. Tal fato, ao qual Calmon não faz nenhuma menção direta, é destacado pela comissão que aprovou o texto.

No prefácio da primeira edição (1939), vemos a família Garcia d’Ávila apresentada como uma “estirpe poderosa” em cuja “cadeia rácica”

se percebe melhor a coesão das eras, a unidade consanguínea do Brasil que ajudaram a formar, construindo a sua casa patriarcal, devassando-lhe os sertões, alargando as suas fronteiras ou disciplinando a vida coletiva, sem esquecer as boas tradições do lar português, religioso, severo e sóbrio, que não perdeu, nos trópicos, nenhuma de suas características avoengas (CALMON, 1958, p. 5).

O prefácio da segunda edição, informa que a primeira edição da obra se esgotara rapidamente. No entanto, Calmon não teve “pressa em dar-lhe nova estampa” (CALMON, 1958, p.3). Só o fizera depois que “pacientes pesquisas feitas nos arquivos de Portugal”, permitiram “enriquecer com inéditos valiosos alguns de seus capítulos” (CALMON, 1958, p.3).

Passado o tempo e realizadas as “pacientes pesquisas”, o papel da família Garcia d’Ávila aparece redimensionado e seu protagonismo menos evidente. Para o Calmon de 1958 a Casa da Torre – e conseqüentemente a família Garcia d’Ávila – continuava sendo o “eixo de um dos movimentos mais consideráveis de expansão e domínio nos dois primeiros séculos do Brasil”, mas a Casa da Torre incorporava-se agora ao “sistema de forças a que a nacionalidade deve a fisionomia e a existência” (p. 3).

A família, que no prefácio da edição de 1939 aparecia “alargando” as fronteiras e “disciplinando a vida coletiva” no Brasil, aparece, em 1958, inserida em um “sistema de forças”. Para o Calmon do prefácio de 1958 a nacionalidade não parecia mais definida por heróis e muito menos estaria neles contida, a nacionalidade devia sua “fisionomia e existência” a um “sistema de forças”. Parece haver aí um redimensionamento e uma nova perspectiva para o papel do português na colonização brasileira, e uma alteração na forma de perceber a história.

Há ainda o que destacar no prefácio da primeira edição. Calmon se desculpa por citar suas fontes. Lamenta que a “pesquisa enfadonha” acabara resultando em um texto que “ressente-se do peso das notas”. Ele faz uso do prefácio como um espaço para negociar junto ao leitor, acostumado ao seu estilo retórico, um tipo de linguagem que esse talvez julgasse árida. Em seguida justifica sua obra:

Este livro – repetimos – é uma demonstração.
Certo, a pesquisa é enfadonha e extenuante. O texto resente-se do peso das notas, que o informam, que o esclarecem, que o situam na bibliografia própria.
Suprem-se, porém, falhas sensíveis e grandes claros. Salvam-se detalhes úteis.
Revivem-se personagens e fatos condenados a um esquecimento injusto.
Esta ideia é reparadora e nos encoraja.
E basta (CALMON, 1958, p. 6).

Calmon volta a se referir a uma narrativa – assim como aquela da história “como o povo a percebe” – que faz reviver “personagens e fatos” condenados, ora a um “silhar poeirento”, ora a um “esquecimento injusto”. Esse fato “encorajava” e “reparava” o autor depois do esforço da pesquisa. Mais que isso, bastava-lhe. Insistimos na enorme relevância da narrativa, voltada ao passado, na concepção de história do autor.

Em *Sobre a permanência da expressão história magistra vitae no século XIX brasileiro*, Valdeci Lopes de Araújo trata do “problema do significado e transformações no uso da expressão *historia magistra vitae*” como uma abordagem possível para tratar do “problema da relação entre ciência e moral na historiografia do século XIX” (2012, p. 132). Sem perder de vista que tratamos aqui do século XX, adotaremos a mesma abordagem, uma vez que, como será visto, também tratamos da relação entre ciência e moral.

Em vez de uma “dissolução” do *topos historia magistra vitae*, Araújo sugere que poderia ter havido:

uma espécie de fragmentação de uma totalidade de experiência da história que havia sido produzida ao longo de 2 mil anos. Elementos dessa totalidade continuam, no entanto, vigentes como fragmentos e possibilidades de significação de parcelas da realidade [...]” (ARAÚJO, 2012, p. 139).

Assim, “em cada situação nacional, local e mesmo individual esses fragmentos podem se combinar de forma variada com elementos modernos, produzindo modos de convivência distintos” (ARAÚJO, 2012, p. 139).

Ao que parece, a relevância da narrativa talvez seja um elemento dessa totalidade que constitui o *topos historia magistra vitae* que, articulado a elementos de uma concepção moderna de história, tenha se mantido na proposta de escrita da história levada a cabo por Calmon. Talvez outro elemento dessa natureza seja o destacado por Arno Wehling: a necessidade que Pedro Calmon tinha de inserir em suas obras uma avaliação ou julgamento, o “tribunal da história”. Para Koselleck, a pretensão de ser *magistra vitae* estava ligada ao termo “*Historie*”: “a história [*Geschichte*] como acontecimento [*Begebenheit*] único ou como complexo de acontecimentos [*Ereigniszusammenhang*] não seria capaz de instruir da mesma forma que uma história [*Historie*] compreendida como relato exemplar” (2006, p. 48). E a capacidade de proferir julgamentos e sentenças seria própria dessa concepção:

Integra a conjuntura da *Historia magistral* o fato de que o historiador não apenas instrua, mas também profira sentenças e juízos, sendo também obrigado a julgar. A história [*Historie*] iluminista entregou-se a essa tarefa com demasiada ênfase, tornando-se, segundo a *Enciclopédia*, um ‘*tribunal integre et terrible*’ (KOSELLECK, 2006, p. 56).

Também em Taunay a emissão de julgamentos pode ser verificada: “Mesmo defendendo a imparcialidade do historiador, Taunay não se privava de julgar os atos que considerava inaceitáveis ou de apontar [...] como uma ação individual estava contrária à organização geral da vila que ele vinha narrando [...]” (ANHEZINI, 2011, p. 168).

Em seu estudo sobre a Coleção Documentos Brasileiros, Franzini se refere às obras *História da Casa da Torre* (1939), *A Grande Vida de Fernão Dias Paes* (1955) de Afonso d'Escragolle Taunay e *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil* (1956) de Rodolfo Garcia. Para ele, elas seriam obras de

historiadores já *profissionais*, que, inseridos em instituições de ensino e pesquisa, não apenas faziam do estudo, do ensino e da divulgação do passado o seu trabalho, como ainda eram publicamente reconhecidos por ele. Suas obras, nesse sentido, eram coesas e articuladas, com uma linha teórico-metodológica bem definida e cumprida, na medida do possível, à risca, apoiando-se em rigorosa pesquisa e farta documentação, tal como ensinara o mestre de todos três, Capistrano de Abreu (FRANZINI, 2006, p. 188, grifos do autor).

Referindo-se à obra de Calmon, Franzini afirma que, embora o tema e a abordagem possam ser tidos como “tradicionais” à primeira vista, Calmon encontra nele aberturas e dá sugestões no prefácio que incitam a uma renovação historiográfica (2006, p. 190). De fato, no prefácio Calmon sugere aos “historiadores que têm tratado dos assuntos do sul” seguir o seu exemplo e fazer, com as famílias do sul, o mesmo que ele, Calmon, havia feito com os Garcia d'Ávila:

O que tentamos com relação aos fidalgos da Torre, interessando especialmente ao norte, os historiadores que têm tratado dos assuntos do sul poderão fazer a propósito das famílias paulistas vindas com Martim Afonso, e cujos descendentes, com a sua bota-de-sete-léguas, perustraram todos os caminhos do sertão. Pires e Camargos. Prados e Taques. Os Lemes e Oliveiras (CALMON, 1958, p. 6).

Franzini ainda cita José Roberto do Amaral Lapa para reafirmar a ligação entre os autores, e a vinculação de algumas obras de Pedro Calmon, Rodolfo Garcia e Afonso Taunay a uma “matriz capistraniana” da historiografia (2006, p. 190).

2.4.3 A obra sobre Casto Alves e as inúmeras “explicações”

Foi a biografia de Castro Alves o tema que Pedro Calmon mais vezes retomou. Três biografias, três prefácios e três “explicações”. Por duas vezes o difícil papel de justificar a retomada. Afinal, como explicar que o texto anteriormente apresentado como “a verdade” precisasse de revisão? O historiador tentou, e habilmente se amparou justamente no compromisso com a “verdade” para justificar a necessidade de retornar ao tema.

Em *Vida e amores de Castro Alves* (s. d.), sua primeira biografia do poeta, Calmon nos diz no prefácio, datado de setembro de 1935, porque escrevera a biografia:

Fizemos a biografia do cantor dos escravos, numa tentativa de explicar-lhe a ação social, no meio histórico e no pequeno mundo em que viveu. E a essa tarefa nos arriscamos pensando na mocidade brasileira. Mais do que nunca ela precisa conhecer as origens sentimentais da velha liberdade (s.d., p.7).

Ele toca no que nos parece uma chave da sua escrita da história, seu aspecto pedagógico. E fala da forma com que pretendia fazer da escrita da história uma forma de pedagogia, tratando das “origens sentimentais” do seu tema.

Novamente o biografado é apresentado como uma síntese de um povo ou de uma época:

Castro Alves é a síntese de uma época: criou, por igual, uma poesia nova e um idealismo fecundo. Todos os povos veneram os harmoniosos espíritos que presidem a evolução atormentada de sua cultura, ao desenvolvimento tribulado de seu destino (CALMON, s.d., p. 7).

Calmon encerra seu prefácio tratando da “preocupação da verdade” que parece justificar sua obra. Dirigindo-se diretamente ao leitor afirma: “Há nas páginas que ides ler – amável leitor – uma sincera e tranquila preocupação da verdade. Valem por isso” (CALMON, s.d., p. 8)

Quando volta a abordar o tema, em *História de Castro Alves* (1947), Calmon nos surpreende no prefácio:

Este livro é diferente dos outros livros que descrevem a vida fulgurante de Castro Alves. A sua originalidade consiste na verdade documental: é um retrato feito à luz nova – isto é, à velha luz própria – dos papéis, dos depoimentos, das notícias de imprensa, dos inéditos, que não sabemos se o melhoram ou enfeiam, porém que, decididamente, o esclarecem nos traços essenciais (p. 5).

Ele define a obra como um retrato. Mas um retrato que possuía uma “originalidade”: a “verdade documental”. Então sua primeira obra sobre Castro Alves estaria incluída entre os livros que descrevem “a vida fulgurante” do poeta e que não estariam amparados na “verdade documental”? Nesse caso, a “verdade”, na primeira biografia, seria somente uma “preocupação”?

Mas Calmon ainda publicaria uma terceira obra sobre Castro Alves. Em *A vida de Castro Alves* (1956) diz que sua nova obra está tão ampliada que ele quase hesita em tratá-la apenas como uma segunda edição (CALMON, p. 3). E justifica assim a necessidade de sua nova abordagem:

Correm esta sorte as biografias que, longe de se imobilizarem nos rijos moldes da estátua, constituem o assunto predileto, severamente atualizado, de vários e sérios investigadores, a cujo estudo paciente a agudeza da crítica empresta os lampejos (CALMON, 1956, p. 3).

Ele parece se constranger com as diversas retomadas do tema e sente necessidade de explicar porque que as biografias não permaneciam rijas em “moldes da estátua” uma vez que

o biografado assim estava. Mas observemos que, desta vez, não menciona novas fontes. Aponta apenas necessidades suscitadas pela “agudeza da crítica”.

E continua em tom de justificativa: “O que importa (e afinal é a nossa intenção) é apresentar no seu nítido retrato humano – completado com a dimensão ideal do gênio [...] – o personagem no seu meio e no seu tempo. Quando possível, ele próprio” (CALMON, 1956, p. 3).

Após muita pesquisa e três biografias, a “verdade” havia se tornado apenas uma possibilidade. O personagem retratado seria, “quando possível” Castro Alves. Nota-se aqui o desgarramento entre a história como acontecimento passado e sua narrativa. Podemos vê-las, nas palavras de Calmon, como coisas distintas. Em 1956, a narrativa de Calmon já não tinha a pretensão de ser a vida de Castro Alves, nem tampouco seu retrato. A narrativa de Calmon e a vida do poeta seriam então duas linhas independentes que o historiador se esforçaria por tornar próximas e que poderiam *até* se tornar coincidentes, “quando possível”.

Há um esgarçamento da certeza de obtenção da verdade. Mas embora ele nos pareça inequívoco, nos parece também ter limites bem definidos. É importante destacar que mesmo quando não aponta a descoberta de novas fontes como justificativa para uma nova abordagem, Calmon não menciona como causa da retomada do tema, as alterações de perspectiva intrínsecas ao historicismo. Para Koselleck “qualquer que seja hoje o significado do termo historicismo, (do qual se abusou perversamente) ele com certeza inclui as alterações de perspectiva forçosamente decorrentes do transcorrer da história” (2006, p. 161). Para Calmon as novas abordagens eram suscitadas pela “agudeza da crítica” que fazia das biografias o seu “assunto predileto” e ao seu estudo emprestaria “seus lampejos”. A nova abordagem aparece mais como uma necessidade de aprimoramento do que como uma nova perspectiva. Outro aspecto importante é que, se os acontecimentos passados e sua narrativa ainda podiam, “quando possível”, se tornar coincidentes, a verdade ainda continuaria sendo tratada como uma possibilidade. Isso coincide com a justificativa dada para o hábito de retomar velhos temas: “uma reação honesta à imperfeição”. Ainda que pareça alterada, a possibilidade da “verdade” ou a “perfeição” continuam possíveis para o autor, e continuam a constituir o objetivo do historiador.

Mas qual “verdade” o autor oferece ao leitor nos prefácios das obras sobre Castro Alves? Talvez não seja a mesma em todos eles. Quando no prefácio da segunda biografia Calmon afirma não saber se a “verdade documental” “melhora” ou “enfeia” o “retrato”, fica clara a

existência de um modelo ou padrão de “retrato” que *se queria* traçar – que talvez se aproxime do traçado na primeira biografia – e que a “verdade documental”, usada com “originalidade” na segunda biografia, fizera melhorar ou piorar, ou nas palavras de Calmon “melhorar” ou “enfear”. É a necessidade do uso dos documentos influenciando e alterando o retrato traçado. Para Valdeci Lopes de Araújo, é a dificuldade óbvia de se “conciliar as exigências de um retrato ‘verdadeiro’ com a necessidade do modelo edificante” (2008, p. 41). A “verdade documental” aparece pela primeira vez ou com “originalidade” na segunda biografia, uma vez que na primeira o que se oferece ao leitor nos parece ser outro tipo de verdade, uma “preocupação da verdade”.

Araújo, enquanto analisa o “Elogio Acadêmico da Senhora Dona Maria I” escrito por José Bonifácio no século XIX, aponta para uma “exigência de verdade” que

poderia então ser entendida menos como *fidelidade documental ou realismo* e mais como o afastamento e a universalidade de juízo permitidos pelo conhecimento da natureza humana e caráter individual. Esse movimento responde à impressão clássica de que eram a parcialidade e os interesses, e não qualquer dificuldade hermenêutica ou documental, o que impedia a representação verdadeira da história (2008, p. 43, grifos do autor).

Parece claro, não só pelo uso da palavra “preocupação”, suavizando o substantivo verdade, mas também pela segurança com que Calmon a oferece ao leitor – lembremos que havia uma “sincera” e “tranquila” preocupação da verdade –, que é a esse tipo de verdade a que se referia na primeira biografia. Some-se a isso a “originalidade” com que a “verdade documental” aparece na segunda.

Quando, na terceira biografia, a verdade se transforma apenas em uma possibilidade, a dificuldade parece relacionada à obtenção de uma verdade muito mais exata e rigorosa, uma verdade que depende de documentos e que por isso mesmo é tratada apenas como uma possibilidade. Mais que o volume da documentação utilizada, o que mais se altera durante o período de elaboração das três biografias, parece ser a percepção que o autor tinha da “verdade”. Obviamente que, se o conceito de verdade se altera e se torna mais rigoroso, mas se, como vimos, se mantêm a crença na possibilidade de sua obtenção, o resultado é exatamente o que se nota quando se analisa os prefácios em série: ainda que as pesquisas se avolumem, a “tranquilidade” na busca pela verdade dá lugar a uma incerteza, que se nota através do uso das palavras “possibilidade” e “intenção”.

2.5 O prefácio da “obrinha”

Em 1927, portanto antes de completar vinte e cinco anos de idade e no início de seu ofício como historiador, Pedro Calmon publicou *História da Bahia*. Em suas memórias Calmon se refere a ela assim: “é tão despreziosa, que a esqueci” (1995, p. 154). Trata-se de uma obra com fins didáticos produzida em primeira edição sob encomenda do governo da Bahia quando o exercia Góis Calmon.

A segunda edição é publicada, ao que parece, apenas dois anos mais tarde, pela Editora Melhoramentos⁹. De novo despreziosamente Calmon se refere à sua obra como uma “obra de divulgação, não de pesquisa” uma “obrinha” (s.d., p.3). No entanto, o prefácio nada tem de menor quando nele se buscam as opiniões do autor sobre seu ofício e suas finalidades. Com o título de “*Carta aos professores*”, ou seja, se dirigindo pela primeira vez a um tipo de leitor que seguramente considerava mais especializado, Calmon trata clara e assertivamente de inúmeros aspectos de enorme relevância em sua concepção de história. Sendo o último prefácio de nossa análise, funciona como uma forma de conectar os aspectos anteriormente destacados. Mas esse encadeamento é o próprio autor quem faz:

Ao escrevermos esta obrinha tivemos sempre em mente que a adolescentes a destinávamos: por isso, a par da exposição de acontecimentos, há a insinuação do civismo. A ideia e o sentimento de dever patriótico não podem ausentar-se dos manuais escolares. Faltariam estes então ao seu fim principal: a educação moral. Não se pode esquecer que a escola é o instrumento de que se serve o Estado, para a formação das gerações futuras, fieis à nação e úteis à coletividade. A história nacional é um catecismo: sob a aparência venerável de uma longa crônica, incute e propaga os princípios que fizeram grandes os heróis (CALMON, s.d., p. 3).

A relação entre alguns elementos da sua concepção de história é explicitada com clareza: os manuais de história seriam usados pela escola – esse “instrumento de que se serve o Estado para a formação das gerações futuras” – para incutir e propagar, através dos “heróis” e com a “aparência venerável de uma longa crônica”, princípios que as fariam “fiéis à nação e úteis à coletividade”. E os manuais escolares não deveriam conter somente a “ideia” do “dever patriótico”, mas também seu “sentimento”. Ao aspecto pedagógico já mencionado, se une agora um novo elemento, o “civismo” ou o “dever patriótico”.

⁹ Embora a segunda edição da obra não contenha o ano de publicação, e o levantamento bibliográfico feito por Plínio Doyle também a mencione sem a data, a nota de rodapé 23 do estudo *A medida das raças na mistura imperfeita*, de Mariele S. Araújo traz para a obra a seguinte referência CALMON, Pedro. **História da Bahia**. Resumo Didático. 2. ed. São Paulo: Cia. Melhoramentos, ca. 1929.

Ainda se referindo aos “heróis”: “À mocidade bahiana interessam em primeiro lugar os grandes bahianos. Descrevemos-lhes a largo traço a fisionomia moral. Serão imitados, sem dúvida, por muitas dessas risonhas crianças” (CALMON, s.d., p.3). A história aparece então como *magistra vitae* no seu *stricto sensu*, com a capacidade de fornecer um relato exemplar que seria imitado pelas crianças.

E Calmon prossegue – pela negação e pela afirmação – com o que seria a sua concepção de história, desta vez não a atribui “ao povo”:

A história não é uma cronologia. Também não é um folhetim, a data, o fato, a figura. É a coerência. Chamai-lhe espírito ou causalidade. É o nexos. Os seus elementos essenciais são: o antecedente e o conseqüente. Quando a compreensão de causa vos permitir a previsão segura – tereis haurido da história o seu melhor, o verdadeiro proveito (s.d., p. 3).

Difícil se expressar com mais clareza: caberia ao historiador compreender a relação de causalidade, o “nexos” entre o “antecedente e o conseqüente”. Isto lhe permitiria a “previsão segura”. Assim, se extrairia da história o seu “verdadeiro proveito”. Ele destaca na história a capacidade de prognósticos. Para Valdeci Lopes de Araújo haveria aí o “deslocamento” da exemplaridade existente no modelo clássico, à qual nos referimos anteriormente: não se trataria mais de encontrar no passado modelos edificantes, mas de identificar padrões que “uma vez identificados, poderiam explicar o passado e prevenir o presente” (2008, p. 38). Tanto em José Bonifácio, na análise de Araújo, como em Pedro Calmon, é possível perceber o alinhamento das duas expectativas em relação à história: a capacidade de fornecer exemplos e a capacidade de aumentar a previsibilidade do futuro. Mas observe que, enquanto destaca na história a capacidade de identificar e explicitar padrões que, quando reconhecidos, permitiriam explicar o presente e antever o futuro, atribui aos relatos das trajetórias individuais o caráter clássico de exemplaridade, ou seja, a capacidade de fornecer modelos que pudessem ser imitados ou repetidos. De fato, Araújo destaca a ligação do *topos historia magistra vitae* com alguns gêneros da escrita:

Mesmo assim, parece ser um fenômeno geral a importância de certas figurações do *topos* ao longo do século XIX, particularmente nas biografias, necrológios, elogios e outras formas de comunicação política em subgêneros consagrados nos manuais de retórica (ARAÚJO, 2012, p. 139).

Ele aponta para a especialização da história nas suas diferentes funções “pedagógico-moral, estéticas e cognitivas” e para o papel “estrutural” que a permanência do *topos* da *historia magistra vitae* teria nesse processo. A ligação com a educação cívica nacional é explicitada:

“Nessa dimensão, a permanência do *topos* tem função estrutural. Não parece ser coincidência que será em torno da educação cívica nacional que esse discurso terá maior êxito” (ARAÚJO, 2012, p. 140). Também não nos parece coincidência que justamente no prefácio onde aponta a ligação da história com o com o civismo, Calmon faça uso tão claro do *topos*, ainda que sem citar, literalmente, a expressão *historia magistra vitae*.

Calmon prossegue com o que talvez se aproxime de uma apologia da história individual e dos seus relatos:

[A história] Expliquem-na outros como uma coleção de sucessos classificados quanto ao tempo, o lugar, as castas.... Façam-na recosendo-a como uma antologia, ou a elaborem honesta e limpa como uma galeria de museu. Não nos importariam assim. Se vos repetisse as efemérides bahianas – teréis uma tábua de algarismos, se vos reproduzisse o nobiliário – uma lista de nomes, se vos expusesse os belos feitos – uma página de poema. Não era a história, mas aspectos ou transuntos, que vos não impressionariam nem pela cor, nem pela expressão, nem pela verdade. Porque a história é uma evocação de vida, há de também viver. [...]

A história, disse-o Michelet, é uma ressurreição. Não ressurgem homens, senão acontecimentos. Ficariam estes, porém, boiando na onda vaga do abstrato, se não lhes restituíssemos a nota humana.

Falemos da Revolução Francesa: logo nos vem à imaginação a desganhada silhueta de Danton, com o seu pescoço taurino, a juba, a casaca devastada.... Há uma vida no fundo de toda ideia. Por uma natural associação de pensamento, se dizeis a proposição de um homem célebre, julgareis vê-lo, atrás da frase. A nossa inteligência ancorou na emoção. Só nos comove o que vive. Para compreenderdes melhor Kant, que vos posso aconselhar, senão o estudo de Kant, o homem, depois do estudo de Kant, o livro? O mesmo observo na história. O mesmo vemos na vida que passa.... (s.d., p. 4).

A referência a Michelet¹⁰ surge aqui pela capacidade de, com sua narrativa, fazer reviver os personagens. Característica que, a essa altura, podemos apontar como uma das finalidades da narrativa de Calmon. De fato, segundo Afonso Carlos Marques dos Santos, nenhuma obra histórica contemporânea teria “atingido a mesma vivacidade na narração dos eventos e das personagens” que a obra de Michelet (2001, p. 171). Também para Calmon a história deveria “impressionar”. E ao que parece, a melhor forma de “impressionar” seria através da história do indivíduo, afinal “há uma vida no fundo de toda ideia”. Seu livro, por não ser um relato individual, e sim a história da Bahia, seria uma tentativa de corrigir, de adaptar o nosso “vício do raciocínio”:

¹⁰ Em citação reproduzida anteriormente neste mesmo capítulo, Arno Wheling chama a atenção para a proximidade do conceito de nação dos dois autores, Calmon e Michelet. No entanto, nos parece que o conceito de nação de Pedro Calmon pode ser melhor trabalhado em suas sínteses da história do Brasil do que nas biografias que analisamos.

A história começou pela biografia. E tende sempre a voltar à forma de origem, porque compreendemos sempre melhor um homem do que uma sociedade. O que se dá com a ciência verifica-se com o estudante. Se lhe pedis que narre a Guerra Holandesa, esboçará uma exposição e parará em Vieira. O indivíduo atrai-o porque o sente, entende-o, fala-lhe.

É um vício do raciocínio, que o método pode explorar com êxito, e que cumpre à pedagogia adaptar, corrigindo. Tentei neste livro esta correção e esta adaptação. Se fui feliz, digam-no os professores (CALMON, s.d., p. 5).

A clareza com que se expressa o jovem Pedro Calmon dispensa paráfrases. Esse é um prefácio de suma importância para a compreensão de sua obra como um todo, mas sobretudo de suas biografias. Ele destaca nos relatos individuais a capacidade de chegar de forma mais efetiva ao leitor. Afinal “a nossa inteligência ancorou na emoção” (CALMON, s.d., p. 4) ou ainda, se compreende “sempre melhor um homem do que uma sociedade” (CALMON, s.d., p. 5). Além disso, estabelece uma relação entre a função do historiador e a de um psicólogo. Para fazer “compreender” a história, era necessário saber produzir efeitos psicológicos como o de “impressionar” ou “comover”. Ainda se referindo ao elogio acadêmico de Dona Maria I, Araújo aborda os efeitos que José Bonifácio esperava que sua obra tivesse no leitor:

Os aspectos ornamentais (a energia da descrição) produziram curiosidade, admiração, prazer, mimetismo e entusiasmo. A ciência, em especial a filosofia, teria uma dupla função: de um lado, prover o historiador do conhecimento necessário da natureza dos homens que o habilitasse a classificar e avaliar corretamente o valor das ações; do outro ‘conhecer o coração humano’ de modo que explore os efeitos edificantes do modelo (2008, p. 42).

Certamente, Calmon considerava o relato individual uma forma de produzir no leitor “curiosidade”, “admiração”, “prazer”. Mas ao que tudo indica estaria disposto a fazer uso desses efeitos, mesmo quando não tratasse de relatos individuais. É o próprio Calmon que se diz disposto a, com “método”, “explorar com êxito” o nosso “vício do raciocínio” de compreender “sempre melhor um homem do que uma sociedade”. No caso da *História da Bahia*, tratava-se de uma “adaptação pedagógica” cujo êxito caberia aos professores apontar.

Nesse prefácio, vemos Calmon apontando o uso da linguagem sentimental – cuja eficácia nos relatos individuais é reconhecida por ele – como forma de discurso histórico de caráter pedagógico, relacionado ao civismo. Também o vemos reafirmando o caráter magistral da história em seu sentido *stricto sensu*, corroborando a afirmação de que a “educação cívica nacional” seria um território onde o *topos da historia magistra vitae* teria permanecido com “maior êxito”.

Araújo sugere, como uma tentativa de sistematização, alguns usos para a expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro, que difeririam de seu uso na experiência clássica/antiga do tempo. Entre eles, destaca o uso da expressão como forma de “propaganda e legitimação”, aproximando esse tipo de uso ao estágio atual do discurso histórico:

Não é por acaso que será nos prefácios e textos introdutórios onde mais encontraremos o uso da expressão durante o século XIX, sem que, muitas vezes, tivesse ao longo da obra qualquer consequência efetiva. Nesses textos era preciso legitimar o ofício, e poucos achavam prudente abdicar da expressão conhecida, mesmo quando, não poucas vezes, estivesse ao lado de justificativas modernas, o que em última instância poderia ser entendido como contraditório (2012, p. 143).

Esse talvez seja o caso da menção clara ao caráter magistral da história que Calmon, ainda que sem se utilizar da expressão *historia magistra vitae*, faz em seu prefácio. No entanto, é preciso diferenciá-lo da situação de um outro elemento por nós apontado anteriormente, que parece aproximar o autor do *topos* e que nos parece efetivo na escrita da história proposta por ele: a valorização da dimensão narrativa da história, ou a valorização da história como uma narrativa claramente voltada ao passado com poderes de reviver personagens ou de salvá-los de um “esquecimento injusto”.

Se considerarmos o ano de 1929 como data provável da publicação desse prefácio, concluiremos que, quando em 1932 chega para Calmon a sugestão do primo Miguel para que se dedicasse à história dos “soberanos do Brasil”, desempenhar tal tarefa não deve ter lhe parecido somente a possibilidade de atender aos desejos do homem que tanto o tinha influenciado. Ainda jovem, mas quase seis anos após a publicação de sua primeira obra, Calmon já tinha opinião formada sobre a história e, sobretudo, acerca dos relatos individuais. A escrita de biografias – especialmente de personagens que considerava as “almas sínteses” do país – estava plenamente de acordo com seus valores, com a sua concepção de história e com o que julgava ser suas finalidades e formas de atuação.

2.6 Uma “matriz capistraniana”

Como citamos anteriormente, Franzini se refere a Capistrano de Abreu como “mestre” de Pedro Calmon e vincula a obra *História da Casa da Torre* a uma “matriz capistraniana” de escrita da história. Para isso, cita parte da resenha de Roberto do Amaral Lapa para a segunda edição da obra de Calmon:

São conhecidas as sábias admoestações que Capistrano sempre endereçava aos seus amigos estudiosos em torno do aproveitamento documental e dos assuntos de maior interesse que deviam preocupar os historiadores brasileiros, em detrimento da exclusividade com que se entregavam à análise dos fastos militares e da história administrativa. Assim foi com Paulo Prado, a quem os *Capítulos de História Colonial* haviam seduzido; com Afonso de Taunay, antigo discípulo do mestre, que confessou ter, a seu conselho, desviado seus estudos para o bandeirismo, legando, por isso, às letras históricas brasileiras um monumento inigualável; com Rodolfo Garcia que continuou a obra de anotações a Varnhagen e ainda outros, que pelas mãos do grande historiador se destinaram à “devassa” do período colonial, no qual Capistrano era mestre inconcusso. Esses conselhos, prodigalizou-os o grande sabedor, e foi seguindo justamente ao reiterado interesse de Capistrano em agitar a ideia de escrever-se a história da Casa da Torre que o sr. Pedro Calmon, meio século mais tarde, se atirou a essa empresa (LAPA *apud* FRANZINI, 2006, p. 190).

A resenha de Lapa confirma o que já sabíamos pelo parecer do IHGB: a ideia para a escrita de *História da Casa da Torre* teria partido de Capistrano de Abreu (CALMON, 1958, p. 7). No entanto, nas memórias de Calmon, o vínculo com Capistrano não parece tão estreito como pode ter sido o vínculo entre Capistrano e os outros autores citados por Lapa.

Rodolfo Garcia se tornou, de fato, continuador de Capistrano nas anotações à obra de Varnhagen. A relação entre Capistrano e Afonso de Taunay teria sido ainda mais estreita. Capistrano foi professor particular de Afonso de Taunay quando esse se preparava para os exames de Corografia e História do Brasil do Colégio D. Pedro II. Foi a Capistrano que Taunay, Engenheiro Civil formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro contou, em 1902, sobre o seu desejo de escrever história. Ao ouvir isso, Capistrano o teria orientado a escrever a história das bandeiras e assim marcado, de forma indelével, a carreira do historiador. Anhezini identifica a recepção que Taunay realizou das orientações de Capistrano de Abreu como uma das mais importantes influências de sua escrita da história (ANHEZINI, 2011, p. 24).

Já entre Calmon e Capistrano, teria havido um único encontro, assim descrito por Calmon:

Foi a única vez que vi o grande historiador. Morava no porão da casa, paredes tomadas pelas estantes dos livros, entre dois pilares a rede cearense, junto o urinol tampado por um dicionário alemão. Cara larga, cabeça chata, barba de uma semana, em ceroulas, de pés descalços, enganchado na rede, pareceu-me a caricatura dele mesmo. Lera, disse-me, estendendo a mão volumosa, artigos meus; sabia que tentava escrever a história do Brasil; mas não o fizesse (advertiu-me, sério) porque o trabalho preliminar consistiria em completar o seu, publicando as fontes inéditas. Alarimei-me com o ceticismo, a história irrealizável sem a documentação que lhe falta; como se fossem tarefas distintas, sintetizar o passado e analisar-lhe as provas. Interrompi-o – sem me lembrar que, professor do D. Pedro II, não dava lições; lembrei a necessidade de cumprirmos o programa oficial do ensino. [...] Partindo desta exigência – a disciplina escolar – chegava ao reconhecimento de que a história não podia fazer, desprezada, nos laboratórios da pesquisa, mas se apresentar, oral e honesta, nas aulas do colégio. Queria escrevê-la, confessei, resumindo a investigação, mas alinhando os acontecimentos. Lembrei o autor francês que diz, há uma história para cada geração...Tínhamos de elaborar a nossa. Se não formos nós, que perseguimos a verdade, quem será?

Não gostou.

Mudamos de assunto. Assegurou-me que não podendo continuar a anotação meticulosa da obra de Varnhagen, descarregara-a na competência de Rodolfo Garcia. Fizera-o seu sucessor.

Foi uma hora de diálogo. Deixei-o decidido, mais do que nunca, a escrever a história: a que se professa nos cursos – e nos leva às academias (1995, p. 156).

O relato de Calmon, lido à contrapelo, pode informar sobre as intenções do autor.

Quem seria o autor francês citado por Calmon que preconizava “uma história para cada geração” em 1926? O episódio, muito anterior ao *Apologia da História* de Marc Bloch (1949), e, também anterior ao início da publicação da revista *Annales d'histoire économique et sociale* em 1929, pode nos levar a Henri Berr. Ele é citado nominalmente por Calmon em outra passagem de suas memórias. Em estudo sobre Henri Berr, Reis afirma que “a inovação em história efetivada pelos *Annales* foi percebida como necessária e formulada e proposta conscientemente pelo *esforço teórico* de Henri Berr” (REIS, 2010, p. 416, grifo do autor). Teria sido ele o responsável pela primeira formulação da “história-problema”. Além disso, Reis destaca suas contribuições ligadas à valorização da síntese, da interdisciplinaridade e a reação contra uma concepção de “história historizante” que “confundia erudição e ciência” (REIS, 2010, p. 416).

Suas ideias e concepções eram divulgadas primeiramente através da *Révue de Synthèse Historique*, fundada por ele em 1900 e da qual teria se originado os *Annales*. Ele também foi o criador da coleção *l'Evolution de l'Humanité* em 1920 e autor da obra *A síntese em história* (1911).

Eliana de Freitas Dutra destaca que Oliveira Viana cita Lucien Febvre e busca sua autoridade em seus prefácios da *Evolução do Povo Brasileiro*, publicados pela Brasiliana na década de 1930. Tal invocação seria o “sinal claro de que não lhe era estranha a nova cultura que se forjava nos domínios da historiografia” (DUTRA, 2013, p. 59).

O relato mostra Calmon, então, como um historiador, já em 1926, próximo das influências da historiografia francesa, atualizado teórica e metodologicamente. Mais que isso, faz dele um emissário de tais ideias justamente diante de Capistrano de Abreu, reconhecido por seus contemporâneos como o responsável por um movimento de renovação temática que teria influenciado a escrita da história nas primeiras décadas do século XX.

Não coincidentemente, Calmon parece reivindicar, em suas memórias, um certo pioneirismo nessa renovação. Ele cita um texto, de sua autoria, publicado em 18 de agosto de 1931 no *Jornal Acadêmico* que, em suas palavras, tratava da “pretendida reforma da história”. Tachando de “erro deplorável de método” (CALMON, 1995, p. 192) a maneira com que se fazia a história, preconizava:

Sem a antropogeografia, sem a antropologia, sem a economia, sem o exame das manifestações artísticas e literárias, sem a apreciação do ‘espírito’, em suma, não estudaremos a história do Brasil que nos interessa, senão o calendário ou a tábua histórica, que interessa muito menos. Entendida como uma sucessão de fenômenos sócio-históricos cuja interdependência constitui a lógica da civilização e lhe dá sentido. Civilização integral. Valor humano. Espiritualidade. Nacionalização. Ciência. O problema assim colocado tem para a cultura moderna atrativos e seduções. A nova história será essa. A fisionomia do Brasil. Não mais a caricatura do Brasil. O seu retrato (JORNAL ACADÊMICO, 1931 *apud* CALMON, 1995, p. 192).

Sem citar Capistrano, Calmon associa a “pretendida reforma da história” (CALMON, 1995, p. 192) a Gilberto Freire, e em relação a ele reivindica seu pioneirismo. Calmon afirma que, em 1931, “ignorava o que na Universidade de Columbia estudava por esse tempo (com Franz Boas) o nosso Gilberto Freire, que dois anos depois surpreenderia a crítica e a cátedra com a obra-prima, *Casa Grande e Senzala* (1995, p. 192).

José Honório Rodrigues reconhece em Capistrano o grande renovador da escrita da história brasileira, e em Taunay e Rodolfo Garcia, seus principais continuadores. Os dois teriam seguido a corrente do puro revisionismo factual que teria dado origem a uma espécie de factualismo ideológico, que era

sempre a preferência à estrutura e não à conjuntura, ao real e não ao aparental, às camadas profundas e não às superestruturas, aos movimentos coletivos e não às minorias governamentais, ou aos vice-reis e governadores. A visão se focalizava nas bases econômicas e sociais para a compreensão da história nacional (RODRIGUES, 1958, s. p.).

Ao que parece, Rodrigues reconhecia em Taunay o que negava em Calmon: a capacidade de trabalhar no “fundo dos metabolismos sociais”. Mas é justamente Afonso de Taunay, envolvido nesse processo de renovação da escrita da história, que destaca nele, a participação de Pedro Calmon.

Em 1934, quando inaugurou a cátedra de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Taunay buscou introduzir aos alunos o que acreditava ser a forma de história a ser seguida por eles. A ideia de uma “história da civilização” teria, segundo Taunay, surgido no fim do século XIX e se avolumado no Brasil somente no século XX. Era uma oposição a uma “história batalha” ou a uma “história militar e administrativa”. No Brasil ela seria o resultado da ruptura historiográfica operada por Capistrano de Abreu, criadora de uma nova tradição de estudos da história, que pretendia, nas palavras de Taunay, apresentar os temas “da história econômica e da religiosa, os da história literária, artística e científica e, sobretudo os da história dos costumes” (TAUNAY *apud* ANHEZINI, 2011, p. 66).

Para Taunay, a primeira obra “digna” de se filiar à nova tradição seria justamente a de seu precursor: “A primeira manifestação séria digna de acatamento pela extensão e valia de suas páginas reside nos *Capítulos de História Colonial* de Capistrano de Abreu, livro publicado no limiar de nosso século [...]” (TAUNAY *apud* ANHEZINI, 2011, p. 66).

Elencando outras obras que se vinculariam a essa mesma tradição, Taunay começou destacando, justamente, Pedro Calmon. Ele havia criado e ministrado, ainda em 1932, no Museu Histórico Nacional, um curso de “extensão universitária” de História da Civilização Brasileira. O compêndio que criara para o curso, daria origem, em 1935, ao *Espírito da Sociedade Colonial*.

Taunay parece reconhecer, nessa obra de Calmon, as características das “monografias conscienciosas” (ANHEZINI, 2011, p. 67) pelas quais ansiava Capistrano no fim do século XIX. Para Taunay a obra de Calmon, que constituía o primeiro volume da Série *História Social do Brasil*, era “um livro verdadeiramente notável, umas das mais belas obras ultimamente publicadas no Brasil” (TAUNAY *apud* ANHEZINI, 2011, p. 68).

Também para Calmon, “*Espírito da Sociedade Colonial*” era uma obra identificada com a nova forma de escrita da história. Uma forma de se opor ao que chamou de “erro deplorável de método” (CALMON, 1995, p. 192). Sobre ela disse: “Fiel a essa aspiração, haveria de

procurar, em vez do acontecimento (de que cuidei na *História* em sete tomos) o ético e o estético, ou seja, para principiar, o *Espírito da Sociedade Colonial*” (CALMON, 1995, p. 192).

Sérgio Buarque de Holanda, no texto *O Pensamento Histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos*¹¹, publicado em 1951, sem lhe atribuir nenhum pioneirismo, refere-se à série *História Social do Brasil* como participante “de uma tendência que se reflete vivamente em outras obras da mesma época”:

Por menos que esses trabalhos devam inscrever-se na literatura historiográfica, tomada a palavra stricto sensu, é forçoso admitir-se que participam de uma tendência que se reflete vivamente em outras obras da mesma época, onde a interpretação pessoal, endereçada a um alvo determinado, cede espaço ao puro esforço de elucidação. Na obra já numerosa do Sr. Pedro Calmon, onde se incluem trabalhos sobre a expansão baiana e a Casa da Torre, figura, ao lado da grande História da Brasil, também uma História Social do Brasil, que em seu terceiro volume já abrange a fase republicana (HOLANDA, 2010, p. 76).

Ainda que não se devesse inscrevê-la como “literatura historiográfica”, a obra de Calmon era “já numerosa” e marcava posição no panorama, realizado por Holanda, da produção historiográfica dos últimos cinquenta anos no Brasil.

Mais recentemente, José Carlos Reis comenta assim a obra de Calmon:

Em sua *História social do Brasil*, onde discute o ‘espírito colonial’, ele [Calmon] fez uma história cultural. Recolheu poemas que tratavam da escravidão, do índio, das lutas do Sul, das revoluções de 1817 e 1824. Calmon estudou a vida cultural do Brasil colonial, aproximando-se da abordagem histórico-antropológica de Freyre. Ele reconstruiu hábitos, usos, costumes, valores coloniais (2006, p. 36).

O interesse pelo social pode ter se refletido também em uma maior abertura não só aos temas, mas também às fontes que os tornavam possíveis. Gilberto Freire destaca a recepção positiva que teve Calmon – a quem trata por “mestre” – à sua obra, diferente de algumas posições mais “ortodoxas”:

¹¹ Esse texto de Sérgio Buarque de Holanda tem sido objeto de algumas análises recentes. Destacamos aqui *Odisséias do Conceito Moderno de História: Necrológico de Francisco Adolfo de Varnhagen*, de Capistrano de Abreu e *O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos*, de Sérgio Buarque de Holanda; de Mateus Henrique de Faria Pereira e Pedro Afonso Cristovão dos Santos. Além disso *Memória e História da Historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960*; de Rebeca Gontijo e Fábio Franzini.

Da minha parte, e como que seguindo, em parte, o meu mestre de Antropologia da Universidade de Columbia, ao entregar-me a, para mim, grande aventura, de procurar levantar um perfil de Homem Brasileiro, que sendo, por vezes, histórico social, fosse principalmente antropossocial, senti-me, diante de certos desafios, obrigado a preencher vazios deixados por historiadores específicos. Exemplo: ao aproveitar, socioantropológica e sociologicamente, o volumoso material oferecido, para a compreensão do Homem ainda pré-brasileiro, no sentido nacional de brasileiro pelas Denúncias e Confissões do Santo Ofício. Ou por documentos de todo – e para muitos historiadores convencionais – e insignificamente íntimos: receitas de doces, cartas íntimas, outros tantos, não só papéis, como testemunhos orais, de ordinário considerados desprezíveis por historiadores específicos. Com o que escandalizei vários desses historiadores mais ciosos do caráter, da dignidade, da austeridade das escritas ora impressas fontes de informação, em que, para eles, devia exclusivamente apoiar-se o historiador digno desse nome. Meus transbordamentos, neste particular, vêm sendo de todo repugnantes, do ponto de vista da supostamente autêntica, castiça, genuína historiografia. Creio nunca os ter tolerado o historiógrafo austeramente ortodoxo que foi mestre Rodolfo Garcia.

Não assim Pedro Calmon: tão magistralmente historiador como Rodolfo Garcia e, dos dois, decerto, o mais criativo, o de obra mais ampla, o mais abrangente nos alcances de suas indagações de passados brasileiros (1986, p. 552).

Ressaltar os papéis dos diversos atores no processo de renovação da escrita da história ocorrido nas primeiras décadas do século XX pode evidenciar que esses papéis, com o passar do tempo, foram se alterando. Pedro Calmon, hoje associado a uma tradição conservadora de escrita da história, pode não ter tido sobre si mesmo essa percepção. Fica claro que se opôs a ela em seus relatos para a posteridade. Também pode não ter sido visto assim por seus pares, pelo menos em alguns aspectos. Marcos Almir Madeira destaca, já no século XXI, a “linha precursora” de Calmon e o pouco ou nenhum destaque que teria lhe dado a crítica:

Foi essa atitude vanguardista do historiador não apenas narrativo ou repetitivo, mas reflexivo e dedutivo, hermeneuta e não somente coletor do passado, o que avultou na sua obra; mas bem pouco ou mesmo nada tem sido destacado pela crítica, como expressão de uma certa linha precursora (2003, p.147)

Para Nelson Werneck Sodré, que participava do cenário cultural do período como crítico literário e escritor, “apesar do desenvolvimento já alcançado, as letras brasileiras atravessavam, naquela época, uma fase de transição, em que se confundiam o velho e o novo” (SODRÉ *apud* FRANZINI, 2006, p. 72).

Na leitura das memórias de Pedro Calmon, é possível que o leitor se ressinta das referências à Capistrano de Abreu no processo de renovação da escrita da história. Afinal, era um elemento destacado pelos contemporâneos de Capistrano “a renovação temática promovida por este autor em relação à escrita da História do Brasil existente até então” (ANHEZINI, 2011, p. 19). Minimizando a contribuição de Capistrano, Calmon simplesmente reverberava a posição do IHGB para quem “era como se ele nunca tivesse existido” (FRANZINI, 2006, p. 45). Além

disso, representar Capistrano de Abreu como uma “caricatura dele mesmo” nada tinha de original. Era somente contribuir para a imagem “caricata de homem excêntrico e cheio de esquisitices que se lhe imprimiu ainda em vida” (FRANZINI, 2006, p. 44). Mas na leitura das memórias de Calmon, também é possível ao leitor identificar, com alguma surpresa, sua participação no processo de renovação da escrita da história ocorrido nas primeiras décadas do século XX.

Pedro Calmon, ao mesmo tempo que insistia em uma história moralizante que oferecia ao leitor um julgamento final, conclamava historiadores a novos temas e propunha uma abordagem cultural e sociológica da história que, embora bem formulada teoricamente, talvez ele só tenha conseguido realizar em o *Espírito da Sociedade Colonial*.

É justamente essa distância entre a formulação teórica e a sua efetiva realização que nos leva ao terceiro capítulo. Os aspectos identificados nos prefácios e algumas vezes afirmados clara e assertivamente – como na sua “*Carta aos Professores*” – não podem ser tomados como constitutivos de sua forma de escrever a história até que sejam efetivamente identificados em sua obra. Devem ser tomados como chaves interpretativas para a análise das biografias que se faz no próximo capítulo. Enquanto alguns aspectos apontados aqui nos parecem uma constância na obra de Calmon – como a valorização de uma dimensão narrativa da história – outros parecem se alterar. É o caso do protagonismo atribuído aos heróis que, como vimos, parece redimensionado a cada novo prefácio. Veremos como se dá nas biografias.

CAPÍTULO 3

Outros tempos

Considero-me livre de toda superstição de modernidade, de qualquer ilusão de que o ontem difere intimamente de hoje ou diferirá de amanhã [...].

Jorge Luis Borges, Prólogo de Obras Completas de Adolfo Bioy Casares.

A leitura dos artigos de imprensa escritos sobre *História de D. Pedro II* (1975), e mesmo o pequeno número com que eles apareceram, indicam uma acolhida fria para a obra de Pedro Calmon. Certamente uma acolhida desproporcional ao longo e árduo esforço de pesquisa realizado pelo autor. As razões para isso podem ser buscadas também fora da obra. Caberia perguntar se, em 1975, o gênero biográfico ou mesmo o personagem de D. Pedro II seriam capazes de despertar o interesse para a leitura “de fôlego” exigida por uma detalhada obra em cinco volumes.

Restringindo nossa análise à fortuna crítica da obra, é possível identificar duas constantes. Em primeiro lugar, nela sempre se destaca, positivamente, a farta documentação apresentada pelo autor. De fato, só o primeiro tomo da obra conta com cerca de mil e quinhentas notas de rodapé. Considerando esse número para os demais, ela teria aproximadamente sete mil e quinhentas notas que remetem a uma farta documentação constituída por papéis oficiais dos mais diversos tipos, documentos pessoais, peças de museu observadas ao redor do mundo e manifestações orais. Algumas vezes, anotações de canto de página ou correções feitas pelo Imperador em livros de história lidos por ele, são usados por Calmon para elucidar fatos da história do Brasil com a autoridade de alguém que era deles não só uma testemunha ocular, mas também o ator principal.

Por outro lado, parece haver uma outra constante: a obra é mais frequentemente criticada pela *forma* como se diz, do que pelo que nela está dito. O tom do texto, publicado por Pedro Calmon em 1975, parece ter causado estranhamento aos leitores do século XXI. Para José Murilo de Carvalho a obra teria um “estilo florido” (2007, p. 262). Para Roderick Barman o texto de Calmon seria “amplamente anedótico” (2012, p. 578). Esse estranhamento tardio, e mesmo a aparente divergência entre os dois autores, é indicativo de que a forma do texto de Calmon merece atenção.

3.1 *História de D. Pedro II* (1975): um texto anedótico, irônico ou irreverente?

Os primeiros capítulos de *História de D. Pedro II* (1975) narram o fim do Primeiro Reinado e têm como protagonista o pai, D. Pedro I. Tratando da resiliência e aparente indiferença com que a Imperatriz Leopoldina tratava as infidelidades de D. Pedro I, Calmon cita uma carta da Imperatriz à irmã mais nova: “os homens são homens, e nós mulheres nos devemos distinguir pela paciência, pela virtude e sereno modo de proceder na hora oportuna. Sempre voltam e nos querem mais” (LEOPOLDINA *apud* CALMON, 1975, p. 14). Ao narrar a morte da Imperatriz e o retorno, às pressas, do Imperador que estava no Rio Grande, Calmon afirma: “Leopoldina previra certo: ‘sempre voltam e nos querem mais’. Desta feita, muito tarde” (1975, p. 16). Talvez esse seja um exemplo do que Barman chamou de um texto “amplamente anedótico”, mas a obra de Calmon certamente oferece outros.

Quando se refere ao tratamento dispensado pelos médicos a D. Pedro II em virtude de suas convulsões ou do “mal hereditário”, diz: “Trataram-no [...] com ‘fricções, sinapismo, clisteres, uma sangria, um banho geral morno e, quando pôde engolir, se lhe administrou óleo de rícino’. Escapou, como por milagre, da moléstia e da cura” (CALMON, 1975, p. 89).

Ao falar sobre a escolha do preceptor do Imperador, que acabaria recaindo em Frei Pedro de Santa Mariana, Calmon se expressa sobre o processo:

Ouvido o Marquês de Maricá, este matutou, ‘estou esperando que o Espírito Santo me inspire o nome da pessoa para servir de preceptor do nosso Augusto Monarca’. Numa de suas máximas, pondera, ‘a ignorância dos empregados públicos é talvez mais danosa que a sua improbidade. Em um jardim, causa menos detrimento um ladrão do que um jumento’. Dessem-lhe um sofista. Só não queria um asno (1975, p. 101).

Ainda tratando do mesmo processo de escolha, sobre a *Cartilha Imperial para uso do Senhor D. Pedro II*, de Filipe Patroni, um dos candidatos ao cargo de preceptor, Calmon diz: “Partindo do *octaedro da ordem civil*, dedutivamente atinge demonstrações cabalísticas, de inocência adorável!”. E conclui: “Antes o frade” (CALMON, 1975, p. 102, grifo do autor).

Há nos exemplos vistos até aqui, certamente, enorme irreverência. Mas em alguns casos, parece haver mais que isso. Kierkegaard, em 1841, defendeu sua dissertação *O conceito de ironia*. E não sem alguma ironia passou a se considerar, já que a dissertação lhe concedera o título de “Magister”, o “mestre da ironia” (VALLS, 2015, p. 7). Kierkegaard propõe: “Assim, ocorre no discurso retórico frequentemente uma figura que traz o nome de ironia; e cuja característica está em se dizer o contrário do que se pensa” (2015, p. 191). Quando observamos

Calmon desse ponto de vista, certamente encontraremos oposição entre partes de seu texto e seu pensamento, pois, dado o desenrolar dos acontecimentos, não é crível que pensasse que Leopoldina “previra certo”.

Mas Kierkegaard fala da necessidade de diferenciar a ironia da simples dissimulação: “Se são antes circunstâncias exteriores as que exigem um certo mistério, então a mistificação aplicada será pura e simples *dissimulação*” (2015, p.195, grifo do autor).

Nas “observações orientadoras” de Kierkegaard é possível encontrar considerações sobre essa diferenciação:

A ironia aparece tanto mais quanto menos o que determina alguém a brincar de se esconder é uma razão exterior (consideração de família, referência a carreira, pusilanimidade etc); e quanto mais é uma certa *infinitude interior* o que desperta no escritor o desejo de manter a sua obra livre de toda relação finita com sua própria pessoa, o desejo de se ver livre de todas as condolências dos companheiros de infortúnio e de todas as congratulações da cordial confraria dos autores (2015, p. 195, grifo do autor).

Ou ainda:

Ao contrário, quanto mais se trata de uma necessidade de, vez por outra, ser um homem e não sempre e eternamente um conselheiro de chancelaria, quanto mais infinitude poética se encontra aí, quanto maior é a arte com a qual a mistificação é executada, tanto mais aparece a ironia. E se consegue desencaminhar completamente o público, talvez até ser detido como pessoa suspeita, ou envolvida em interessantes histórias de família, aí sim o irônico alcança o que deseja (KIERKEGAARD, 2015, p. 196).

Não é provável que houvesse, em 1975, pressões externas que justificassem ou impusessem um posicionamento em relação à figura do Imperador, fosse ele favorável ou contrário. Por outro lado, é possível que Calmon tivesse motivos para, na maturidade, e publicando o que alguns amigos classificaram como sua obra “capital” (MONTELLO, 1975a, p. XV), tentar se desvencilhar da pecha do escritor conservador e sempre vinculado à Monarquia. Com a maturidade talvez crescessem, no autor, as preocupações com a posteridade, o alcance da obra e sua validade. Não se pode esquecer que o autor é, ainda hoje, classificado como um “discípulo fanático de D. Pedro II” (REIS, 2006, p. 37).

Ao que nos parece, a ironia do autor – ou a oposição que se nota entre o texto e o pensamento – expressa a oposição entre uma forma de percepção crítica da realidade e uma forma idealizada e romântica de se perceber e contar a história. Quando afirma que Leopoldina “previra certo”, o autor dispara contra a percepção romântica da Imperatriz. E está nitidamente disparando contra uma forma idealizada de se contar a história quando, ao narrar a chegada de

D. Amélia de Leuchtenberg e o súbito desmaio do imperador, afirma: “Podia ser a epilepsia. Constou que foi o deslumbramento” (CALMON, 1975, p. 30). Talvez haja um sentimento de negatividade que não “se dirige contra este ou aquele existente individual”, mas “contra toda a realidade em uma certa época e sob certas condições” (KIERKEGAARD, 2015, p. 197). Mas o curioso – e talvez irônico – é que esta forma idealizada de se contar a história tenha marcado outras obras dele próprio, em outros tempos.

A “Revolução de 1930” representou uma ruptura para a família Calmon. O dia 24 de outubro de 1930, “o da fratura”:

Tio Miguel partiu em boa hora para a Europa, achando que a sua geração, a que consolidara e justificara a República, não teria mais a oportunidade e o tempo, só o tempo, daria ao país a normalidade perdida. Não transigia com os vitoriosos. Para ele, 24 de outubro de 1930 foi o dia decisivo. O da fratura. Para trás, a sua época; para diante, o incalculável (CALMON, 1995, p. 181).

O sentimento de ruptura, ou de fratura no tempo, explicitado no sentimento do homem em quem Pedro Calmon diagnosticara “o desencontro do estadista com a época” (1995, p. 224), não impedia que Miguel Calmon ainda tentasse atuar em cenário desfavorável. Bem de acordo com os objetivos da Liga de Defesa Nacional que ajudara a fundar em 1916, que propunha o culto do heroísmo e do patriotismo, o estudo da História do Brasil e das tradições brasileiras (NAGLE *apud* TOLENTINO, 2009, p. 39), Miguel Calmon aconselhara, da Europa, que Pedro Calmon escrevesse sobre “algum de nossos heróis” (CALMON, 1995, p. 183) e fosse o “apologista dos homens que construíram o Brasil” (CALMON, 1995, p. 184).

Também Pedro Calmon teve seus planos alterados com o fim da Primeira República e a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Ele sofreu os dissabores de pertencer ao grupo rival. Perdeu a vaga de deputado – era então o mais jovem deputado eleito pelo Estado da Bahia – e deixou de ser nomeado para o cargo de professor da Escola Normal, cargo conquistado através de concurso público em 1929. Em 1933 publicou *Malês*, para Mariele S. Araújo uma obra “engajada aos interesses oligárquicos e comprometida em construir uma memória dos grupos de poder, em função de suas necessidades do presente” (2006, p. 104). Ela foi publicada seriada, em um folhetim que trazia propagandas da chapa “A Bahia ainda é a Bahia”, onde antigos adversários políticos se aliavam “no mesmo pensamento superior de honrar as suas tradições” (SEABRA *apud* ARAÚJO, 2006, p. 103) e se opor ao interventor Juracy Magalhães, nomeado por Getúlio Vargas.

Sobre a produção historiográfica do período, Paulo Santos Silva destaca:

A luta pela retomada da autonomia da Bahia nos anos 1930 conjugou-se ao trabalho de reconstituição do passado, resultando um amplo painel da sociedade bahiana que reafirmava o passado de autonomia de suas elites. [...] *A memória, ou a “quase-memória”, ou “quase-história”* cumpriu o papel de reforçar o tecido social dos grupos políticos que buscavam apoio no passado para justificar suas pretensões no presente (SILVA apud ARAÚJO, 2006, p. 105, grifo da autora).

Escrevendo no Jornal *A Tarde* entre 1930 e 1936, Calmon se dizia “um observador indisposto com o presente, comprometido com o passado, esperançoso do porvir” (1985, p. 189). Nesse tempo, seu “compromisso com o passado” talvez influenciasse sua escrita da história e motivasse seus “volumes coroados” ou a publicação de uma obra como *Malês*, que exhibe “contornos políticos ao buscar uma memória de glórias na história de uma parte das elites baianas ameaçadas em seu tempo presente” (ARAÚJO, 2006, p. 103).

Mas em 1975, para um homem hábil como Calmon, certamente os compromissos eram outros. Sua vontade clara – que se denota, entre outras coisas, pelo volume de documentação que utiliza – de fazer uma obra que se afastasse do caráter dúbio de “literatura histórica” e que escrevesse seu nome definitivamente no rol dos historiadores, pode evidenciar um menor compromisso com um passado de autonomia das elites e, ao mesmo tempo, uma maior preocupação com o futuro de sua obra. A irreverência parece demonstrar o descompromisso diante da Monarquia e talvez seja a expressão do sentimento de negatividade diante de um passado cultuado, mas que, em 1975, tinha o defeito de ser mais passado do que nunca. Certo é que em *História de D. Pedro II* (1975), o estilo – para usar as palavras do “mestre da ironia” – certamente não é o de um “conselheiro de chancelaria”. No entanto, suas características nos parecem mais ligadas à irreverência e à ironia do que aos aspectos jocosos que caracterizam, atualmente, o termo “anedótico”.

3.2 *História de D. Pedro II* (1975): um “estilo florido”?

Calmon era retórico e era criticado por isso. No início de sua carreira o amigo Afrânio Peixoto teria lhe dito que “cortasse, restringisse, meditasse” (CALMON, 1995, p. 137). Em vão. Em seu *Memórias*, Calmon lamenta: “Desse defeito me tenho corrigido desde o começo e dele ainda me acusam” (1995, p. 269). Por mais que cortasse, sobrava.

Embora o texto de 1975 pareça mais sóbrio quando comparado a outros textos do autor, elementos que justificam o “estilo florido” apontado por José Murilo de Carvalho ainda podem ser encontrados, ao lado da irreverência e ironia que já destacamos.

Ao narrar um jantar ocorrido na casa da Marquesa de Santos, após a morte da Imperatriz, Calmon afirma: “Disse-se que no dia patronímico de Bela (Santa Isabel), a marquesa iluminara o palacete. Subitamente D. Pedro abandonou a mesa. Foram encontrá-lo chorando, abraçado a um retrato da Imperatriz” (1975, p. 22). A citação, que não causaria espanto algum se estivesse na biografia de 1938, surpreende o leitor mais atento da biografia de 1975, sobretudo pelo termo “disse-se”. Como explicá-lo diante da necessidade clara que o autor tinha de se documentar? Qual a necessidade de reproduzir uma informação não essencial e que não se podia comprovar?

Talvez ela tenha lhe parecido essencial para seus objetivos que, como destacamos no capítulo anterior, sempre pareceram se relacionar com a construção de uma narrativa à qual ele, por vezes, atribuía caráter moral. Observar uma motivação sentimental em um casamento cercado pelo pragmatismo que guiava os casamentos reais, ou destacar um arrependimento em um marido notadamente infiel contribuía para que a narrativa se encaixasse nos padrões de uma moral orientada pelo catolicismo, adotado por Calmon, e destacado por alguns de seus analistas. No caso da infidelidade de D. Pedro I, talvez seja o “tribunal da história” sutilmente emitindo seu julgamento.

3.3 A linguagem sentimental em *O Rei Filósofo* (1938)

Na obra *Society and Sentiment: Genres of Historical Writing in Britain, 1740-1820*, Mark Salber Phillips examina o uso da linguagem sentimental nos vários gêneros de escrita da história dos séculos XVIII e XIX, e cita um texto em que Robert Bisset trata da capacidade das biografias de despertar empatia no leitor:

Our sympathy is most powerfully excited by the view of those situations and passions, which, by a small effort of the imagination, we can approximate to ourselves. Hence Biography often engages attention and affections more deeply than History. We are more concerned by the display of individual character than of political measures, of individual enjoyment or suffering, than of the prosperity or adversity of nations. Even in History, the biographical part often interests us more than any other (BISSET *apud* PHILLIPS, 2000, p. 134).

As palavras de Bisset e de Calmon no prefácio da *História da Bahia* (s.d.) revelam a semelhança na forma de tratar os relatos individuais e suas potencialidades. É nele que Calmon afirma que “A história começou pela biografia. E tende sempre a voltar à forma de origem porque compreendemos sempre melhor um homem do que uma sociedade” (s.d., p.5).

Phillips defende que o desenvolvimento da escrita biográfica, no período estudado por ele, é marcado pela ampliação dos interesses anteriormente atribuídos ao público jovem ou feminino, para interesses de um público mais amplo que passaria a englobar os leitores adultos do sexo masculino. A tradicional divisão entre a história pública e privada, e a hierarquia existente entre elas foi tomada pelos biógrafos de uma forma bastante favorável: “If history speaks to public men, they argued, then it is meaningless for the largest part of mankind. In contrast, biography encompasses everyone because it is the study of common life” (PHILLIPS, 2000, p. 134).

A habilidade de criar empatia pode ter influenciado a capacidade das biografias de chegar ao leitor e pode ter ampliado o seu público. Sobre o texto de Bisset, Phillips ressalta: “As these remarks make clear, the language of sympathy so prominent in this period make it easy to make claims for biography as a form of historical narrative that imposes relatively little distance between the subject and the reader” (2000, p. 134).

Bem de acordo com esse pensamento, e, também escrevendo em um período de ampliação do público das biografias no Brasil – a “epidemia biográfica” do início do século XX – Calmon demonstra em *O Rei Filósofo* (1938) a nítida intenção de criar empatia entre o leitor e o Imperador, nas diferentes fases de sua vida. Se na infância de D. Pedro II o que se busca é ressaltar a fragilidade da criança órfã e abandonada, na maturidade se buscará traçar o perfil do homem envelhecido, prematuramente, graças à extremada dedicação à nação.

Órfão de mãe ao completar o primeiro ano de vida e abandonado pelo pai ainda aos cinco anos de idade, a criança era, ao mesmo tempo, a imagem do poder e da fragilidade:

O desaparecimento de Pedro I afundara no mesmo redemoinho o sebastianismo de José Bonifácio e o passado conservador. Os homens do dia arfavam nas suas paixões rudes e a fogueira das ideias escondia, com as chamas altas, o vulto daquele trono onde se sentava, para praticar a caligrafia, um príncipe de nove anos (CALMON, 1938, p. 43).

Durante a juventude e o reinado, surge o homem que não queria a majestade, e que preferia os estudos. Vítima, mesmo quando era rei:

Rabiscou, numa página de diário – em 31 de dezembro de 1861 – uma confidência melancólica. Quanto à ocupação política, preferia a de Presidente da República ou ministro, à de Imperador. E calculava: “Se ao menos meu pai imperasse, estaria eu há onze anos com assento no Senado, e teria viajado o mundo!” (CALMON, 1938, P. 185).

Na maturidade, sobretudo após a Guerra do Paraguai, seria a imagem acabada do homem que se sacrificou pelo país:

Gastou prodigamente a vida, naquela fase tribulada da evolução brasileira. Não descansou, não tergiversou, enquanto na linha das fronteiras ou no território vizinho tremularam, ao vento dos combates, as bandeiras imperiais. Olhassem-lhe as janelas iluminadas até altas horas, do seu salão de despachos. A luz perene projetava-se sobre os horizontes da nacionalidade: sabia-se (o mundo todo soube) que o Imperador dormia pouco, empenhado em dar à sua terra o completo esforço, por que vencesse a tormenta com dignidade e glória (CALMON, 1938, p. 254).

Nesse sacrifício, perdera a mocidade:

Em 1840 fora o “menino”: o ai Jesus do Brasil. Em 1845 o homem: a mão forte. Em 1870 o “velho”: tão cedo principiara, como ia acabando...

Vivera intensamente os tempos aflitos da luta externa. Dispensara-lhe as energias de corpo e inteligência, infatigável, inabalável, agitado. Concluída a tarefa, findara também a mocidade (CALMON, 1938, p. 270).

Buscando criar empatia entre a figura do Imperador e o leitor, a trajetória da criança abandonada que se torna o rei probo e dedicado à nação é contada com recursos semelhantes aos destacados por Phillips. Ressaltamos na biografia de Calmon a capacidade do biógrafo de penetrar e revelar os pensamentos do biografado. Se tinha fontes para tal, não nos informa; ao contrário de *História de D. Pedro II* (1975), a biografia de 1938 tem raras e curtas notas de rodapé. Tal capacidade, um recurso de estilo usado para humanizar o biografado e aproximá-lo do leitor, usado com habilidade por Calmon, podia servir para potencializar a vitimização do Imperador. Durante a infância, D. Pedro II seria a pessoa mais “infeliz” do Império:

A primeira pessoa do Império era também a mais infeliz: quantas vezes, arriscando um olhar curioso para fora do alto portão do parque, não invejou a selvagem independência dos meninos pobres de sua idade, que se reboavam, como pequenos potros bravos, no gramado verde feito para rolares crianças e saltitarem pássaros! (CALMON, 1938, p. 30).

É bastante improvável que Calmon tivesse fontes para afirmar que Pedro II, tão taciturno por toda a vida, algum dia tivesse invejado crianças brincando pelo parque. Na maturidade, retratado sempre como um defensor da liberdade de imprensa, para Calmon, D. Pedro II na intimidade se amargurava pelas críticas que dela recebia. Em uma passagem, embora não seja dito, fica bem claro que as fontes são os diários do Visconde de Taunay que foram reunidos pelo filho – Afonso d’Escragolle Taunay – e publicados pela Brasileira em 1933 com o título *Pedro II*. Neles se pode ler:

Domingo – Encontrando-me com o Imperador na rua Bragança, disse-me ele: ‘Por que é que os homens da *Gazeta*, de que o Sr. tanto gosta, me atacam sempre tão violentamente? Sei que são republicanos. Estão no seu direito atacando a instituição monárquica, mas não devem procurar ridicularizar o Chefe de Estado’.

E mudando de repente de assunto, pôs-se a falar no Schiavo e disse-me que estava pronto para fazer montar a peça. ‘Repare, Senhor, que serão necessários 40 contos’. E ele todo risonho: ‘Não, com a breca, isto não; não sou tão rico assim!’ (TAUNAY, 1933, p. 70)

Pois em *O Rei Filósofo* (1938) Calmon reproduz fielmente – quase literalmente – tal passagem. Mas ao final, revelando o pensamento do biografado, acrescenta: “E partiu [o Imperador], pensando ao mesmo tempo na ópera e nas injúrias...” (CALMON, 1938, p. 397).

Assim, o que pelos diários de Taunay nos parece apenas um protesto do Imperador, ganha ares de um pensamento prolongado, ou de uma amargura, na biografia de Calmon. D. Pedro II é agora uma vítima justamente da imprensa, da qual aparece como intransigente defensor. O leitor, conhecedor até dos pensamentos do Imperador, tem tudo para se sensibilizar com sua trajetória. E Calmon, que em suas elaborações teóricas sobre a escrita da história sempre afirmara que ela deveria falar aos sentimentos do leitor, parece ter tudo para atingir seus objetivos.

Mas há outros pontos de contato entre as formulações encontradas no estudo de Phillips e as formulações teóricas de Calmon que, certamente, influenciam sua escrita biográfica. Quando ressalta a identificação das biografias com o público jovem e os leitores do sexo feminino, Phillips destaca nas biografias a capacidade de fornecer exemplos – que já destacamos também em Pedro Calmon – e seu caráter anedótico:

Biography ‘not only remove the dryness and dogmatical air of precept, but sets persons, actions and their consequences before us in the most striking manner’. Put in this way, biography makes its claim as a kind of metonymic history – philosophy teaching by the most select *examples* – and, for this reason, Goldsmith wrote, it was particularly suited to instructing the young. Others would make the same point about woman, another group of sheltered readers. ‘Instead of wars, sieges, victories or great achievements’, wrote John Bennett in his book on female educations, ‘which are not so much within the province of a female, [i.e.biography] presents those domestick *anecdotes* and events, which come more forcibly home to her bosom and curiosity’. (PHILLIPS, 2000, p. 133)

Reparemos que no texto de John Bennett escrito em 1762, o termo “anecdotes” não parece ter qualquer ligação com o jocoso e seu significado parece próximo ao que o termo, em língua portuguesa, tinha nos séculos XVIII e XIX. De acordo com a edição de 1789 do dicionário de Antonio de Moraes Silva, a palavra aparece com o seguinte significado: “*Anecdóta*, s.f. História, ou sucesso, que estava escondido, não sabido, não publicado”.

Significado muito semelhante pode ser encontrado na edição de 1832 do dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto: “Anecdota, s.f. História de coisas que não se sabiam, de segredos, etc.”

Desta forma, “domestick anecdotes”, no texto de Bennett, parece remeter a fatos pessoais ou que ocorrem à margem dos eventos mais conhecidos da trajetória do personagem; e por isso não são sabidos ou publicados. Nas biografias, serviriam para aproximar a narrativa do público feminino, não familiarizado aos grandes feitos, às guerras e batalhas. Podemos encontrar o termo anedota ou anedótico sendo usado para se referir também a outros relatos biográficos escritos nos séculos XIX e XX.

Ainda se referindo a José Bonifácio de Andrada e ao “Elogio Acadêmico da Senhora Dona Maria I”, Valdeci Lopes de Araújo também faz uso do termo “anedótico”:

Mais do que uma preocupação com a verdade positiva da representação, esse tipo de apresentação do passado parecia responder a uma demanda *sentimental e anedótica*. Mas, da mesma forma que essa representação pictórica – mesmo quando preocupada com a representação do tempo – guardava certo caráter típico, arredio a excessos de positividade, também a escrita histórica de Bonifácio aceitava corrigir o quadro a fim de destacar a essência (2008, p. 44).

O sentido parece se aproximar daquele que Calmon dá ao termo no prefácio de *História da Bahia* (s.d.):

Deve-se, pois, apreciar o indivíduo – e analisá-lo, às vezes, até a anedota. A anedota é, quase sempre, como o estilo, o homem. Havemos, entretanto, de empregá-la cautelosamente. É uma caricatura; não é um retrato. E lembrai-vos que lidais com jovens inteligências de seu natural propensas à generalização. Escolhei, portanto, de cada personagem, o que melhor lhe distinga a influência histórica (CALMON, s. d., p. 4).

Para Calmon, a biografia, que era o retrato, poderia ser também, “cautelosamente”, uma caricatura, ou seja, seria por vezes uma forma de representação alterada ou exagerada de alguém, feita através do exagero ou da deformação da característica “que melhor lhe distinga a influência histórica”. Em suas formulações teóricas sobre os relatos biográficos – mantendo a metáfora pictórica – José Bonifácio de Andrada e Pedro Calmon, em detrimento de “excessos de positividade”, aceitavam se afastar do “retrato” buscando a “correção” ou a “caricatura”, em nome do efeito de se destacar a “essência” do personagem ou, nas palavras de Calmon, o “que melhor lhe distinga a influência histórica”.

Calmon utiliza recursos semelhantes aos destacados por Araújo no “Elogio Acadêmico da Senhora Dona Maria I” de José Bonifácio. Em *O Rei Filósofo* (1938), oferece detalhes que somente uma testemunha ocular poderia fornecer, além disso, faz uso do discurso direto,

colocando orações e discursos no interior da narrativa. Nesse sentido, chama a atenção o trecho em que narra o nascimento de D. Pedro II:

Mexia-se, nas suas cambraias com coroas bordadas, um minúsculo ser, que valia para ele [Pedro I] a segurança da Casa continuada, da dinastia garantida, do Brasil apaziguado – porque D. Pedro II (assim se chamaria!) era brasileiro.

- Senhor brigadeiro, apresente Sua Alteza Imperial à corte! Disse o monarca, levantando nos braços o pequeno volume.

Francisco de Lima e Silva, veador da Imperatriz, de serviço no Paço àquela hora, adiantou-se, fazendo refulgir, ao lume dos candelabros, o uniforme azul agalado, as dragonas, que lhe tremiam nos ombros os cachos largos, o punho do grande sabre que riscava o assoalho. Curvou-se, numa reverência profunda, e recebeu nas mãos abertas a criança. Elevou-a à altura dos olhos, com o respeitoso cuidado que teria o pastor da Judéia suspendendo do palheiro o menino Jesus; e deu dois paços na sala. A sua voz repercutiu pelo aposento discretamente alumiado:

- Sua Alteza, o Príncipe herdeiro do Brasil... (CALMON, 1938, p. 15)

Em 1817, quando José Bonifácio leu na Academia de Ciências de Lisboa o “Elogio Acadêmico da Senhora Dona Maria I”, havia aproximadamente um ano do falecimento da monarca. A despeito das dificuldades que essa proximidade temporal poderia trazer, ela facilitaria o posicionamento do narrador como um “historiador-ator” ou um “historiador contemporâneo” e o “seu papel de documento/testemunha” (ARAÚJO, 2008, p. 48). Ainda assim, José Bonifácio se eximia de “qualquer compromisso com a exatidão” (ARAÚJO, 2008, p. 48) ao preceder o suposto discurso da rainha com a frase “parece-me que ouço exclamar” (ANDRADA *apud* ARAÚJO, 2008, p. 48).

Já no século XX, escrevendo quase um século após os acontecimentos, parecem ser outros fatores os que permitiam a Calmon o uso do discurso direto e a riqueza de detalhes da narrativa. A renovação da escrita biográfica, a grande evidência alcançada pelas biografias romanceadas, e a possibilidade de situar a obra no território indefinido, mas ainda assim, um tanto oficial da “Literatura histórica”, pareciam dar ao autor a liberdade de criar e atribuir discursos aos seus personagens sem a necessidade de fontes ou justificação. Além de criar uma desejável proximidade do leitor com o biografado, o procedimento certamente criava efeitos na narrativa que deviam parecer benéficos para o leitor e facilitar a recepção da obra. É necessário lembrar aqui a necessidade que Calmon teve de, em 1939, usar o prefácio de sua *História da Casa da Torre* para justificar diante de seu leitor, o uso de notas de rodapé que, embora fizessem o seu texto “pesado”, o “esclareciam” (1958, p. 6).

Em *O Rei Filósofo* (1938) está explicitada no título, a característica com que Calmon representaria a “essência” do Imperador. A figura do homem inteligente e estudioso, considerado “filósofo”, é reafirmada durante toda a biografia. Era o menino “precoce na inteligência” (CALMON, 1938, p. 38). “Aos 14 anos, falava quatro idiomas; e lia sofregamente tudo” (CALMON, 1938, p. 55). Na fase adulta, nada se alterou: “Tinha o Imperador pressa, provavelmente de voltar ao convívio de seus livros, no meio dos quais a vida lhe corre amena. As ciências e a literatura são as mais agradáveis ocupações do trono” (CALMON, 1938, p. 110). Para reafirmar a figura do “homem superior”, nada mais providencial do que a antítese com o pai:

Corrigia as impressões triviais do seu ofício com a ilustre convivência dos sábios. Ganhava um novo prestígio: o do homem superior, pelas preocupações habituais. D. Pedro I preferia manobrar um regimento; D. Pedro II, sem jeito para os exercícios militares, que hão de constituir a predileta tarefa de um rei, traduzia Horácio e Tertuliano (CALMON, 1938, p. 114).

Tudo isso posto na biografia de 1938, não é sem alguma surpresa que o leitor lerá, no capítulo XIV da biografia de 1975, que o “rei filósofo” era um “mito”. De forma natural e entre parênteses, dizendo ao leitor para que aguardasse suas observações sobre a educação do Imperador, podemos ler “(e já diremos do mito do *rei filósofo*)” (CALMON, 1975, p. 108, grifo do autor).

É bastante provável que, em 1975, fosse natural para Pedro Calmon se referir à sua própria construção de 1938 como um “mito”. Talvez, em 1975, lhe parecesse aceitável reconhecer o “mito do rei filósofo” como uma forma superlativa de retratar o homem estudioso e amante das leituras, biografado por ele em 1938. Nas palavras de José Bonifácio, talvez fosse simplesmente reconhecer a “correção do quadro” para que ficasse destacada a “essência” do personagem. O importante é ressaltar que, embora o reconhecimento da mitificação do personagem de D. Pedro II, feito de maneira quase corriqueira na biografia de 1975, possa causar alguma surpresa, sobretudo ao leitor da biografia de 1938, a forma de construção de *O Rei Filósofo* (1938) nos parece em absoluta conformidade com as formulações teóricas feitas por Pedro Calmon na primeira metade do século XX para tratar da escrita biográfica e de seus objetivos. Além disso, nos parece plenamente de acordo com os interesses do autor que se definia, na década de 1930, como um homem “comprometido com o passado” (CALMON, 1995, p. 189).

3.4 A educação do Imperador

3.4.1 Filosofia de Educação ou Émile

Em *História de D. Pedro II* (1975), no capítulo que chamou “Filosofia de Educação ou Émile”, Pedro Calmon propõe uma comparação: “Pela analogia de documentos (destinado um à educação do *Imperador*, o outro à da *Rainha*) devemos comparar as *Instruções* de Frei Pedro às ‘Cartas’ de Garrett” (p. 106, grifos do autor). Com isso, Calmon dizia pretender dar sua “contribuição à história das ideias” (1975, p. 105), e tentar, através dela, explicar a formação de D. Pedro II.

Tão nítida quanto a intenção dos historiadores brasileiros de contribuir com a nova abordagem de escrita da história em grande evidência na segunda metade do século XX, é a forma vaga com que se referiam a ela. Em pelo menos dois artigos escritos sobre Pedro Calmon e publicados pela *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, pode-se notar a intenção de associar o nome do autor à história das ideias. Marcos Almir Madeira parece associá-la a uma história crítica:

Foi ele [Pedro Calmon], confessadamente, um dos muitos filhos espirituais de Heródoto, o primeiro dos gregos que soube plasmar o estudo do fato histórico na busca de ‘fatores sociológicos, etnológicos e econômicos que caracterizassem determinadas sociedades’. E convém recordar que a sociologia, como ciência autônoma, já liberta da filosofia pura, estava ainda por vir... Mas os herótopos eram antes de tudo intuitivos, abertos. Por isso mesmo, legaram-nos uma História crítica, não apenas narrativa ou registradora. E não estaria em emboço, já então, uma crítica das ideias, tão de hoje? (2003, p. 146)

Victorino Chermont de Miranda afirma que Calmon teria vislumbrado “para os estudos genealógicos uma perspectiva de inserção na própria História das Ideias” (2003, p. 165).

A intenção de se mostrar em sintonia com o movimento “tão de hoje” parece ter motivado as palavras de Calmon e as conexões improváveis de seus analistas. Tal posicionamento parece ter sido também o de outros autores brasileiros ao longo do século XX:

Antes de representar uma tendência bem delineada da nova historiografia brasileira, ela [a história das ideias] funcionava muito mais como um rótulo para classificar trabalhos de temática pouco usual, que talvez não se encaixassem bem nos compartimentos estabelecidos por nossa própria tradição (FRANZINI, 2006, P. 176).

Era com a nova abordagem da história das ideias que Calmon pretendia tratar, em 1975, da formação de D. Pedro II, talvez o ponto abordado mais criticamente pelo autor nas duas biografias. Em *O Rei Filósofo* (1938), o Imperador teria recebido uma educação moldada pelo

século XVIII. D. Pedro II teria sido, na infância, o “menino-símbolo” de uma “educação cortezã” que havia produzido em Portugal e no Brasil, uma geração de “românticos pálidos” (CALMON, 1938, p. 25). Referindo-se a Itanhaém, o homem que havia sucedido José Bonifácio na função de tutor, Calmon afirma: “Itanhaém, quinquagenário, educado no enciclopedismo do século XVIII, sabendo de tudo um pouco, era um fidalgo honesto e céptico na sua cultura sem profundidade e na sua virtude sem misticismo” (1938, p. 37).

Confiado o menino ao Marques de Itanhaém, cabia a este apagar em D. Pedro II seus impulsos ancestrais, sobretudo os herdados do pai: “Confiara-lhe o Brasil o órfão: ordenara-lhe que fizesse dele um rei. Se sáísse desastrado como o pai, não lhe perdoariam. Seria sempre, ele, o culpado, o desidioso, o imprevidente” (CALMON, 1938, p. 40). Se algo desse errado “A culpa era da nação que o perfilhara. E daquele bom Marquês, que via em torno do pupilo os fantasmas dos avós absolutistas, e jurara fazê-lo – plástico barro nas suas mãos virtuosas – o antípoda dos Cesáres” (CALMON, 1938, p. 41).

Ao Frei Pedro de Santa Mariana, preceptor de D. Pedro II, coube completar a “obra de arte, engenhada por Itanhaém, e que foi o caráter do Imperador” (CALMON, 1975, p. 50). Sobre ele Calmon afirma:

Ninguém lhe impressionou mais a alma timorata da infância que se improvisa em adolescência, antes do tempo. Aprendeu-lhe o hábito de ouvir com paciência, de esperar com doçura, de falar pouco, e muito perguntar, de querer com obstinação, e vencer com cautela, junto a um desejo quase pueril, de bibliotecário de mosteiro, de ler tudo, saber tudo, compreender tudo. Seria, pelo resto da existência, pontual, minucioso, honesto, curioso e erudito como frei Pedro o quisera, pobre carmelita letrado que espiava o universo, lá fora, tão estranho e confuso, através da vidraça de sua cela de seminário...

Que seria se lhe dessem por mestre um jovem coronel de dragões, doido pelas guerras de Napoleão, ou um inglês economista, prazenteiro e galante?

A que sentimentos obedecera o governo, aprisionando ao jugo de um frade matemático o menino que andava nos estudos mais adiantado que os outros?

O medo e a esperança denunciavam-se nisso.

Temia-se pelo passado, dos monarcas despóticos; e anhelava-se a maravilha de um rei sábio, como os das Escrituras!

De fato, pagava D. Pedro II pelos desatinos de D. Pedro I, pela apatia de D. João VI, pela megalomania de D. João V: um bento jardineiro torcia o remoto tronco torto... (1938, p. 51).

Embora a dúvida sobre o “que seria” se tivessem dado a D. Pedro II outro tipo de mestre já pudesse indicar alguma insatisfação quanto à sua formação, a influência de Frei Pedro de

Santa Mariana em D. Pedro II é descrita, em 1938, com adjetivos todos eles, positivos. Quanto a apagar em D. Pedro II os traços do pai, Itanhaém e Frei Pedro de Santa Mariana, ao que tudo indica, teriam sido bem-sucedidos:

[D. Pedro II] Seria, pelo resto da vida, sem jamais se permitir um descanso fora do seu programa diário, atado permanentemente à tirania de um relógio, um burocrata impecável.

Não conheceu a liberdade, senão como um direito dos outros; não lhe deram nunca, para ser, alguma vez, homem somente, como D. Pedro I, sua *antítese* (CALMON, 1938, p. 40, grifo nosso).

Moldar D. Pedro II como a antítese de D. Pedro I poderia ter suas vantagens. Mas a educação monasterial de D. Pedro II apresenta, já na primeira biografia, seus efeitos colaterais:

[D. Pedro II] Pusera-se em dia com os autores da moda, completara o trato dos clássicos, e escrevia, prosa e verso, embora lhe faltasse inspiração ou arte literária. Incapaz de lirismo, propenso às meditações pesadas, imbuído da grande poesia que lera no original grego ou latino, metrificava corretamente [...] (CALMON, 1938, p. 112)

A memória prodigiosa e o enciclopedismo, pareciam ingênuos:

[D. Pedro II] Guardava de memória os nomes, os assuntos, as novidades: em breve o lisonjeavam, como sendo a primeira cabeça da Corte. Ficou-lhe, de então, o orgulho, quase infantil, dessa retentiva nitidamente bourbonica. Não esquecia mais quem lhe conversasse, os incidentes narrados, apelidos, parentescos, informações. A idade acentuaria essa faculdade, dar-lhe-ia uma argúcia desconcertante [...]

Não pensara decerto em alguma especialidade: a avidez de saber lhe derramava, entontecida, a atenção no terreno indiviso do enciclopedismo: queria entender de todas as coisas, entre a química e a astronomia, o lirismo de Lamartine e o grego de Félix Taunay, a economia política e as matemáticas que Frei Pedro, até dez anos depois, continuava a ensinar-lhe. [...] (CALMON, 1938, p. 68).

E logo em seguida Calmon acrescenta: “Apenas não via o que se passava à volta, ou melhor, ao pé de São Cristovão, na casa da “Joana” (1938, p. 69).

É evidente que já há, na primeira biografia, restrições à formação e ao saber do Imperador. Como nos mostra Calmon, elas eram mesmo contemporâneas a D. Pedro II:

Duvidava-se das imperiais leituras. As gazetas políticas faziam comentários irônicos. O ‘homem’ desvairava-se em esquisitas cogitações; ou intrujava, fingindo uma ciência que não possuía, sem tempo de aprendê-la, superficial e vaidoso, graças ao privilégio de perguntar o que queria, sem que lhe perguntassem a ele... (1938, p. 119).

Mas na biografia de 1975, claramente, o tom das críticas se eleva. E embora o enciclopedismo do Imperador ainda seja mencionado, as palavras de Calmon aludem agora a uma certa passividade ou mesmo incapacidade de governar. Ser a antítese de D. Pedro I, em

1975, significava não ousar: “Contando que fosse o contrário do pai, de espada à cinta; em lugar do *que ousa, o que sabe!* (CALMON, 1975, p. 104, grifos do autor). Haviam investido o frade “Com a intenção de transformar o *príncipe perfeito no perfeito bacharel!*” (CALMON, 1975, p. 104, grifos do autor). A mesma educação que resultara em um enciclopedismo aparentemente inócuo na primeira biografia, aparece mais deletéria em 1975.

Em *História de D. Pedro II* (1975), ao propor a comparação que pretende que seja sua “colaboração à história das ideias”, Pedro Calmon, ao se referir às “Cartas” de Almeida Garrett, está se referindo à obra *Da Educação* (1829), de formato epistolar, onde Garrett se dirige a uma suposta “Senhora ilustre encarregada da educação de uma jovem soberana” (GARRETT, 1929, p. i) e tece considerações bastante precisas sobre o que julgava ser a formação ideal da monarca. A “jovem soberana” é D. Maria II, herdeira do trono de Portugal e irmã de D. Pedro II.

Já as *Instruções* são as *Instruções para serem observadas pelos mestres de D. Pedro II* (1838) que, embora subscritas pelo Marquês de Itanhaém, são atribuídas por Calmon a Frei Pedro de Santa Mariana: “Ninguém irá imaginar que as escreveu o Marquês, sem base escolar para tal pedagogia” (CALMON, 1975, p. 105).

Segundo Calmon, as duas obras “produzidas pela mesma conveniência” (1975, p. 106) de tratar da educação de dois monarcas, teriam, no entanto, teores bastante diferentes. Enquanto as normas de Garrett teriam “as tintas inglesas do exílio em Londres”, as do frade conversariam com o “francesismo do Seminário de Olinda” (CALMON, 1975, p. 106):

Instruindo a rainha, desenhou-lhe Garrett o retrato ideal. Dada às artes, enfiada pela ginástica, inteligência aberta, não a *blushing scholl miss*, que foge ao mundo, mas nele instalada que, ‘nas ordinárias posições da vida, a mulher é feita para obedecer, no trono para mandar’.

Constitucional embora, formar-se-ia para o governo.

Já o monge queria o pupilo ‘bom, sábio e justo’.

O estadista (Garrett) fazia da coroa uma força; Frei Pedro a reduzia a um exemplo.

‘Seu braço delicado se transforme em um braço musculoso e varonil, capaz de equilibrar um cetro – e sua alva fronte carregada com o peso da coroa a sustente sem se inclinar’ – aconselhava o primeiro. O segundo: ‘entendam-me porém os Mestres do Imperador. Eu quero que o meu Augusto Pupilo seja um sábio consumado e profundamente versado em todas as ciências e artes e até mesmo nos ofícios mecânicos’ (CALMON, 1975, p. 106).

Mais do que a comparação que aponta as diferenças e semelhanças entre as duas obras – e consequentemente entre os dois tipos de formação – Calmon parece fazer juízo de valor. Se Garrett concebia a coroa como uma força, o frade a “reduzia” a um “exemplo”.

Calmon aponta Rousseau como o “ponto de encontro” (1975, p. 107) entre as duas obras, mas não se detém nas “Cartas” o suficiente para mostrar ao leitor qual é a abordagem de Rousseau, proposta por Garrett. Segue destacando as diferenças entre as obras, sobretudo o ideal de força trabalhado pela doutrina de Garrett e o “atraso” da do frade:

Nas ‘Cartas’, compreende-se: lembram a D. Maria II o forte espírito do pai.

Nas Instruções, surpreende: pretendiam apagar a imagem paterna. Surpreende, não pelo paradoxo (o frade apoiando-se ao *vigário saboiano*) – mas pelo atraso da doutrina, que devendo-se ajustar-se à mocidade do aluno, vinha marcada pela velhice do lente.

O que lhe ensina, aprendeu no fim do século (CALMON, 1975, p. 107, grifo do autor).

Sempre imbuído de dar sua contribuição à história das ideias, Calmon busca identificar, uma a uma, todas as “fontes” (CALMON, 1975, p. 107) do pensamento de Frei Pedro de Santa Mariana: “As *Instruções* saltam de Montesquieu a Helvetius; com um cumprimento a Bossuet [...] (CALMON, 1975, p.109). E prossegue: “Esse ecletismo leva o selo do Barroco do século XVIII, em que se deram as combinações secretas da hierarquia e da maçonaria, Seminário e regalismo, (místicos e agnósticos), separados pela *história nacional*, unidos pela *história natural*” (CALMON, 1975, p.109, grifos do autor).

Para Calmon o “século de Luís XV” seria o “da descoberta sentimental da natureza, da exaltação teológica da natureza, início e fim das coisas organizadas prodigiosamente pela lei, [...]” (CALMON, 1975, p. 110). Para ele, “a beleza do novo credo” que identificava o século XVIII, poderia ser avaliada em um episódio:

Avaliamos a beleza do novo credo (la nature ne ment jamais) no episódio que lembra Rousseau, do devaneio, vogando certo dia em num barco, na placidez do lago suíço. À maneira do índio que na sua canoa se deixa arrastar pela água (bon sauvage) – cruzou os remos, olhou a paisagem, rezou o hino à verde natureza, e a ela se confiou como o filho que retorna ao seio da mãe-terra; que tudo nela é generoso e útil! (CALMON, 1975, p. 110).

O episódio que identificava o século que inspirava a doutrina de Frei Pedro de Santa Mariana remetia à resignação e passividade. Mas caso a associação não fosse percebida imediatamente pelo leitor, Calmon a reforçaria logo em seguida:

Com os fisiocratas, queria Frei Pedro que “*todos os deveres*” se lhe [a D. Pedro II] resumissem em “*animar sempre a Indústria, a Agricultura, o Comércio e as Artes*” para o que (absorvendo ‘todas as ciências’) estudaria de mão *diurna e noturna*, como pretende Horácio.

Estudaria a ... não governar (1975, p. 110, grifos do autor).

Em 1975, o lirismo das metáforas do escultor de “mão virtuosas” que molda “plástico barro”, ou do “bento jardineiro” que torce o “tronco torto”, cedeu lugar à ironia para tratar da formação de D. Pedro II. Servindo de inspiração já no século XIX, as ideias que marcaram o século XVIII são tratadas por Calmon como o “novo credo”, e D. Pedro II aparece, em uma passagem cravejada de ironia, com outros ancestrais e pertencendo a um outro tempo:

Compreende-se, dentro de tal quadro literário – que o *príncipe* [D. Pedro II], entregue ao frade, começasse (*‘il marche em philosophe’*) como Carlos V acabou; no claustro, cheio de livros: muito aberto, para que Deus fosse adorado no esplendor de sua obra!

Não tem outro sentido a lisonja do secretário Brandão, dedicando-lhe em 1832 – o *Retrato de Marco Aurélio*; ilustrando com os perfis litográficos do imperador romano e do imperador menino.

Victor Hugo derramar-se-á na mesma cortesia, quarenta e cinco anos depois.

Neto de D. João VI?

Não. Neto de Marco Aurélio... Antes ainda de crescer, a aparecer.

Era século XVIII. Da *Encyclopédie*. Ou das *Instruções* de Frei Pedro de Santa Mariana (CALMON, 1975, p. 111, grifos do autor).

O “quadro literário” de Frei Pedro de Santa Mariana fizera de D. Pedro II um personagem do século XVIII, descrito em meio a livros em um claustro “muito aberto”, para que “Deus fosse adorado no esplendor de sua obra”. Para Calmon era essa a fisionomia do século XVIII, simbolizado talvez à perfeição, pelo episódio descrito por Rousseau, do índio que, em sua canoa, cruza os remos e se deixa arrastar pelas águas.

3.4.2 Formação e Deformação

Os resultados da doutrina de Frei Pedro de Santa Mariana ainda seriam descritos em uma seção do Capítulo XXVII, onde já se tratava da maturidade do Imperador. O título da seção é “Formação e Deformação”. Inicia assim: “Aos trinta anos, tendia à obesidade” (CALMON, 1975, p. 193).

Suscitado por uma simples nota de diário e começando pela obesidade – o pupilo de Frei Pedro não seria “enfibrado pela ginástica” como a pupila de Garrett – Calmon iria enfileirar, uma a uma, várias características do Imperador que ele certamente atribuía à sua formação e que, em 1975, lhe pareciam “deformações”. A curta nota no diário de Silva Pontes apontava certa impopularidade do Imperador junto à classe militar, devido a seu desinteresse e “ignorância das coisas militares”. Esse foi o mote para Calmon traçar, agora de forma bastante negativa, o perfil do Imperador:

Longe ia ficando o tempo dos exercícios de guerra e tiro, divertimentos ruidosos que o tutor e o aio não podiam encorajar, um, homem de salão, o outro, homem de Igreja. Saíra aos Habsburgos nisso que La Bruyère chama *science des détails*, aguçada de curiosidade gulosa do raro e do trivial; o raro: mania que gradualmente dele se apossou do saber exótico; com a seqüela – de saber tudo. [...] A educação previdente desenvolveu-lhe as faculdades em prejuízo das propensões; no caso, as que derivam (ou se teme que derivassem) dos quatro costados régios. Incutiu-lhe a timidez (para que fosse retraído) e a segurança (para que fosse conservador); fugindo ao gesto (que lembraria o déspota) e à mudança (que lembraria o revolucionário); instalado (seria a conclusão de psicólogos e psiquiatras) no “conceito estático de si”; contra ‘*l'affreuse politique*’ (de Voltaire).

Ensinar-lhe que a nação e o poder assentam em paz sem *mudança*; quando se pensava (como Richelieu, seguindo Bodin) que as inovações perigosas são como pedras, arrancadas às bases do Estado. Melhor que a glória, a ordem!

Por isso tardaram em ministrar-lhe um curso de história.

Subtraíram-lhe, metódicos, o que herdara ao pai *quixotesco*; valorizavam o legado da arquiduquesa, doida por borboletas (1975, p. 194, grifos do autor).

A vontade de “saber tudo” é agora “seqüela” de uma educação que teria feito o Imperador, ao mesmo tempo, tímido e seguro (mas uma segurança que gera o conservadorismo). A contemplação passiva do índio em sua canoa, no episódio de Rousseau que inspirava o século XVIII, certamente teria contribuído para formar um Imperador avesso ou fugidivo ao “gesto” e à “mudança”. E o legado da arquiduquesa, na biografia anterior referido como o “gosto dos estudos pacientes” (CALMON, 1938, p. 26), aparece agora na forma de uma “doida” ou alienante paixão por borboletas. Observemos que a relação entre as características que Calmon atribui ao Imperador e uma “ignorância das coisas militares” é bastante improvável e assim, bem particular do autor. Calmon prossegue com suas considerações:

‘Monarca exemplar na virtude e notável na inteligência’ (condescende o crítico), devia irritar as impaciências tropicais com as suas virtudes.

Havia uma “causa ignara” (e que causa, senão sua índole?) que ‘priva o soberano de salvar a nação pela sua atitude enérgica’, renovando-lhe ‘a aliança do povo’, nas *Cartas de Erasmo*, bradará Alencar.

O romântico – queria-o salvador, o frade fizera-o obediente.

Proibiu-lhe a audácia; a flama cesarista que lhe completasse o tipo rompante, na época em que só o admitia (em versão pedagógica) o teatro clássico; a vontade ingênua de ser ‘Carlos Magno’, mas ousado, e desatado, como os criadores do Império. A academia áulica, em vez do estado-maior!

Como o seu espírito de arrumação, moralidade e conduta acabaria imprimindo no país (e ao largo do tempo) a marca do ‘poder-pessoal’; no fim das contas, a sua imagem.

À feição dele far-se-iam o governo e ... a nação (1975, p. 194)

O trecho contém partes, ao que parece, de cartas do que é chamado, de maneira genérica, de *Cartas de Erasmo*, de José de Alencar. Alencar é tratado por Calmon como o “crítico”, e quando reconhece em D. Pedro II o “Monarca exemplar na virtude e notável na inteligência”, isso é tomado como condescendência. Em 1975, Calmon considerava que as “virtudes” do Imperador deveriam “irritar as impaciências tropicais”. E Frei Pedro de Santa Maria, imprimindo no Imperador seu “espírito de arrumação, moralidade e conduta”, indiretamente, moldara a “nação”. Moldara-nos.

A citação da “causa ignara” que “priva o soberano de salvar a nação pela sua atitude enérgica” parece vir da Carta I de *Ao Povo, Cartas Políticas de Erasmo*: “Pois que uma causa ignota priva o soberano de salvar a nação pela sua atitude enérgica, urge que o povo acorde para defender o patrimônio sagrado de suas liberdades e gloriosas tradições” (ALENCAR, 2009, p. 131).

Calmon parece pretender ressaltar que a passividade do Imperador também era apontada por Alencar, também ele lhe cobrava uma “atitude enérgica”. Mas se para Alencar era “ignara” a causa que impedia uma atitude de D. Pedro II, Calmon parece seguro: “e que causa, senão sua índole?”. Tudo isso para entrar em contradição poucas linhas depois, afirmando que o “romântico” queria um “salvador”, mas o “frade” teria *feito* D. Pedro II “obediente”. Calmon oscila entre uma passividade inata e outra adquirida na formação.

Também é contraditório o fato de que a crítica de Calmon seja suscitada por um suposto desinteresse e “ignorância das coisas militares” manifestada ainda em 1843, e que o autor tenha citado uma carta escrita entre 1865 e 1868, em que Alencar se posiciona contra a manutenção

do gabinete do Marquês de Olinda. Embora a carta trate da crise generalizada que assolava o país com a duração inimaginável da Guerra do Paraguai, a cobrança de Alencar parece ser em torno de uma atitude política do Imperador.

Contraditória e um tanto desproporcional quando comparada à simples nota de diário que a suscitou, a resposta de Calmon se torna mais compreensível como uma reação de alguém que, conhecedor e desgostoso com o desfecho que teriam os acontecimentos, reagia de forma veemente já ao seu início. Ela reflete a relação que o autor parece estabelecer entre a formação do Imperador e os rumos que a questão militar tomaria no Brasil, e nos permite relacionar a insatisfação com a formação do Imperador, o desfecho que teria a questão militar e os episódios que culminaram com o fim da Monarquia no Brasil. Calmon ainda nos daria outros indícios nessa direção.

O episódio de Rousseau voltaria a ser usado por Calmon como um símbolo de passividade e resignação na renúncia de Francisco de Paula Sousa, Chefe do Conselho de Ministros do Império em 1848:

Paula Sousa retirou-se, descrente, a 18 de agosto.

Quadrava melhor com a saída, a imagem que empregara na posse, ‘semelhante ao selvagem que exausto de forças para lutar contra a corrente que o arrebata larga o remo e cruza os braços’; imagem tirada a Rousseau; e que encerrará *O Guarani* ... ‘Lutar contra a corrente’, seria a contingência dos obstinados; não dele que pressentiu, despenhando-se das misteriosas alturas, a revolução de 1848 (CALMON, 1975, p. 358).

O episódio do índio que cruza os remos numa atitude contemplativa e resignada “quadrava melhor” com uma saída resignada do que com uma “posse”. A identificação entre o episódio que julga representar a “doutrina do frade” com um fim resignado é feita pelo próprio Calmon. Talvez o episódio “quadrasse” bem também com o fim do reinado de D. Pedro II. Um fim contemplativo e resignado, um fim para os não “obstinados” para quem, “lutar contra a corrente” não seria, sequer, “contingência”.

Na biografia de 1938, discutindo uma possível confissão a André Rebouças, em que o Imperador teria admitido apreço pela República, Calmon relaciona claramente o comportamento de D. Pedro II, no final do segundo reinado, com a formação que tivera: “O ‘filho da Revolução Francesa’ ressurgira, no desencanto de sua profissão de rei que envelhecera no serviço público. Não o educara assim Frei Pedro de Santa Mariana, o carmelita seco e inexorável – e aquela geração idealista da Regência?” (1938, p. 396).

Calmon estabelece relação entre a formação do Imperador e alguns fatores que teriam influenciado certamente no agravamento da questão militar no Brasil e culminado com o fim da Monarquia. Sua “ignorância das coisas militares” parece ser uma das muitas “deformações” advindas da formação. Além disso haveria o comportamento que “privava” o Imperador “de salvar a nação pela atitude enérgica”, sua “obediência”, o fato de portar uma coroa que longe de ser símbolo de “força”, se “reduzia ao exemplo”.

Esses fatores e a dupla relação estabelecida por Calmon – que os liga, por um lado à formação de D. Pedro II e, por outro, ao fim da Monarquia – são a razão do tom elevado das críticas à educação recebida pelo Imperador. Se essa relação já parecia se estabelecer em *O Rei Filósofo* (1938), em *História de D. Pedro II* (1975) ela parece despertar um ressentimento, nada velado, contra a doutrina de Frei Pedro de Santa Mariana. Associações um tanto improváveis como as que parecem criar uma suposta oposição entre o “saber exótico” do Imperador e seu pouco interesse pelas armas, a desproporção entre alguns fatos citados e a reação que nele desencadeiam – como a nota do diário –, e mesmo o tom elevado das críticas; dão algumas vezes o tom de desabafo ao texto, indicando um ressentimento contra uma cadeia de eventos, em cujas pontas haveria dois elos: a educação do Imperador e o fim da Monarquia.

Calmon descreve as diferenças de comportamento entre D. Pedro II e Tamandaré, em 17 de novembro de 1889, na viagem a bordo do *Parnaíba*, que levava a família imperial e amigos do Rio de Janeiro até a Ilha Grande, de onde seguiriam, a bordo do *Alagoas*, rumo ao exílio na Europa. Saldanha da Gama fazia falta, mas não ao Imperador que, poucos dias após a deposição, “pairando à mesma altura”, “continuava atento à paisagem”:

Saldanha fazia falta, não a ele, absorto na contemplação dos relevos da costa, desde o ‘gigante deitado’ (do desenho de Debret) até à restinga da Marambaia; mas a Tamandaré, que passeava pelo tombadilho com o passo curto, de leão cativo. Nos seus pensamentos, nunca estiveram tão distantes o monarca – deposto, e o marinheiro – reformado, este na cólera explosiva, aquele na paciência inalterável; e entretanto inseparáveis. *Mutuamente, desculpavam-se. Um nascera para brigar, o outro para condescender. Condescendia com o inevitável* (CALMON, 1975, p. 1634, grifo nosso).

Não fica claro se a República parecia “inevitável” para o Imperador ou para Pedro Calmon. Pode-se até questionar se, para o Calmon de 1975, a República em 1889 era mesmo inelutável como já então, parecera ao Imperador. Mas temos motivo para pensar que, para Calmon, é graças à “doutrina do frade” que o “filho da Revolução Francesa”, nesta hora, “condescendia”. Graças à “doutrina do frade”, nesse momento, faltava-lhe a “atitude enérgica”. Justamente o apreço de Calmon pela Monarquia o levava a criticá-la, é isso que deduzimos na

medida que sua crítica e seu ressentimento tem como alvo aquilo que ele parece relacionar ao fim da Monarquia: a formação de D. Pedro II.

3.5 A glória dos vencidos

Em 1986, Chaves Filho afirmava esperar que dentro de cem anos, quando “a história ‘não factual’ e a glória dos vencidos” se tornassem “assuntos já requeitados e peremptos” e a “história bem escrita e bem contada” voltasse a ser valorizada, Pedro Calmon seria considerado “um dos maiores historiadores do Império” (1986, p. 348). Também José Carlos Reis se refere à “visão dos vencidos” na escrita da história proposta por Calmon:

Conservador para alguns intérpretes, ele até se esforçava para compreender a visão dos vencidos, mas não podia concordar com os rebeldes de 1817, 1824, farroupilhas, praieiros. Calmon é acusado de antipatia com os revoltosos. Isso não é inteiramente verdade, pois se ele se opôs às rebeliões do Império, era empático com os rebeldes coloniais (REIS, 2006, p. 34).

Reis propõe que a chegada da família imperial no Brasil seria um marco na forma de percepção de Pedro Calmon. Para ele, Calmon teria narrado a história do Brasil até 1808, como “o desenvolvimento da nação como oposição ao domínio externo, metropolitano, português” (REIS, 2006, p. 54). Quando narra a história do Brasil após a chegada da corte, sua percepção é outra, “sua origem nobre falou mais alto” e a narrativa de Calmon torna-se a narrativa de “um reles cortesão” (REIS, 2006, p. 68). Nas palavras de Reis:

A partir de 1808, Calmon deixou de ser empático com a rebelião brasileira republicana e, cortesão radical, passou a agradecer ao destino pela transmigração da família real! Ele vinha fazendo a defesa do projeto nacionalista, mas para de fazê-lo para aplaudir a presença do rei em terras brasileiras. Talvez se possa dividir o seu pensamento, nesta obra, em duas fases: até 1808, um primeiro Calmon, revolucionário, nacionalista e republicano; após, um segundo Calmon, ultraconservador, nacionalista e monarquista (2006, p. 68)

A obra de Calmon analisada por Reis é *História da Civilização Brasileira*, uma síntese da história do Brasil, publicada em 1933. Assim como outras obras de sínteses publicadas pelo autor, é uma obra importante, que contou com “várias edições e traduções no exterior” (REIS, 2006, p. 37). Apesar disso “não teve um futuro tão glorioso na universidade, por seu caráter narrativo e ultraconservador” (REIS, 2006, p. 36).

Ao analisar *O Rei Filósofo* (1938), publicada apenas cinco anos após *História da Civilização Brasileira* (1933), o que se nota é uma percepção positiva da Monarquia, à qual se

opõe, quase sempre, o uso de adjetivos negativos para se referir à regência e às rebeliões. Após abril de 1931:

Tudo ficou *triste, tragicamente sombrio*, depois da madrugada da Abdicação.

O palácio esvaziou-se; as aias choramingavam pelos corredores; desaparecera a Guarda de Honra, de uniformes brancos, com os altos capacetes, nos quais um dragão de bronze entreabria asas eriçadas: fora um *sonho glorioso* que se dissipara... A revolução entrara como um pé de vento, assobiando e rugindo, por todas as frestas (CALMON, 1938, p. 24, grifos nossos).

Se as rebeliões não eram positivas, melhores não eram os revoltosos, “velhos conspiradores”:

O tempo era de fatos inverossímeis.

A revolução fora total.

Os aristocratas do reinado extinto eram perseguidos; os *velhos conspiradores* agora dirigiam, manobrando a *tropa indisciplinada*, o barco do Estado. As quarteladas explodiam, como num *chão vulcânico* erupções inevitáveis. As ideias absurdas circulavam. República, federação, desunião do Império, sistema grego de cidade, ou então a liga das repúblicas americanas, articulando um superorganismo utópico... *Deliravam os deputados* (CALMON, 1938, p. 28, grifos nossos).

Mas essa percepção parece se alterar bastante em *História de D. Pedro II* (1975). Há, sem dúvida, um olhar mais positivo para as ideias liberais e não são raras as vezes em que se refere às ideias conservadoras ou à própria monarquia como “retrógrada” ou “retrocesso”. Sobre a Sabinada afirma: “Não bastou a luta no Rio Grande. Transmitiu-se à Bahia, com a Sabinada – resposta do radicalismo de 1831 (ou do republicanismo de 1824) ao retrocesso triunfante” (CALMON, 1975, p. 117).

Calmon classifica 1840, o ano do “golpe de estado” da maioria, como “estrandosamente *retrógrado!*” (1975, p. 126, grifo do autor). Após a maioria, ao comentário de Aureliano que afirmava que com D. Pedro II, a nação teria um homem, Calmon emenda:

‘Temos homem’ (comunicou por sua vez Aureliano a Luís Alves de Lima) – ou o projeto de homem, na sua popularidade; se não no retrocesso, ao passado de onde vinha! Porque parecia incrivelmente distante o tempo de frades jacobinos, de gazetas do tope das *Sentinelas*... nas várias *guaritas*, do motim do *mata maroto*, da *república*. Tão longe, que no Recife pontificava o Padre Carapuceiro: ‘República no Brasil, não cessarei de repetir, é sinônimo de roubo, de matança’. [...]

A república de Piratini (julgou o ministério liberal) poderia acabar – não a golpes de sabre, mas de concórdia; em nome do rei inocente (CALMON, 1975, p. 152, grifos do autor).

D. Pedro II seria “um projeto de homem” que, se não simbolizava o “retrocesso”, simbolizava o “passado de onde vinha”. Uma pessoa ou movimento que partisse da República Federativa para a Monarquia, “retrocedia”. Se referindo a Bernardo de Vasconcelos, afirma: “Em dez anos, o estadista entrevado arrasara o absolutismo, modelara as instituições, retrocedera da república federativa à monarquia parlamentar, e, sobre o liberalismo, sua bandeira do primeiro reinado, erguera a ordem, do segundo reinado” (CALMON, 1975, p. 134).

Mas quando se trata da percepção quanto às rebeliões, e sobre a mudança nessa percepção que defendemos aqui, nada se destaca tanto quanto o tratamento que o autor dá, em 1975, ao fato de, em 7 de abril de 1831, não ter sido proclamada a República. Aqui se pode notar claramente a diferença entre o que observou José Carlos Reis na *História da Civilização Brasileira* (1933) – e que também observamos em *O Rei Filósofo* (1938) – e o novo posicionamento de Calmon.

Se, em *O Rei Filósofo* (1938), afirma que “tudo ficou triste” após a abdicação, em *História de D. Pedro II* (1975), insistindo sempre na linguagem visual, Calmon descreveria assim a cidade do Rio de Janeiro após o embarque de D. Pedro I: “Quem se aproximasse da cidade ouviria um ruído confuso. Podia ser de devastação. Era de alegria; desatada alegria, que, ao sol de 7 de abril, sucedeu a tantos dias de motim e terror (CALMON, 1975, p. 47). Há exatamente o inverso do que Reis observou na obra de 1933: os “dias de motim e terror” são associados à presença do Imperador, e a “desatada alegria” à sua retirada.

Mas para Calmon, ao que parece, os motivos não eram para tanta alegria. Afinal: “Em vez de aclamar, no Campo, D. Pedro II, a *população* poderia proclamar, no Senado, a *federação!*” (CALMON, 1975, p. 48, grifos do autor). E porque não o fizera, Calmon chamaria os acontecimentos de 7 de abril de “revolução traída”, ou “*ournée des dupes*” (CALMON, 1975, p. 61).

Ao descrever os acontecimentos do Campo de Santana e a multidão que seguira Francisco de Lima e Silva após o recebimento da renúncia de D. Pedro I, Calmon aponta o logro: “Seguiu-o dócil, toda aquela gente cansada da vigília, rouca de gritar, sem saber escolher, depois do triunfo, ou por este lograda, porque em vez de *janízaros* – que a varreria à metralha – o *tirano* lhe mandara a renúncia” (CALMON, 1975, p. 49, grifos do autor).

Calmon parece mesmo se ressentir do caráter conservador que observa na rebelião. Após os acontecimentos, a população dera ao Campo de Santana o nome de “Campo da Honra”. Para Calmon “Podia chamar-se da Liberdade. Da honra, tinha a vantagem de ligar o brio à disciplina; induzia ao compromisso. Foi exatamente o clima de compromisso que ali se estabeleceu” (CALMON, 1975, p. 49). A revolução feita pelo povo, teria “morrido” nas Câmaras:

Descoroando o sistema, a revolução consolidou-o. Feita no Campo, morreu nas Câmaras.

Desfechada pela exaltação, esvaiu-se no conchavo. Os velhos arrebatam-na aos jovens, colocando-lhe o rótulo prudente – de legalidade.

Institucionalizaram-na (CALMON, 1975, p. 51).

Ele destaca a insatisfação dos mais radicais: “Numa palavra: dominaram-no [ao 7 de abril] os homens maduros e cautos, que os moços, sobraçando armas no Campo de Santana, de lá saíram resmungando, como Teófilo Ottoni; fora a ‘*journée des dupes*’”¹² (CALMON, 1975, p. 51).

Comparando as citações acima com as considerações de Reis sobre a percepção de Calmon em 1933, pode-se notar a clara oposição: “O povo levantou-se e D. Pedro I, infelizmente, para Calmon, teve de abdicar” (REIS, 2006, p. 72). As palavras do Calmon de 1975 reproduzidas acima não indicam nenhuma insatisfação com a abdicação. Diferentemente, sua insatisfação parece apontar em outra direção, ele todo o tempo ressalta a existência da alternativa republicana abandonada, e o caráter “retrogrado” da alternativa monárquica adotada.

A percepção que Calmon teria, em 1933, do período regencial, também é destacada por Reis: “Mas, para Calmon, a Regência foi uma experiência desastrosa e a prova cabal de que a monarquia era a solução” (REIS, 2006, p. 72). Ou ainda:

Na análise da Regência, as suas ambiguidades se desfazem, o seu tom melífluo, ensaboado, “fidalgo”, “filantropo” se desfaz, e o ponto de vista de Calmon sobre a civilização brasileira torna-se visível. Ele vê o período da Regência como uma ameaça à paz e à unidade nacional (REIS, 2006, p. 72).

Em 1975, Calmon reafirma a estabilidade que a opção monárquica, em 1831, representava: “Nisso consistia o seu papel [do Imperador]: amarrava as províncias com o laço frouxo da continuidade; juntava-lhes com o poder inocente; prometia-lhes segurança e justiça

¹² Explicando o termo “*journée des dupes*” Calmon, em uma nota de rodapé, fala da reviravolta ocorrida em 1630 com a demissão e posterior retorno do cardeal Richelieu. Para Calmon “feitiço contra feiticeiro... na arte política” (CALMON, 1975, p. 51)

– no meio das três revoltas, a política, a social, a separatista” (1975, p. 90). Mas a Regência está longe de representar uma ameaça à paz e à unidade nacional. Se o Imperador tinha a seu favor o simbolismo da garantia da ordem, na prática, por vezes, quem a garantiu foram os liberais: “Na província, a ordem salvou-se com a velha gente. Na corte, com a gente nova, o Padre Feijó, Evaristo” (CALMON, 1975, p. 60).

Padre Diogo Antônio Feijó e Evaristo da Veiga, aliás, são vistos por Calmon como líderes, símbolos de “legalidade enérgica”:

Menos do que a reserva, era o símbolo da legalidade enérgica de 1832, do combate ao retorno, em cujo leque de reivindicações o restabelecimento monárquico e a hierarquia eclesiástica tinham a velha figura do trono e altar, principalmente do desvio da marcha para os quadrantes da paz, embora com a separação das províncias rebeldes. A vitória de Feijó é a dos ortodoxos de 7 de abril, privados (12 de maio de 1837) do seu líder Evaristo: ‘o partido do governo fica como gado sem pastor’ (CALMON, 1975, p. 82).

É natural que haja, em 1975, um novo olhar de Calmon para a Regência e suas rebeliões. Observe que o autor, literalmente, desloca seu ponto de observação. Quando, em *O Rei Filósofo* (1938), fala da tristeza que se seguiu à abdicação, seu ponto de vista é o do biografado, Calmon nos fala de dentro do palácio. É de lá que fala do “pé de vento” da revolução que entrava “por todas as frestas”, “assobiando e rugindo”, e destruindo o “sonho glorioso” da Monarquia. Quando, em *História de D. Pedro II* (1975), nos fala da “alegria desatada” que se seguiu à mesma abdicação, é das ruas que nos fala. Afastando seu ponto de vista do olhar do biografado, inclusive trazendo seu ponto de observação para o Brasil durante os longos períodos de ausência do Imperador que viajava pela Europa, Calmon imprime em *História do D. Pedro II* (1975) um olhar distinto do que havia em *O Rei Filósofo* (1938). Não sem motivos, sua segunda biografia do Imperador é considerada por alguns como uma obra de síntese da história do Segundo Reinado. No que tange à Regência e suas rebeliões, afastando-se espacialmente e temporalmente do olhar monárquico, seu ponto de vista se encontra com o dos liberais mais radicais de 1831. Assim como Teófilo Ottoni, Calmon parece pensar que podendo proclamar, no Senado, a federação, e optando por proclamar D. Pedro II, a “populaça” havia sido “lograda”, e a revolução “traída”.

Para Calmon, em 1975, existia o “espírito do Ipiranga” e “espírito de 7 de abril”. O pedido de D. Pedro I para que Bonifácio de Andrada fosse o tutor de D. Pedro II era uma tentativa de manutenção do “espírito do Ipiranga”. Nas palavras de Calmon: “Se para o pai o apelo ao Andrada tinha o sentido do reencontro, para a política tinha a aparência de contragolpe,

recuo ou confronto; o *espírito do Ipiranga* contra o de *7 de abril*” (CALMON, 1975, p. 54, grifo do autor). Os episódios que se sucederam após 1831 mostram o conflito entre esses dois espíritos, e a eles Calmon se referiu com bastante ironia.

Se a rebelião de abril de 1831 representava a “revolução traída” (CALMON, 1975, p. 61), o que se segue, a aclamação de D. Pedro II, torna-se, aos olhos de Calmon, um “golpe de teatro” (1975, p. 52). Quando a Câmara aprova a destituição de José Bonifácio – que representava o “espírito do Ipiranga” – e a questão vai para o Senado, é com o adjetivo de “patético” (CALMON, 1975, p. 65) que se refere à defesa que o Visconde de Cairu fez do Imperador. E quando ao invés de cair o Andrada, é Feijó quem cai, Calmon se expressa: “Nesse clima esboçou-se a comédia” (CALMON, 1975, p. 65).

Usando uma nota de rodapé para deixar ainda mais claro que considerava o afastamento de Feijó, o enfraquecimento do “espírito de 7 de abril” e a permanência do “espírito do Ipiranga” como uma “*journée des dupes*”, ou uma traição à revolução de 7 de abril, Calmon afirma:

Foi a revolução de 30 de jul., que encerra melancolicamente (aí sim, *journée des dupes*) o ciclo inaugurado a 7 de abril de 1831. Empalidece a estrela de Evaristo. Começa a brilhar a de Honório. Nesse ‘bom senso’ enraíza o partido conservador do segundo reinado (1975, p. 65)

Embora o autor não se manifeste de maneira clara, sabemos que não é “melancólico” o fim de quem vence. E o “bom senso” que “enraíza o partido conservador no segundo reinado” leva as aspas do autor e, ao que tudo indica, da ironia. Calmon parece insatisfeito com o desenrolar dos acontecimentos e com a “glória do vencedor”. E essa insatisfação não parece ser com o embarque do primeiro Imperador, mas com a aclamação do segundo. Ainda que suas opiniões e sobretudo suas intenções sejam bem menos explícitas em *História de D. Pedro II* (1975), ao que parece seu posicionamento quanto à Regência e suas rebeliões é bastante distinto do demonstrado nas obras publicadas da década de 1930.

3.6 Verdade histórica e memória histórica

Não são raras as vezes que Reis se refere a Calmon como ambíguo: “Contudo, Calmon era ambíguo e se dividia entre a nação e o Estado” (REIS, 2006, p. 36). Ou ainda: “O sentido da vida brasileira é natural, já está dado e ninguém poderá desviá-lo. Quanto às consequências políticas dessa teoria da História, Calmon é ambíguo” (REIS, 2006, p. 40).

A obra *História da Civilização Brasileira* (1933) analisada por Reis tem alguns exemplos dessa ambiguidade. Se, por um lado, Calmon descreve o encontro do branco com o índio no processo de colonização do Brasil, principalmente através de uma troca de influências em que, “ao invés de europeizar-se o selvagem, foi o branco que se indianizou” (CALMON, 1933, p. 41); por outro lado, poucas páginas depois, afirma: “A colonização lusa substituiu, em todo o seu vasto ‘habitat’, aquela grande raça que em parte *assimilamos* ou *eliminamos*” (CALMON, 1933, p. 43, grifos nossos). Mesmo a visão conciliadora da escravidão brasileira sustentada por Calmon se torna turva diante de seus comentários sobre uma sempre possível e iminente rebelião de escravos.

Essa oposição entre uma visão positiva, conciliadora e redutora de conflitos, e os comentários negativos, que Calmon tece às vezes de modo quase inadvertido e que caracterizam sua ambiguidade, nos parecem associadas às dificuldades que encontrava na sua tentativa de conciliar “verdade histórica” e memória. Para Arno Wehling, Calmon não tratava como antinômica essa relação (1999, p. 608).

Wehling se refere a uma “história-ciência que se confunde com a memória histórica, como se a construção científica do conhecimento levasse à corroboração da identidade cultural, num momento em que esta significava unidade e integridade nacional” (1999, p. 608). Se referindo à aproximação da escrita da história de Calmon com uma “memória histórica”, afirma:

O conhecimento histórico teria, portanto, para Pedro Calmon, um compromisso simultâneo com a “verdade histórica”, isto é, a ciência histórica e com a memória histórica, enquanto instrumento de auto-identidade de uma cultura. Em sua obra e em suas ações evidencia-se esta compreensão da história quer como ciência, quer como memória (WEHLING, 1999, p. 608).

O próprio Calmon talvez tenha tentado explicar esta aproximação através de um termo empregado por ele em um imbróglio que se envolveu com o escritor José Lins do Rego, justamente na década de 1930, nas páginas dos jornais *A Noite*, *O Jornal*, e o *Estado da Bahia*, onde escreviam os dois autores. Acusado de ser contra o samba, Calmon se defende usando o termo “verdade patriótica”: “E no reparo, pensando no perigo de ‘valorizar-se perante plateias estrangeiras’ a toada nagô dos ‘terreiros de samba’ pretendi modestamente falar numa *verdade patriótica*” (ARAÚJO, 2006, p. 81, grifo nosso).

Observe que Ricardo Benzaquen de Araújo sustenta que uma definição moderna de história seria elaborada com a substituição de uma “verdade ‘ética’ pela verdade ‘dos fatos’ e ao mesmo tempo, tornando esta última completamente inquestionável, inteiramente acima de

qualquer controvérsia política ou moral” (1988, p. 51). A verdade dos fatos se fundaria em “mecanismos críticos e narrativos” que criariam a impressão “de que ela é fruto de uma razão absolutamente pura e transparente, supostamente afastada de qualquer posicionamento intelectual ou projeto de poder” (ARAÚJO, 1988, p. 51). O termo “verdade patriótica” empregado por Calmon parece vir de encontro a esse conceito na medida que ressalta o compromisso da verdade com determinados valores, no caso, o patriotismo.

Em artigo que trata das convergências e conflitos entre memória e história, Wehling fala da idealização e do congelamento das tensões sociais algumas vezes associado à memória social ou coletiva:

O conceito de memória social ou coletiva presta-se à leitura de diferentes significados. De um ponto de vista social, ou mesmo sociológico, pode-se perceber que compreende tanto uma visão homogênea como conflitual do passado. Pode idealizá-lo, congelando ou esquecendo as tensões sociais e lutas, numa perspectiva de cooperação pacífica. Ou, pelo contrário, pode ser instrumento de combate para afirmar a própria identidade – minoritária, muitas vezes, ante outras comunidades da mesma sociedade (1997, p. 17).

Embora a visão conciliadora e a redução dos conflitos sociais possam certamente ser melhor trabalhados nas obras de síntese da história do Brasil escritas por Pedro Calmon, a aproximação da escrita da história com a memória histórica pode ser notada em nosso estudo através da idealização da Monarquia encontrada em *O Rei Filósofo* (1938), e que parte possivelmente de uma visão de que ela contribuiria para a criação de uma identidade brasileira. O próximo passo, ou seja, a construção de uma versão positiva da Monarquia e sobretudo do Segundo Reinado, através da mitificação da figura do Imperador, e ligando-o sentimentalmente ao leitor, é simplesmente a colocação em prática do que o autor preconizava, com bastante clareza, em suas formulações teóricas sobre a escrita da história.

Em *O Rei Filósofo* (1938) é notável o esforço para preservar a figura do Imperador mesmo que nitidamente soubesse de “boatos” sobre sua vida íntima. Fica evidente que o autor tinha conhecimento de fatos que, entre revelar e omitir, de forma ambígua, preferiu deixar nas entrelinhas:

Ao contrário do pai estouvado, [D. Pedro II] não deixou histórias de amor, entre as do seu longo reinado. Vultos ou fantasmas femininos naturalmente lhe passaram pela vida: nenhum ficou. Foi monarca sem cortesãos e sem afetos ocultos. Murmurou-se que... Que importavam os boatos? [...] São assim vagos os rumores que cercaram a obstinada compostura de D. Pedro II, impalpáveis os vestígios de enredos amorosos, em que o disseram envolvido, numa época tão fértil em maledicência e galanteria, dos Salões do Casino Fluminense, dos bailes semanais de Petrópolis, das temporadas teatrais de 1843 a 70, da gloriosa sociedade imperial atenta ao seu comando (CALMON, 1938, p. 93).

Ao mesmo tempo que questionava a importância dos “boatos”, não deixava de mencioná-los. E enquanto dizia que eram “vagos os rumores” e “impalpáveis os vestígios” reafirmava a existência de “rumores” e “vestígios”. A citação mostra Calmon esforçando-se, mais uma vez, de forma ao mesmo tempo ingênua e perspicaz – mas também ambígua – para “conciliar as exigências de um retrato ‘verdadeiro’ com a necessidade do modelo edificante” (ARAÚJO, 2008, p. 41). Ao que parece, é também um esforço em direção a uma conciliação entre “ciência histórica” e “memória histórica”.

Retomamos aqui um questionamento feito no primeiro capítulo desse estudo. Referindo-se aos filhos abandonados no Brasil por D. Pedro I, Calmon afirma em *O Rei Filósofo*: “Tinham sido confiados pelo destino à generosidade de um povo sentimental, que em vinte anos idolatrara avô, pai e neto...” (1938, p. 44). Faria ele, autor, parte do povo sentimental? Ou a biografia era escrita *para* um povo sentimental por um autor que, em alguns momentos, se traía e dele se afastava?

A essa altura parece claro que não se pode falar que o autor teria, em *História de D. Pedro II* (1975), uma visão idealizada da Monarquia. Pode-se discutir se, em uma obra de cinco volumes e que parece ter sido escrita em vinte anos, o ponto de vista de Calmon seria predominantemente positivo ou negativo; mas não há como negar a presença de um sentimento de negatividade em relação à Monarquia, expresso principalmente pela ironia. Como dissemos, a ironia em *História de D. Pedro II* (1975) revela a existência de uma forma de percepção crítica da realidade, que se opõe a uma forma idealizada e romântica de se perceber e contar a história.

O que parece menos claro, mas ainda assim defensável, é que, mesmo na década de 1930, já existia no autor, certa percepção crítica da Monarquia. A idealização da Monarquia presente em *O Rei Filósofo* (1938) estaria ligada ao caráter pedagógico que Calmon atribuía à história e ao esforço no sentido de contribuir para a criação de uma identidade nacional, contribuindo para a criação de uma história que também é memória da Monarquia. As ferramentas discursivas utilizadas para aproximar e criar laços entre a figura de D. Pedro II e o

leitor também devem ser consideradas à luz dos comentários de Valdeci Lopes de Araújo sobre a diferenciação discursiva ocorrida durante o processo de especialização da história:

O processo de especialização da história, [...] parece contribuir para produzir uma diferenciação discursiva. Há uma história para a educação geral, uma dos especialistas e mesmo uma que dá conta da demanda por um novo tipo de educação, a educação sentimental, a curiosidade pelo pitoresco, seja através do romance histórico, seja da história romanceada. Antes de a história se estabilizar enquanto uma disciplina acadêmica e universitária, nem sempre foram claras as fronteiras entre essas distintas funções, mesmo que na prática elas já existissem (2012, p. 139).

Diante do compromisso pedagógico que, claramente, Pedro Calmon defendia para a história, e da busca em conciliar a “história-ciência” com a “memória histórica”, uma forma de percepção mais crítica da história só poderia se manifestar de maneira quase inadvertida, fazendo seu texto ambíguo. Isso aproxima a ironia de 1975 da ambiguidade de 1938; ambas resultariam de uma percepção crítica da Monarquia ajustada, cada uma a seu momento, à percepção que Pedro Calmon teria do tempo e da história. A visão idealizada da Monarquia apresentada em *O Rei Filósofo* (1938) parece coincidir antes com a proposta de escrita da história de um autor que se dizia “comprometido com o passado” do que coincidir, exatamente, com a visão que ele teria da Monarquia. E a ironia e irreverência de *História de D. Pedro II* (1975) é, literalmente, a falta de reverência diante de um passado que, entre 1938 e 1975, certamente havia perdido peso, perdido relevância.

A perda de força do passado pode ser sentida no fato de Calmon não buscar, em sua obra “capital”, como fizera em outras ocasiões, a consolidação de seu nome através da reafirmação do prestígio e autonomia das elites à qual pertencia. De forma bastante diferente, o que se nota é um autor buscando um novo posicionamento diante da Monarquia, um ponto de vista que ao menos se aproximasse do lugar invisível descrito por Benzaquen de Araújo: “é justamente a conversão do lugar de onde o historiador fala em um espaço invisível que vai promover o fortalecimento de sua autoridade, aumentando a influência e o poder de persuasão” (1988, p. 51). É através dessa aproximação de sua escrita com uma “definição moderna de história” que Calmon parece buscar, em 1975, garantir seu prestígio e a permanência de sua obra. Se não há, entre as duas biografias, uma grande ruptura na forma de perceber a Monarquia, uma vez que certa ambiguidade do autor parece apontar para a existência de uma visão crítica da Monarquia mesmo em 1938, o que nos parece é que a nova forma de se escrever sobre a Monarquia e D. Pedro II sejam condicionados, em 1975, por uma nova forma do autor de perceber a o tempo e a história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns analistas preconizam, para o futuro, uma melhor acolhida para a obra de Pedro Calmon. E em concordância, afirmam que ela viria com a valorização de uma história bem escrita e bem contada. Não se pode avaliar o quanto há de desejo ou racionalidade nesse tipo de prognóstico, mas a eles nos juntamos na expectativa de que a obra do autor ganhe boas análises e sobretudo, seja lida.

Uma das maiores dificuldades para a análise da obra de Calmon, talvez seja sua extensão. Tendo publicado inéditos por mais de setenta anos, nos quais se manteve em intensa atividade intelectual e acadêmica, é de se supor que tenha havido, ao longo do tempo, grandes variações na forma de percepção do autor que dificultam, obviamente, afirmações mais generalistas sobre sua obra. Se sua análise completa se configura então um trabalho hercúleo, a alternativa da análise parcial da obra parece, por outro lado, expor o estudioso a um risco incomensurável. Nossa análise, baseada apenas em suas biografias de D. Pedro II, padece desse mal e dessa consciência. Embora tenhamos nos esforçado para fazer afirmações cuja validade se restringisse somente às obras que analisamos, seria ingênuo não reconhecer que a leitura completa da obra de Calmon poderia alterar a compreensão que tivemos de alguns aspectos.

Exatamente no sentido de delinear a trajetória do pensamento do autor ao longo de sua carreira, a análise de seus prefácios se mostrou não só uma alternativa possível à análise quase inviável da obra completa, como também uma ferramenta valiosa. É interessante observar que, ainda que tenha se mantido sempre o comprometimento do autor na busca pela verdade histórica, sua percepção desse conceito se altera ao longo do tempo, substituindo o sentimento de confiança na sua obtenção, presente nos primeiros prefácios, pelo sentimento de resignação que se esboça nos prefácios posteriores. Suas sucessivas retomadas de um mesmo tema refletem um conceito de verdade que gradualmente se vincula mais à disponibilidade da documentação e não exclusivamente a uma suposta imparcialidade do autor. Além disso, embora nós mesmos tenhamos apontado que algumas de suas elaborações teóricas tenham se refletido minimamente em sua obra, pode-se perceber coerência entre sua escrita da história e alguns valores recorrentemente presentes em seus prefácios.

Ao que nos parece a visão idealizada da Monarquia demonstrada em *O Rei Filósofo* (1938) não pode ser relacionada a uma percepção ingênua, rasa ou superficial da história do

Brasil e não coincidiria, exatamente, com a visão que o autor teria da Monarquia. De forma contrária, ela nos parece condizente com as formulações teóricas do autor para a escrita da história, sobretudo com suas elaborações sobre os relatos biográficos e suas finalidades, sugerindo que as análises da obra de Calmon possam se beneficiar de uma abordagem que reconheça, em detrimento de uma suposta superficialidade, uma maior intencionalidade na escrita da história proposta por ele.

Em *História de D. Pedro II* (1975), talvez menos comprometido com uma “verdade patriótica” sobre a Monarquia, não tão “comprometido com o passado” como o próprio autor se considerava em 1938, e talvez buscando uma forma mais positiva de recepção de sua obra pela posteridade; sua percepção crítica da história tenha se manifestado então na forma de um texto bastante pontuado pela irreverência e ironia.

Se sempre houve – na ambiguidade algumas vezes notada em *O Rei Filósofo* (1938) ou na ironia de *História de D. Pedro II* (1975) – em alguma medida, uma percepção crítica da história do Brasil; uma possível chave para a compreensão da construção idealizada da Monarquia presente em *O Rei Filósofo* (1938) talvez seja a aproximação dessa obra de Calmon com a construção de uma memória-histórica da Monarquia brasileira ligada à afirmação de uma identidade cultural brasileira. Suas formulações teóricas apontam para isso e não para a busca de uma verdade descomprometida com posicionamento intelectual ou projetos de poder. Talvez seu mais significativo passo em direção de um conceito moderno de história tenha sido justamente sua obra capital, sua *História de D. Pedro II* (1975).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, José de. Ao povo, cartas políticas de Erasmo. In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.). *Cartas de Erasmo*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.
- ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: A História da historiografia de Afonso de Taunay (1911 – 1939)*. São Paulo: UNESP, 2011.
- ARAÚJO, Mariele S. *A medida das raças na mistura imperfeita: discursos racialistas em Pedro Calmon – 1922/33*. Salvador: UFB, 2006. Dissertação de Mestrado.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda Noturna: Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 28–54, 1988.
- ARAÚJO, Rodrigo da Costa. De textos e de paratextos. *Revista Palimpsesto*, n. 10, ano 9, p. 1-5, 2010.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão historia magistra vitae.... In: ARAÚJO, Valdei Lopes de; MOLLO, Helena Miranda; NICOLAZZI, Fernando. (Orgs.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV. Disponível em: <
https://www.academia.edu/10284260/Sobre_a_permanência_da_expressão_historia_magistra_vitae_no_século_XIX_brasileiro>. Acesso em: 02/04/2018.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do Tempo: Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.
- ATHAYDE, Austregésilo. História de D. Pedro II. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1975, n. 00070, p. 1, 21 dez. 1975. Disponível em: <
http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pagfis=38977&pesq=biografia%20pedro%20ii>. Acesso em: 05 jan. 2018.
- BARMAN, Roderick. *Imperador Cidadão*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. (Orgs.). *Usos e abusos da História oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CALMON, Pedro. *A vida de Castro Alves*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- CALMON, Pedro. *Figuras de Azulejo*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, s.d..
- CALMON, Pedro. *História da Bahia*. São Paulo: Cia. Melhoramentos de São Paulo, s.d..
- CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.
- CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- CALMON, Pedro. *História de Castro Alves*. São Paulo: José Olympio, 1947.
- CALMON, Pedro. *História de D. Pedro II*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. 5 v.

- CALMON, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- CALMON, Pedro. *O Rei Filósofo: Vida de D. Pedro II*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- CALMON, Pedro. *Vida e amores de Castro Alves*. 2. ed. Rio de Janeiro: A Noite, s.d..
- CARVALHO, José Murilo de. D. João e as histórias dos Brasis. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 551-572, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II: Ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CHAVES FILHO, Jorge Pacheco. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 351, abr./jun., p. 345-552, 1986.
- DE NICOLA, Lucas Santiago Rodrigues. *Flores, algumas com espinhos, para o rei: controvérsias acerca de D. Pedro II (1920-1940)*. São Paulo: USP, 2014. 249 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p. 122.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: Escrever uma vida*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- DOYLE, Plínio. Bibliografia de Pedro Calmon. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 351, abr./jun., p. 585-614, 1986.
- DUTRA, Eliana de Freitas. Companhia Editora Nacional: Tradição editorial e cultura nacional do Brasil dos anos 30. In: *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*, 2004, Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/elianadutra.pdf> >. Acesso em: 04 jun. 2017.
- DUTRA, Eliana de Freitas. História e historiadores na Coleção Brasileira: o presentismo como perspectiva? In: _____ (Org.). *O Brasil em Dois Tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Rememorando a figura de Pedro Calmon. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 351, abr./jun., p. 421-427, 1986.
- FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da Historiografia Nacional (1936-1959)*. São Paulo: USP, 2006. Tese de Doutorado.
- FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- FREIRE, Gilberto. *Mestre Pedro Calmon: Sua historiografia comentada por um sociólogo da história*. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 351, abr./jun., p. 552-558, 1986.
- GARRETT, Almeida. *Da Educação*. Londres: Sustenance e Stretch, 1829.

GENETTE, GÉRARD. *Paratextos Editoriais*. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do estado novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. Mestiço, pobre, nevrozata: biografia e modernidade no Machado de Assis de Lúcia Miguel Pereira. In: GOMES, Ângela C.; SCHMIDT, Benito B. (Orgs.). *Memórias e narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GRIECO, Agrippino. A literatura de um Calmon. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano X, n. 3044, p.1, 28 fev. 1928. Disponível em: <
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_02&pasta=ano%20192&pesq=a%20literatura%20de%20um%20calmon>. Acesso em: 04 jun. 2017.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Um olhar sobre o continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 217- 231, 1997.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 50, set-mar, p. 66-78, 2010. Disponível em: <http://200.144.255.123/Imagens/Revista/REV050/Media/REV50-03-1.pdf> >. Acesso em 08 dez. 2017.

JESUS, Ronaldo Pereira de. *Visões da Monarquia: a imagem do Imperador e do regime monárquico entre a gente comum da corte (1870-1889)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

KIERKEGAARD, Soren. *O Conceito de Ironia*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MADEIRA, Marcos Almir. Pedro Calmon: História e Estilo. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 420, jul./set., p. 145-156, 2003.

MALEVAL, Isadora Tavares. *Entre a “arca do sigilo” e o tribunal da posteridade: o (não) lugar do presente nas produções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Rio de Janeiro: UERJ, 2015. Tese de Doutorado.

MIRANDA, Victorino Chermont de. O olhar genealógico em Pedro Calmon. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 420, jul./set., p. 157-166, 2003.

MONTELLO, Josué. A promoção do livro brasileiro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1976, n. 00284, p.1, 19 jan. 1976. Disponível em: <

http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=134355&pesq=historia%20de%20d%20pedro%20ii >. Acesso em: 05 jan. 2018.

MONTELLO, Josué. Mestre Calmon. In: CALMON, Pedro. *História de D. Pedro II*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975a. 5 v.

MONTELLO, Josué. O monumento ao Imperador. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1975b, n. 00259, p.1, 23 dez. 1975b. Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=133298&pesq=historia%20de%20d%20pedro%20ii >. Acesso em: 05 jan. 2018.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a História: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2009. Tese de Doutorado.

PAIVA, Salvyano Cavalcanti de. Renúncia e perplexidade em Vera Cruz. *O Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXIII, n. 21668, p.1, 22 nov. 1963. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=perplexidade%20em%20vera%20cruz >. Acesso em: 04 jun. 2017.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Odisseias do conceito moderno de história: Necrológio de Francisco Antônio de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. *Revista de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 50, set./mar., p. 27-78, 2010.

PHILLIPS, Mark Salber. *Society and sentiment: genres of historical writing in Britain, 1740-1820*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Calmon a Bonfim*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REIS, José Carlos. Henri Berr. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de História: O caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RODRIGUES, José Honório. A historiografia conservadora. In: _____. *História da História do Brasil* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988b. v. II. t.1.

RODRIGUES, José Honório. A metafísica do latifúndio: o ultra-reacionário Oliveira Viana. In: _____. *História da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988a. v. II. t.2.

RODRIGUES, José Honório. Afonso Taunay e o revisionismo histórico. *Jornal do Brasil*, 06 abr. 1958. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/107059/105629> >. Acesso em: 08 dez. 2017.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Viajes*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALLCA XX / UFRJ, 1996.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Nação e História: Jules Michelet e o paradigma nacional na historiografia do século XIX. *Revista de História*, n. 144, p 151-180, 2001.

- SCHMIDT, Benito B. Escrever biografias no Brasil hoje: entre inovações e modelos tradicionais. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). *O Brasil em Dois Tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- SILVA, Semíramis Corsi. O Historiador e as Biografias: desafios, possibilidades e abordagens de trabalho. *História, imagem e narrativas*, Rio de Janeiro; n. 14, abr. 2012.
- SOUSA, Octávio Tarquínio de. Prefácio. In: FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1948.
- TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *Pedro II*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. *Monumentos de Tinta e Papel: Cultura e política na produção biográfica da Coleção brasileira (1935-1940)*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. Dissertação de Mestrado.
- VALE, Nayara Galeno do. *Hélio Viana e Pedro Calmon: Identidade do historiador e embates em torno na escrita da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012.
- VALLS, Álvaro L. M. Apresentação. In: Kierkegaard, Soren. *O conceito de ironia*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.
- VARGAS, Getúlio. *Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras*. 1943. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/academicos/getulio-vargas/discurso-de-posse> >. Acesso em: 04 jun. 2017.
- VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Viana entre o espelho e a máscara*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- VIANA FILHO, Luiz. *A verdade na biografia*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1945.
- WEHLING, Arno. A história em Pedro Calmon: uma perspectiva historista na historiografia brasileira. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 404, jul./set., p. 605-612, 1999.
- WEHLING, Arno. Pedro Calmon e a tradição hermenêutica na Historiografia brasileira. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 420, jul./set., p. 87-91, 2003.
- WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. Memória e história: fundamentos, convergências, conflitos. In: *Memória social e documento: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 1997.